

PREGÃO ELETRÔNICO

90020/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-
Campus Restinga (158121)

OBJETO

Contratação de Serviço de Zeladoria com disponibilização de mão de obra capacitada, em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de insumos.

VALOR TOTAL GLOBAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 81.268,26

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
9. DO TERMO DE CONTRATO	20
10. DOS RECURSOS	23
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	23
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026
(Processo Administrativo nº23369.000344/2026-92)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul- Campus Restinga, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Rua Alberto Hoffmann, nº 285, Bairro Restinga, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é contratação de Serviço de Zeladoria com disponibilização de mão de obra capacitada, em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de insumos. Contratação de Serviço de Zeladoria com disponibilização de mão de obra capacitada, em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de insumos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos

responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11. sociedades cooperativas;
- 2.7.12. pessoas físicas.
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 9.13.2 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

- 4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
 - 4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou d

- 4.9.9. crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.9.10. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.9.11. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.9.12. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

- 4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor unitário mensal total do item;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (UM REAL).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor

inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.20.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
 - 6.20.3. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.21.1. empresas brasileiras;
 - 6.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

- 6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.1.1. Sicafe;
 - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
 - 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

- 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
 - 7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
 - 7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

- 7.8.1. CCT RS000041/2026 do SINDASSEIO - Sindicato Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul.
- 7.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 7.10.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 7.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
 - 7.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 7.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas

Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários

- 7.14.2. no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.14.3. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.14.4. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.14.5. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.14.6. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou

distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
 - 7.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
 - 7.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
 - 7.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
 - 7.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das

normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

- 7.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 7.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 7.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para

efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
 - 8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme indicado no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
 - 8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (Apêndice 2 do Termo de Referência)
- 8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

- 8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houve dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
 - 8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
 - 8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:
 - 8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

- 8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.
- 8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento

(AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

- 9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
 - 9.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 9.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 9.8. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de 5%.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sig.ifrs.edu.br/public/jsp/portal.jsf>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo (Poder Executivo Federal) a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade

superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
 - 11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: envio de e-mail para o seguinte endereço-licitacao@restinga.ifrs.edu.br
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://ifrs.edu.br/restinga/documentos/origenes/licitacoes/>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Apêndice 1 do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 13.11.1.2. Apêndice 2 do Anexo I- Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Prestação do Serviço Objeto do PE no 90020/2026 (UASG 158141)
 - 13.11.1.3. Apêndice 3 do Anexo I- Modelo Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública
 - 13.11.1.4. Apêndice 4 do Anexo I- Termo de Ciência e Concordância
 - 13.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

- 13.11.3. ANEXO III- Planilha de Custos e Formação de Preços preenchida pela administração;
- 13.11.4. ANEXO IV – Modelo de autorização para retenção na fatura de pagamento direto dos salários;
- 13.11.5. Anexo V– Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;

Porto Alegre, 25 de junho de 2026

RUDINEI MULLER
Diretor Geral e Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 23369.000344/2026-92)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação serviço contínuo de Zeladoria, a ser executado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Serviço de zeladoria- 40h semanais. Posto fixo de 1 funcionário, na sede da contratante, das 8h às 17h de segunda-feira a sexta-feira com 1h (uma) hora de intervalo de forma contínua em regime de dedicação exclusiva, e com o fornecimento dos materiais (uniforme, EPI, equipamentos,, etc).	25631	serviço (mês)	12	R\$ 6.772,35	R\$ 81.268,26

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, tratando-se de atividades essenciais tanto para a manutenção do patrimônio público e salvaguarda da saúde de seus

usuários quanto para garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma ininterrupta, eficiente e segura.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta justificativa abaixo:
 - 2.2.1 A contratação não foi prevista no PCA 2026, tendo em vista que o contrato vigente para a prestação do serviço possui vigência até setembro de 2029. Entretanto, a contratada solicitou a rescisão amigável antecipada do contrato, por não considerar mais vantajosa a continuidade da prestação dos serviços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, **melhores descritos no Estudo Técnico Preliminar**, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1 contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
 - 4.1.2. É de responsabilidade da contratada reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência;
 - 4.1.3. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de zeladores no quadro da empresa;
 - 4.1.4. É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

- 4.1.5. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- 4.1.6. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- 4.1.7. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos de Proteção individual (EPIs) ao zelador para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

Subcontratação

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total (anual) da contratação.
- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
 - 4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
 - 4.4.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
 - 4.4.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
 - 4.4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
 - 4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

- 4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.9.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.9.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando se tratar de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 4.10. Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.10.1 Nos casos referidos no item anterior, o pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- 4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.14.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.15.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.15.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.16.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.16.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

- 4.16.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas.
- 4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.22.1 Solicita-se que os licitantes que optarem por realizar a vistoria entrem em contato com a área requisitante, para agendamento prévio da visita, pelo e-mail institucional infraestrutura@restinga.ifrs.edu.br, com antecedência mínima de 2 (um) dia útil da data desejada para a vistoria.
- 4.22.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (Apêndice 2 deste documento)
- 4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: até 7 dias corridos da emissão da ordem de serviço.

5.1.2 Em conformidade com o art. 92, §2º, da Lei n. 14.133/2021, fica estabelecido período de mobilização de até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, antecedente à expedição da Ordem de Serviço, destinado à verificação das condições necessárias ao regular início da execução contratual.

5.1.3 Durante o período de mobilização, a CONTRATADA deverá providenciar, no mínimo:

5.1.3.1. a apresentação da documentação do empregado que atuará no posto de trabalho, incluindo registro em CTPS, comprovante de cadastro no eSocial e demais documentos exigidos pela legislação trabalhista e previdenciária vigente;

5.1.3.2. a entrega e comprovação do fornecimento de uniformes completos e dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às atividades a serem desempenhadas, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis e com o disposto no Termo de Referência.

5.1.3.3. Caso a Administração julgue necessário, a CONTRATADA deverá participar de **reunião inicial de alinhamento**, a ser convocada pelo fiscal do contrato durante o período de mobilização, com o objetivo de esclarecer as obrigações contratuais, apresentar o profissional que atuará no posto de trabalho, e tratar de quaisquer pendências operacionais relevantes para o regular início da execução dos serviços, nos termos do art. 117, §1º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.4 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: estão presentes nos tópicos 4 e 6 do Estudo Técnico Preliminar (Apêndice 1);

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: IFRS Campus Restinga- Rua Alberto Hoffmann, 285, Bairro Restinga, CEP: 91791-508, Porto Alegre/RS;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Das 8h às 17h com intervalo de 1 hora de segunda-feira a sexta-feira.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará todas as rotinas descritas no tópico 6 do Estudo Técnico Preliminar (Apêndice 1)

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário conforme Tabela 2 do ETP (Apêndice 1) e Planilha de Custos e Formação de Preços (Apêndice C do ETP).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características pormenorizadas em Tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência:

5.6.1 os requisitos da contratação, quanto à classificação do objeto, forma e vigência da contratação, à mão de obra empregada, os materiais necessários e aos critérios de sustentabilidade socioambiental aplicáveis;

5.6.2 a descrição da solução, especialmente quanto às atividades e rotinas exigidas; e

5.6.3 as condições do local de prestação dos serviços.

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1 O uniforme deverá compreender as peças do vestuário descritas na Tabela 1 do ETP (Apêndice 1).

5.7.2 Os uniformes deverão ser repostos conforme os períodos estabelecidos na tabela do Estudo Técnico Preliminar.

5.7.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.7.3.1. apresentar resistência compatível com o uso contínuo e frequente, sem deformações, rasgos ou desgaste prematuro;

5.7.3.2. possuir acabamento adequado, com costuras reforçadas, uniformes e sem falhas, fios soltos ou imperfeições que comprometam a durabilidade e a aparência da peça;

5.7.3.3. utilizar tecidos de composição apropriada à finalidade de uso, proporcionando conforto térmico, respirabilidade e mobilidade ao usuário;

5.7.3.4. apresentar solidez de cor, resistência a lavagens e baixa tendência ao desbotamento, encolhimento ou deformação após a higienização;

5.7.3.5. empregar aviamentos, fechos, botões, zíperes, elásticos, bordados, estampas e demais componentes de qualidade equivalente à do tecido principal, assegurando sua durabilidade durante toda a vida útil da peça;

5.7.3.6. estar isenta de defeitos de fabricação, manchas, furos, diferenças excessivas de tonalidade, falhas de tecelagem ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização;

5.7.4 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.5 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto. Apenas excetua-se a verificação final do cumprimento, pela contratada, de todas as obrigações relativas aos trabalhadores vinculados à execução contratual, bem como a emissão do Termo de Encerramento Contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação do serviço.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

- 6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.
- 6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.26.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 6.26.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 6.26.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.26.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.27.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.27.2 O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.27.3 O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.27.4 Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- 6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - 6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- 6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - 6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.33.1.3. entrega, TODOS OS MESES, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
 - 6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - 6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

- 6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
- 6.33.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - 6.33.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - 6.33.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 6.33.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - 6.33.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.34. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.36. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.40. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

- 6.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.51. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.52. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

- 6.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.55.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
 - 6.55.2 necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.56. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.56.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
 - 6.56.2 ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.57. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.58. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.59. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.60. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.61. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 6.62. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.63. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.63.1 até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.63.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.64. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.65. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.66. Cabe ao gestor do contrato:

6.66.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.66.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.66.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.66.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 6.66.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.66.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.66.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.66.8 receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.66.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - 6.66.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.
- 6.67. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice E do Estudo Técnico Preliminar (Apêndice 1).
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1 não produziu os resultados acordados,
 - 7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 7.4.1 Fornecimento de epi's, crachás e uniformes (insumos à mão de obra);
- 7.4.2 Disponibilização de insumos ao serviço (produtos e equipamentos);
- 7.4.3 Execução integral do serviço;
- 7.4.4 Adequação dos recursos humanos empregados;
- 7.4.5 Pontualidade e assiduidade na prestação do serviço;
- 7.4.6 Atendimento aos critérios de sustentabilidade da contratação;
- 7.4.7 Satisfação do público usuário;
- 7.4.8 Organização técnica e administrativa dos serviços.

Recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório considera-se a prestação dos serviços referente ao mês imediatamente anterior, devendo a contratada encaminhar, até o dia 7 de cada mês, a documentação necessária para comprovação da execução dos serviços, bem como do cumprimento das obrigações trabalhistas e dos pagamentos efetuados aos empregados vinculados ao contrato.
- 7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.
- 7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:
 - 7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
 - 7.12.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS

do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17.1 Será descontado proporcionalmente o valor e impacto financeiro do não fornecimento de insumos e/ou horas de serviço não prestado. Ressalvada a possibilidade de compensação de horas não trabalhadas mediante banco de horas, convocado no interesse da Administração conforme já exemplificado nesse mesmo documento.
- 7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da

despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.19.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

- 7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.28.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 7.28.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice nacional de preços ao consumidor (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.39. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.39.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.39.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.40. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.41. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.41.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.41.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.42. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.42.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

- 7.43. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 7.44. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.
- 7.45. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.46. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 7.47. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 7.47.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 7.47.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.
- 7.47.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.
- 7.47.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no

Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.47.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.47.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.48. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.49. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.50. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.51. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.52. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

- 7.53. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.54. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.55. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.56. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.57. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.58. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.59. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.60. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta dias), contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.61. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.62. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.63. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.64. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.65. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento

da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.66. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.66.1 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.67. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.67.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.67.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.67.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.67.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.68. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.69. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se

refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

- 7.70. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do Contratado e correspondem ao valor estimado de R\$ **155,00 (cento e cinquenta cinco reais)**, por mês, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.
- 7.71. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 7.72. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 7.73. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.74. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 7.74.1 13º (décimo terceiro) salário;
 - 7.74.2 Férias e um terço constitucional de férias;
 - 7.74.3 Multa sobre o FGTS; e
 - 7.74.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 7.75. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.76. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta

contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

- 7.77. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 7.78. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 7.79. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 7.80. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 7.81. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 7.82. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

- 9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.
- 9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração

para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) Convenção Coletiva de Trabalho nº 000041/2026, utilizado(a) como paradigma:

- a) salário-base e adicionais de insalubridade, no valor total de R\$ 2.347,52;
- b) auxílio-alimentação, no valor diário de R\$ 27,15; e
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
 - i) Vale transporte, no valor de R\$ 10,60 por dia;
 - ii) Reembolso creche, no valor de R\$ 526,64 conforme PCFP se seguindo os critérios estabelecidos;
 - iii) Plano de Benefício Social Familiar, no valor de R\$ 25,52 por mês.
 - iv) Prêmio Assiduidade, no valor de R\$ 80,00 se caso for seguido as os critérios estabelecidos.

9.3.1 Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2 Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3 Os valores orçados pela Administração constam na Planilha de Custos e Formação de Preços anexo deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa

onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10%** do valor total estimado da contratação –valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado
- 9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Apêndice 3 deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.27.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.27.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico-Operacional

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.29.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.29.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.29.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.31. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total ANUAL da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 81.268,26 (oitenta e um mil duzentos e sessenta e oito reais vinte seis centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha de Custos e Formação de Preços (Apêndice C do Estudo Técnico Preliminar).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 158141/158326;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 231641;
- IV) Elemento de despesa: 339039-79; e
- V) Plano interno: L20RLP0100I.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. LISTA DE APÊNDICES

12.2.1 APÊNDICE 1 - Estudo Técnico Preliminar (ETP), incluindo

- 12.2.1.1. Apêndice A- Mapa de Riscos;
- 12.2.1.2. Apêndice B- Relatório de Chamados para reparos no Campus Restinga;
- 12.2.1.3. Apêndice C- Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 12.2.1.4. Apêndice D- Pesquisa de Preços;
- 12.2.1.5. Apêndice E- Instrumento de Medição de Resultados;
- 12.2.1.6. Apêndice F- CCT RS000041/2026/SINDASSEIO

12.2.2 APÊNDICE 2 - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Prestação do Serviço Objeto do PE nº 90020/2026 (UASG 158141)

12.2.3 APÊNDICE 3 - Modelo Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública

12.2.4 APÊNDICE 4- TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Porto Alegre, 25 de junho de 2026.

TANISE FERNANDES DE LIMA
Mat. Siape 2147386
Integrante Administrativo

ANTÔNIO LUÍS RAMOS LOPES
Mat. Siape 1078383
Integrante Requisitante

CAROLINE PEREIRA
Mat. Siape 3306415
Agente de Contratação

Membros da Equipe de Planejamento da Contratação
(designada sob Ordem de Serviço RESTINGA/IFRS nº 11, de 26 de maio de 2026)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DIGITAL PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE ZELADORIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Processo Administrativo sob Protocolo SIPAC nº **23369.000344/2026-92**

1.1. Designação da Equipe de Planejamento

Ordem de Serviço nº 11/2026/RESTINGA/IFRS

1.2. Diretrizes que Norteiam o ETP

- Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Guia Nacional de Licitações Sustentáveis;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente os artigos 170 e 225;
- Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Federal nº 9.605/1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei Federal nº 13.932/2019, que extingue, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores sobre o montante de todos os depósitos do FGTS, nos casos de despedida sem justa causa, instituída pelo art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, com impacto direto na composição de custos de contratos administrativos que envolvam mão de obra com dedicação exclusiva;
- Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Decreto-Lei nº 5.452/1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e suas alterações;
- Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto Federal nº 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações;
- Lei Estadual nº 11.520/2000, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul;
- Portaria MEC nº 1.787/2014, que elenca os serviços considerados de natureza contínua no âmbito desse Ministério;
- Portaria MPOG nº 23/2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta,

autárquica e fundacional, e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

- Portaria MPDG nº 433/2018, que estabelece os os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto no 9.507/2018;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES /ME nº 98/2022 que estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 148/2026, que altera a Instrução Normativa nº 190, de 5 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 6 de dezembro de 2024, para incluir novos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147/2026, que dispõe sobre o benefício de reembolso-creche à trabalhadora ou ao trabalhador alocado em contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e disciplina a mensuração, execução e fiscalização de benefícios semelhantes previstos em normas coletivas.
- Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 213/2025, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a organização e a previsibilidade das férias dos colaboradores terceirizados nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de que trata o inciso I, art. 3º, do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024, que Dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

- Norma Regulamentadora nº 6, ME/SST, NR-06, que regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), sem estar condicionada a setores ou atividades econômicas específicas;
- Norma Regulamentadora nº 9, ME/SST, NR-09, que prevê a sistemática de avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos;
- Norma Regulamentadora nº 15, ME/SST, NR-15, que estabelece as atividades e operações que devem ser consideradas insalubres, gerando direito ao adicional de insalubridade;
- Caderno de Logística relativo ao uso da Conta-Depósito Vinculada, publicado pelo Ministério da Economia;
- Caderno de Logística relativo ao uso do Pagamento pelo Fato Gerador, publicado pelo Ministério da Economia;
- Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, de nº RS000041/2026, firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul e o Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados em Asseio e Conservação no RS (SEEAC/RS), com abrangência territorial em Porto Alegre/RS; e
- Decreto Municipal nº 23.669/2026/PMPA, que fixa a tarifa para o Transporte Coletivo por ônibus no município de Porto Alegre/RS.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Promover, no Campus Restinga, a conservação predial por meio de pequenos reparos e substituição de peças/componentes de baixa complexidade, para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio e o bem-estar de seus ocupantes/usuários e visitantes.

3. ÁREA REQUISITANTE

A demanda foi formalizada pela Coordenadoria de Infraestrutura do Campus Restinga, à qual compete, por delegação de competência da Direção de Administração, a que subordina-se, coordenar e supervisionar, no âmbito do campus, os serviços de terceiros, transporte, manutenção em geral, almoxarifado, demandas de suprimentos de materiais em geral, e coordenar a elaboração de projetos que visem a melhoria das instalações, considerando, prioritariamente, a política educacional e administrativa determinada pelo IFRS.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para satisfação da necessidade expressa pela área requerente, a solução contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1. Quanto à Classificação do Objeto, Forma e Vigência de Contratação

Para que seja satisfatória a manutenção e conservação dos ambientes internos e externos, as atividades devem ser executadas utilizando-se mão de obra capacitada e exclusivamente dedicada a esses serviços, pois devem ser realizadas simultaneamente às demais atividades administrativas e letivas do órgão, sem que prejudiquem-se uma à outra. Ademais, devem ser providas com constância, posto que essenciais tanto para manutenção do patrimônio público e salvaguarda da saúde de seus usuários, quanto para garantir a

operacionalização integral das atividades finalísticas de forma ininterrupta, eficiente e segura, o que corrobora sua caracterização como serviços de natureza contínua, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração.

No entanto, tratam-se de atividades não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos desta autarquia, enquadrando-se nos serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, complementares à área de competência legal do órgão. Com isso, resta evidente a necessidade de que sejam executados de forma indireta – tal qual previsto no art. 3º, §1º, do Decreto nº 9.507/2018, e regulamentado pela Portaria MPDG nº 433/2018 –, pressupondo-se a formalização de um contrato administrativo (precedido, via de regra, de licitação) por meio do qual o Poder Público ajuste com um terceiro, pessoa jurídica de direito privado, a prestação dos serviços que atenderão às necessidades da Administração Pública, vedada qualquer relação entre os trabalhadores e Administração contratante que caracterize pessoalidade e subordinação, a fim de que a terceirização dos serviços não gere vínculo empregatício entre estes.

Logo, admitida a necessidade de execução indireta, hipótese em que os serviços de zeladoria podem ser executados por empreitada¹, e reconhecida a natureza contínua do objeto, que estende a necessidade de contratação por mais de um exercício financeiro e ininterruptamente, sob a óptica da economicidade, eficiência e eficácia da solução, sugere-se que seja contratada por meio da celebração de instrumento formal de contrato com vigência inicial de 1 (um) ano, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, com base no com base nos art. 106 e art. 107, da Lei nº 14.133/2021, se, restar comprovado no processo administrativo:

- I. a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- II. a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- III. a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Contrato este que, ao passo que visa suprir uma necessidade imediata e contínua deste órgão, cuja demanda não é variável, mas delimitada e descrita com base nas características da área física e população alvo dos serviços, deve, prioritariamente nos termos do art. 6º, inc. XXIX, da Lei nº 14.133/2021, ser executado na forma de empreitada por preço global².

Portanto, opina-se pela contratação do serviço mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, do tipo "menor preço", nos termos do art. 6º, XLI, e art. 29, I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum, passível de especificação objetiva e de julgamento exclusivamente pelo critério de menor preço. A escolha da modalidade Pregão se justifica, ainda, pela natureza contínua do serviço de zeladoria, conforme enquadramento previsto no art. 106 da mesma Lei, que autoriza a celebração de contratos com prazo de vigência de até 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, dispensando, portanto, a

¹ Quando o contratado fica encarregado de prestar o serviço, responsabilizando-se tanto pela mão de obra como pelo material necessário à execução do objeto ajustado (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética. 2009).

² Prevista no art. 6, inc. XXIX, da Lei nº 14.133/2021, considera-se empreitada por preço global “contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;”

realização anual de novo certame e conferindo maior estabilidade à execução contratual e à gestão do serviço.

Não se vislumbra, ademais, hipótese de parcelamento do objeto ou de compartilhamento da ata com outros órgãos que justifique o uso do SRP (Sistema de Registro de Preços) na presente contratação. Ressalta-se, no entanto, que este entendimento baseia-se na legislação vigente e nas jurisprudências atuais do Tribunal de Contas da União, podendo ser revisto quando da renovação dos contratos e/ou para contratações futuras, em caso de alteração substancial de seus fundamentos normativos ou fáticos.

Quadro 1 - Classificação do Serviço

SERVIÇO	TIPO	NATUREZA	REGIME DE EXECUÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA INICIAL
Zeladoria	Serviço Comum	Contínua	empreitada por preço global	1 ano

4.1. Quanto à Qualificação Técnica da Contratada

A empresa contratada deverá:

- I. oferecer a prestação do serviço por meio do regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- II. comprovar a sua experiência através de documento emitido (Atestado de Capacidade Técnica) por órgão público ou empresa privada que comprove que prestou ou presta o serviço de forma eficaz e satisfatória;
- III. comprometer-se em prestar os serviços de forma contínua e permanente;
- IV. cumprir com todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

4.2. Quanto à Mão de Obra Empregada

De forma geral, os profissionais disponibilizados para a prestação do serviço contratado sob regime de empreitada, com dedicação exclusiva de mão de obra, deverão:

- I. ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos de idade;
- II. possuir ensino fundamental completo;
- III. ter vínculo empregatício com a contratada, constando de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) a função efetivamente exercida, na forma da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – que, para o serviço de Zeladoria, deve corresponder à função de Zelador (código 5141-20), pertencente à categoria dos “Empregados em Empresas de Asseio e Conservação”;
- IV. ser remunerado, no mínimo, com o salário normativo, adicionais e benefícios correspondentes à função, conforme estabelecido na lei, acordo (ACT) ou convenção coletiva de trabalho (CCT) vigente e com abrangência em Porto Alegre-RS, local de prestação do serviço.

Por fim, ainda a contratada deverá:

- a. Apresentar declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato (art. 8º, inc. I, Decreto nº 9.507/2018);
- b. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes para as categorias

abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- c. Executar os serviços alocando número de funcionários suficiente para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas suficientes para a prestação dos serviços;
- d. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- e. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários ao desempenho de sua função, instruindo-os quanto ao uso desses materiais;
- f. Atender às disposições legais estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, em relação ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), instituído pela Norma Regulamentadora nº 9, da Portaria nº 3.214/1978, considerando as medidas de controle e a necessidade da utilização de EPIs estabelecidas, e, ainda, possuir e divulgar suas normas de segurança escritas, incluindo procedimentos para o caso de ocorrência de acidentes durante a atividade laboral;
- g. Habilitar os profissionais para o uso de equipamentos específicos destinados à melhoria da produtividade e eficiência das tarefas, mantendo-os capacitados e atualizados de acordo com a necessidade dos serviços a serem realizados, arcando com todo e qualquer custo do treinamento;
- h. Promover treinamentos periódicos em cumprimento aos requisitos legais estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, comprovando a realização e mantendo registro dos treinamentos realizados;
- i. Instruir seus empregados quanto à necessidade de obedecer às Normas Internas da Administração;
- j. Indicar preposto para representá-la na execução contratual, e supervisionar a execução dos serviços e a apresentação pessoal dos empregados, especialmente quanto às condições de conservação e uso dos uniformes e EPIs;
- k. Responsabilizar-se pelo controle de saúde dos empregados, bem como o cumprimento de todas as exigências da legislação sanitária e trabalhista relativas aos exames médicos, mantendo um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme consta da Norma Regulamentadora nº 7, da Portaria nº 3.214/1978; e
- l. Substituir, sempre que exigido pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados pela contratante como prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do IFRS ou ao interesse do serviço.

Oportuno ressaltar que, em consonância com a redação dada aos §§2º e 3º do art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela Lei Federal nº 13.874/2019, destaca-se que, para empresas com mais de 20 (vinte) trabalhadores, mesmo que o trabalho seja executado fora do seu estabelecimento/sede, é obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída da jornada de trabalho e do intervalo intrajornada (para refeição) dos empregados, e, ainda que a legislação faculte o registro de forma manual, mecânica ou eletrônica, com intuito de mitigar a vulnerabilidade legal a que estão sujeitos os trabalhadores, os empregadores e,

subsidiariamente, o órgão contratante, solicita-se das contratadas a disponibilização de um sistema de Registro Eletrônico de Ponto (REP), nos moldes da Portaria MTE nº 671/2021, haja vista a confiabilidade e facilidade de implementação dessa tecnologia, cujo ônus econômico-financeiro deve integrar os custos da contratação, compreendendo os custos de instalação e manutenção de um equipamento de ponto digital biométrico e/ou por aproximação (de crachá) e de um sistema de gestão compatível, que auxilie o RH da contratada a acompanhar remotamente os funcionários dedicados ao contrato.

Contudo, sabe-se que nos últimos anos, com o aumento da execução de atividades de trabalho fora do ambiente profissional, consolidou-se para além da utilização do já tradicional sistema de Registro Eletrônico de Ponto Convencional (REP-C), caracterizado por relógio de ponto que deve estar instalado sempre no local da prestação do serviço, a utilização dos sistemas de Registro Eletrônico de Ponto Alternativo (REP-A) e de Registro Eletrônico de Ponto via Programa (REP-P), o quais não necessitam de instalação de um relógio ponto nas dependências da instituição visto que o funcionário utiliza um aplicativo em *smartphone* para registrar a sua presença no local de execução de suas atividades.

No entanto, a Portaria MTE nº 671/2021, traz algumas regras para utilização do sistema REP-A, exigindo autorização por convenção ou acordo coletivo de trabalho para utilização deste tipo de sistema; garantindo que o equipamento REP-A utilizado permita a identificação de empregador e empregado; e que o sistema deverá disponibilizar, no local da fiscalização ou de forma remota, a extração eletrônica ou impressão do registro fiel das marcações realizadas pelo empregado. Além disso, o REP-A somente poderá ser utilizado durante a vigência da convenção ou acordo coletivo de trabalho autorizador, sendo vedada a ultratividade conforme o § 3º do art. 614 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT. Não obstante, a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024, firmada sob número de registro no MTE: RS000041/2026, traz na sua cláusula Sexagésima que:

“ Fica autorizada a adoção, mediante acordo coletivo de trabalho, de sistemas alternativos eletrônicos de ponto que atendam as seguintes condições:

a) a utilização do sistema não poderá gerar para os trabalhadores custos associados à aquisição do aparelho celular móvel e à banda de telefonia/franquia de internet;

b) o empregado poderá fazer os registros através de aparelho celular próprio ou de terceiros, ou, ainda, através de aparelho disponibilizado pela empresa nos locais de prestação dos serviços, vez que o acesso ao sistema deverá ser por “usuário” e “senha” específico para cada trabalhador;

c) o sistema deve possibilitar a visualização eletrônica pelo empregado das marcações por ele realizadas;

d) o sistema deve gerar extrato impresso mensal em duas vias, sendo uma para assinatura do empregado e arquivo da empregadora e outra para controle do empregado;

e) o sistema deve garantir o absoluto sigilo da senha criada pelo empregado.”

Deste modo, caso a empresa opte por utilizar o sistema REP-A, e se no decorrer do contrato, venha a ser revogada eventual autorização por convenção ou acordo coletivo de trabalho, as custas para a substituição do sistema adotado será de responsabilidade única da contratada. Outrossim, destaca-se que é de inteira responsabilidade da contratada os custos com o sistema a ser utilizado e os meios necessários para sua operacionalização, não podendo repassar ao trabalhador qualquer custo associado a esta natureza.

Dessa forma, resumidamente, a empresa deverá dispor de sistema eletrônico de registro de ponto, com biometria ou login e georreferenciamento não sendo aceito o registro/controle de ponto manual, ou seja, deverá disponibilizar equipamento/sistema pelo qual se possa garantir que o funcionário somente poderá registrar o próprio ponto e exclusivamente se estiver presente no local de prestação do serviço.

Assim, a contratada poderá optar por qual método de controle da frequência dos funcionários irá utilizar, desde que devidamente autorizados pela Portaria MTE nº 671/2021, bem como pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, evidenciando- no momento de composição dos custos da contratação. Espera-se, com isso, que além de maior credibilidade jurídica, o uso do REP possibilite um controle mais eficiente de como os funcionários estão realizando sua jornada, para que se aplique medidas pertinentes em casos não conformes, bem como facilite o controle de realização e compensação de horas extras, posto que não são remuneradas no contrato.

4.3. Quanto aos Materiais Necessários

Para a consecução dos resultados esperados com o serviço de zeladoria, que será executado sob o regime de empreitada por preço global, desempenhado por profissionais dedicados exclusivamente ao órgão contratante, cabe à Administração descrever os materiais exigidos, considerados indispensáveis à execução dessa atividade – como uniformes, equipamentos de proteção individual, equipamentos de proteção coletiva, máquinas, ferramentas, utensílios, etc. –, prevendo a quantidade e periodicidade mínimas de fornecimento para cada um desses materiais.

4.3.1. Insumos à Mão de Obra

Visando resguardar o bem-estar, a saúde e a segurança física do profissional alocado na execução do serviço de Zeladoria na tabela abaixo consta o rol de itens exigidos para a composição do uniforme e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de uso obrigatório, os quais deverão ser fornecidos, no mínimo, nas quantidades e respectivas periodicidades de fornecimento indicados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Composição de Uniforme e EPI para Serviço de Zeladoria (por trabalhador)

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD POR FORNECIMENTO	PERIODICIDADE FORNECIMENTO	QTD TOTAL POR TRABALHADOR
Camiseta uniforme - manga curta: 100% algodão, tipo unissex.	peça	3	anual	3
Camisa uniforme - manga longa. Com punho simples, 01 bolso, fechamento frontal 06 (seis) botões.	peça	2	anual	2
Calça uniforme, com bolsos dianteiros e traseiros. Com elástico na cintura.	peça	3	anual	3
Bota de segurança confeccionada em couro, biqueira de polipropileno, fechamento em elástico nas laterais, palmilha de montagem em EVA e solado em PU, com sistema de absorção de impacto.	par	1	anual	1

Agasalho pesado, tipo jaqueta/japona, com bolsos embutidos, capuz conjugado/removível, fechamento frontal, forrada/acolchoada, em material térmico e impermeável (ex.: poliamida com resina).	peça	1	anual	1
Agasalho leve, tipo moletom ou cardigan, em algodão ou lã.	peça	1	anual	1
Capa de chuva.	unidade	1	anual	1
Crachá em PVC, com nome da empresa, nome do empregado, função e foto.	unidade	1	anual	1
Luva raspa de couro, palma reforçada	par	2	anual	2
Luva Multitato, material nylon, cor preta, palma poliuretano, punho elástico.	par	12	anual	12
Óculos de proteção individual, material armação polipropileno. Lente anti embaçante. Incolor e proteção contra raios ultravioleta.	unidade	1	anual	1
Abafador/protetor auricular, tipo concha – dupla, material ABS. Nível de ruído igual ou superior a 25db.	unidade	1	anual	1
Máscara/respirador, semifacial, com filtro de carvão ativado, para vapores orgânicos e gases ácidos.	Unidade	1	anual	1
Capacete de segurança com carneira e jugular com suspensão e ajuste fácil. Compatível com outros EPIs: abafadores, viseiras e óculos. Classe A e B.	Unidade	2	anual	2
Protetor auditivo em copolímero, tipo plug, com cordão, contendo caixa para transporte e armazenamento, nível de atenuação de ruído mínima: 14dB.	Unidade	12	anual	12
Cinturão de segurança abdominal tipo paraquedista com regulação total, confeccionado em fita de poliéster e indicado para utilização em atividades a mais de 2 metros de altura, suportando até 120 kg.	Unidade	1	anual	1

Fonte: Elaboração própria.

Todos os materiais devem ser disponibilizados pela contratada diretamente aos funcionários no primeiro dia de trabalho (ou em até uma semana do início do contrato, caso necessário ajustes nos tamanhos), apresentar-se em perfeitas condições de uso, e, quando

couber, ter sido previamente certificados pelas agências reguladoras de qualidade (Anvisa, Inmetro, entre outras). Outrossim, esses materiais devem ser repostos sempre que necessários, de forma a manter a quantidade e qualidade exigidas para garantir a identificação e proteção dos trabalhadores.

Tratando-se de itens de uso particular, a salvaguarda e conservação desses deve ficar sob responsabilidade individual dos funcionários, o que não exime a contratada de substituí-los periodicamente, por conta do prazo de validade (tempo de resistência/eficácia do material, independentemente do uso) e desgaste natural (deterioração/esgotamento da capacidade de proteção oferecida pelo produto) das peças de vestuário e do EPI, ou mesmo de danos acidentais que inviabilizem seu uso e abreviam sua vida útil, estimada, conforme os cuidados dispensados à manutenção e guarda desses e a severidade do ambiente. Os uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI'S) deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

A contratada poderá optar pelo fornecimento de itens de uniforme de tipo, quantidade e qualidade superiores aos descritos na tabela acima, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa (ou de empresas parceiras) e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada, bem como de equipamentos de proteção individual adicionais, além daqueles listados acima, se assim definido pelo SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) da empresa, a fim de assegurar a integridade dos trabalhadores, ciente de que esses itens adicionais não serão pagos pela contratante e tampouco poderão ser cobrados dos funcionários, salvo quando o empregado os danificar por irresponsabilidade na salvaguarda e conservação desses, posto que constituem obrigação da empresa, conforme estabelecido no art. 166 da CLT e na Norma Regulamentadora 6 (NR6).

4.3.1. Insumos aos Serviços

Visando agregar produtividade e eficiência ao serviço, optou-se pelo emprego de equipamentos modernos, práticos, resistentes e leves, além de maquinário de alto rendimento, os quais impulsionarão o desempenho humano na realização das tarefas, além de fortalecer os princípios da ergonomia e saúde e segurança no trabalho. Portanto, para a realização do serviço de Zeladoria, exige-se da contratada a disponibilização dos equipamentos de proteção coletiva, máquinas, ferramentas relacionados na tabela abaixo, nas respectivas quantidades e periodicidades de fornecimento, posto que estimadas como o mínimo suficiente para a execução mensal das atividades inerentes ao serviço contratado:

Tabela 2 - Insumos ao Serviço de Zeladoria

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD POR FORNECIMENTO	PERIODICIDADE FORNECIMENTO	QTD TOTAL ANUAL
Trena, com caixa plástica emborrachada, mínimo 5 metros de comprimento	unidade	1	anual	1
Marreta de 1kg, cabeça em aço forjado, cabo resistente em madeira ou fibra, utilizada para serviços de impacto e demolição.	unidade	1	anual	1
Rebitadeira manual metálica, compatível com rebites de alumínio, aço e inox, com bicos int	unidade	1	anual	1

Chave de teste de tensão elétrica tipo Neon, corpo isolado, compatível para testes em corrente alternada, com indicação luminosa de presença de tensão.	unidade	1	anual	1
Alicate amperímetro digital, display digital, medição de corrente alternada, tensão, resistência e teste de continuidade, alimentação por bateria.	unidade	1	anual	1
Chave catraca, contendo kit compatível de soquetes estriados e acessórios com no mínimo 22 peças, material: cromo vanádio.	unidade	1	anual	1
Jogo de chaves de fenda e chaves de fenda cruzada (Philips), haste de aço especial com acabamento cromado, cabos injetados com material de alta resistência, ponta imantada, cabo isolado 1000v. Contendo no mínimo uma chave de fenda 1/8 x 3", uma chave de fenda 3/16 x 3", uma chave de fenda 3/16 x 4", uma chave de fenda 5/16 x 10", uma chave Philips 150x5, uma chave Philips 100x5, uma chave Philips 75x4, uma chave Philips 75x3 e uma chave Philips 38x3.	unidade	1	anual	1
Jogo de chaves allen, tipo hexagonal, do tamanho 1/16" a 3/8", com no mínimo 12 peças, material: cromo vanádio.	unidade	1	anual	1
Jogo de chaves combinadas (chave de boca e chave estrela) com no mínimo 17 peças, do tamanho 6mm ao tamanho 22mm, material: cromo vanádio	unidade	1	anual	1
Escada extensível, 14 degraus fechada e 23 aberta, capacidade de peso mínima de 120 kg.	unidade	1	anual	1
Extensão elétrica com cabo pp 3x2,5mm, 20A, mínimo 30m de comprimento, carretel com suporte, mínimo 3 tomadas.	unidade	1	anual	1
Talhadeira chata, com punho de borracha, medidas 3/4" x 12".	unidade	1	anual	1
Ponteiro com punho de borracha 3/4' X 12'.	unidade	1	anual	1
Carrinho para transportar cargas sobre duas rodas, capacidade mínima 200Kg.	unidade	1	anual	1
Mangueira de nível para construção civil, transparente, 5/16, 1.0mm de espessura, mínimo 30 metros.	unidade	1	anual	1
Maleta/caixa para ferramentas, materiais: plástico rígido ou aço, tamanho mínimo: 20" (24cm X 24cm X 50cm).	unidade	1	anual	1
Furadeira de impacto, ½ pol., com controle de velocidade variável e reversível, potência	unidade	1	anual	1

mínima: 750w, tensão: 220v,				
Jogo de brocas multi material (Alvenaria/Metal/Madeira). Kit contendo no mínimo 7 peças (brocas 3mm, 4mm, 5mm, 6mm, 8mm, 10mm e 12mm).	unidade	1	anual	1
Jogo de serra copo para madeira, com broca guia em aço carbono, com estojo de acondicionamento. Kit com no mínimo 15 Peças (12 serras copos, tamanhos: 19mm (3/4"), 22mm (7/8"), 25mm (1"), 28mm (1.1/8"), 32mm (1.1/4"), 35mm (1.3/8"), 38mm (1.1/2"), 44mm (1.3/4"), 51mm (2"), 57mm (2.1/4"), 63.5mm (2.1/2"), 76mm (3")).	unidade	1	anual	1
Parafusadeira, com bateria 12 V, carregador bivolt automático, velocidade variável para melhor controle e qualidade dos trabalhos, regulagem para 18 posições de torque, com maleta para transporte e armazenamento.	unidade	1	anual	1
Máquina de solda elétrica: voltagem 220v, monofásica, tipo de máquina MMA, tecnologia inversora, intensidade mínima de soldagem 10A e máxima de 165A, potência mínima de 4500W, peso entre 2,5 e 3 kg.	unidade	1	anual	1
Jogo de chave L tipo tork, com 9 chaves fabricadas em aço cromo molibdênio vanádio, acabamento superficial cromado, desenho hexalobular na ponta que garante maior área de contato entre a chave e o parafuso .	unidade	1	anual	1
Colher de pedreiro, tamanho mínimo 8 pol., com canto oval.	unidade	1	anual	1

Fonte: Elaboração própria.

Sendo de responsabilidade da contratada a manutenção do pleno funcionamento das ferramentas e maquinários por ela fornecidos, estão incluídos na tabela acima também os custos contratuais relativos ao fornecimento de insumos para a manutenção do pleno funcionamento dos equipamentos de trabalho disponibilizados, cuja falta lhes prive de eficácia e/ou qualidade.

Por se tratar de utensílios de uso exclusivo do profissional alocado, a salvaguarda e conservação desses itens ficará sob responsabilidade do próprio funcionário, a quem o órgão contratante cederá espaço individualizado e apropriado para o armazenamento de materiais, os quais deverão ser disponibilizados, desde o início do contrato, em embalagem contendo as características básicas do produto, selo de registro e aprovação pelo InMetro, e, quando aplicável, seus níveis de eficiência energética e segurança, bem como ser repostos sempre que esgotarem-se ou perderem a serventia em razão do próprio uso/desgaste natural, obsolescência e/ou danos acidentais que impeçam sua correta utilização, conforme periodicidade de fornecimento prevista na tabela acima.

4.4. Quanto aos Critérios de Sustentabilidade Socioambiental

Licitação sustentável, nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU), “é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos”, um conceito que “perpassa todas as fases da contratação pública, desde o planejamento até a fiscalização da execução dos contratos e a gestão dos resíduos”, revelando ao gestor público a necessidade de questionar-se, na tomada de decisão, quanto à real necessidade de consumo que se apresenta diante dele, o ciclo de vida dos produtos/serviços demandados, importantes para avaliação da economicidade e conveniência da contratação, a possibilidade de aproveitamento (reuso ou redimensionamento), no atendimento à demanda, de recursos (insumos e serviços) pré existentes/disponíveis no órgão e/ou excedentes em outros órgãos (provenientes de desfazimento/doação ou cessão temporária).

Com a introdução do princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável o “foco deixa de ser no consumo e altera-se para a cidadania e a preservação com o meio ambiente”, pois reitera-se a obrigação do gestor público de “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais”, presente na Lei 14.133/2021 ou seja, passa a ser regra o uso das licitações/compras públicas como “instrumento de viabilização de políticas públicas”, devendo ser justificadas as licitações/compras públicas que não priorizem a contratação de empresas engajadas com a sustentabilidade em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Com efeito, no contexto mais amplo da gestão estratégica, o planejamento da contratação é o momento em que os critérios e práticas de sustentabilidade devem ser considerados, a partir da pesquisa de mercado e de inovações em serviços, bens e obras, incluindo-se, de modo claro e objetivo, critérios de sustentabilidade que possam ser efetivamente atendidos e comprovados por meio de certificações, amostras, laudos técnicos, etc.

Dizer que uma empresa tem responsabilidade socioambiental, portanto, significa que ela demonstra, em suas ações, não só respeitar as obrigações legais e econômicas como também responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente, que ela não somente é mais eficiente no uso de recursos naturais como também apoia a sustentabilidade e contribui para o bem-estar geral, buscando gerar empregos e utilizar mão de obra local, por exemplo; não se trata de fazer filantropia ou mera assistência social, trata-se do comprometimento com um processo de melhoria contínua em relação a seus funcionários, à comunidade e aos parceiros de negócios, com foco em um crescimento sustentável para economia, o meio-ambiente e a sociedade em que está inserida. Prezar pela contratação de empresas que assumam uma postura sustentável – visando incentivar as políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulam a interação do homem com a natureza em suas atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos trabalhistas e à proteção aos direitos humanos –, portanto, vai ao encontro dos próprios objetivos e responsabilidade social assumidos pelo IFRS desde sua criação.

É com esse intuito, também, que, observado o valor da contratação, por item, se possível, utilizar-se-á nesta licitação do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 23/2006, considerado medida de promoção da sustentabilidade socioambiental, vez que fomenta o empreendedorismo e o desenvolvimento sócio-econômico local.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Uma análise de mercado deficiente pode levar a descrição de uma solução inexistente, impraticável pelo mercado – o que resultaria numa licitação deserta, sem propostas válidas –, ou insustentável para o órgão contratante, implicando-lhe, ademais, em retrabalho e custos processuais adicionais. Nos termos do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, é, portanto, “fundamental que o gestor público se aproxime do mercado para consultar e verificar a existência de fornecedores ou mesmo critérios que atendam às necessidades estabelecidas”, o que possibilita não também a identificação de técnicas e boas práticas, além de facilitar a pesquisa de preços. Outras ferramentas facilitadoras são o *benchmarking* (aproveitamento da *expertise* de outros órgãos) e a consulta aos Cadernos de Logística e Catálogo de Materiais e de Serviços disponibilizados pelo Ministério do Planejamento.

Ciente disso, a equipe de planejamento da contratação executou um minucioso levantamento acerca das soluções identificadas na busca pelo atendimento aos requisitos estabelecidos (ver item 4 do ETP), de modo a identificar, não somente no mercado, mas também internamente – em respeito aos princípios da economicidade, sustentabilidade, eficácia e eficiência –, soluções que viabilizem o atendimento da demanda. Para tanto, utilizou-se neste estudo, cujo resultado apresenta-se resumidamente no quadro abaixo, de diferentes fontes de dados: consulta a publicações especializadas (normativas e orientações técnicas relativas aos padrões de execução do serviço demandado, que lhe possam conferir maior qualidade e segurança); e análise de contratações similares feitas por outros órgão públicos e análise da contratação anterior desse serviço por esse órgão.

Solução 1 (Solução sugerida pelo Requisitante): Contratação de empresa para prestar o serviço de zeladoria nas dependências do Campus Restinga do IFRS, envolvendo a disponibilização de mão de obra capacitada, em regime de dedicação exclusiva, quando indispensável, e o fornecimento dos insumos necessários ao correto e satisfatório atendimento das necessidades da instituição.	
<i>Perspectivas positivas:</i>	<i>Perspectivas restritivas:</i>
<ul style="list-style-type: none">• O serviço contratado será prestado por empresa especializada, com know-how para gestão e operacionalização desse, com mão-de-obra qualificada;• Os colaboradores da empresa ficarão à disposição para a Administração durante a maior parte do horário de funcionamento do órgão;• A contratada se responsabiliza por eventuais danos que aconteçam ao patrimônio do órgão em decorrência da prestação dos serviços;• Dispensa custos processuais com a aquisição dos diferentes insumos (uniformes, EPIs, maquinários e	<ul style="list-style-type: none">• A administração precisa estabelecer parâmetros qualitativos e quantitativos que permitam uma precisa avaliação do serviço contratado, por meio da fiscalização técnica;• Necessidade de acurado acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte da contratada, devendo o órgão designar servidores capacitados para fazê-lo por meio da fiscalização administrativa do contrato, mitigando riscos inerentes à contratação de serviço com mão de obra dedicada,

<p>utensílios) necessários à execução do serviço, implicando em economia indireta à contratante; e</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A solução em análise conta com base mercadológica instalada significativa, pois identifica-se diversos fornecedores que ofertam, nestas condições, o serviço necessário. 	<p>haja vista sua responsabilidade subsidiária para com esses trabalhadores;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Gera dependência excessiva da organização com relação à solução, com consequente elevação do custo de manutenção da solução ou descontinuidade de fornecimento (em caso de a contratada ficar impossibilitada de continuar suas operações).
---	--

Solução 2 : Contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra para a execução do serviço de zeladoria, utilizando-se de insumos/materiais disponibilizados pelo próprio órgão.

<i>Perspectivas positivas:</i>	<i>Perspectivas restritivas:</i>
<ul style="list-style-type: none"> ● Satisfaz a carência, no quadro de servidores do órgão, de pessoal especializado para execução de atividades de zeladoria; ● Contratada fica responsável por eventuais danos que aconteçam ao patrimônio do órgão em decorrência da prestação do serviço, (desde que os danos não sejam relacionados ao fornecimento dos materiais e insumos, que passa a ser de responsabilidade do órgão); e ● Autonomia para escolha e controle dos insumos/materiais a serem utilizados no serviço. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Exige a realização de diversos procedimentos licitatórios a fim de adquirir-se os diferentes materiais (uniformes, EPIs, maquinários e utensílios) necessários à execução do serviço, implicando em maiores custos processuais, tornando-a uma solução antieconômica; ● A administração passa a ser responsável pelos danos relacionados ao não fornecimento adequado dos insumos/materiais; ● A administração precisa estabelecer parâmetros qualitativos e quantitativos que permitam uma precisa avaliação do serviço ao longo da execução contratual, por meio da fiscalização técnica; ● Necessidade de acurado acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte da contratada, devendo o órgão designar servidores capacitados para fazê-lo por meio da fiscalização administrativa do contrato, mitigando riscos inerentes à contratação de serviço com mão de obra dedicada,

	<p>haja vista sua responsabilidade subsidiária para com esses trabalhadores;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pode haver problemas na implantação, e até ou descontinuidade da solução, antes do órgão conseguir desfrutar do investimento feito na aquisição de materiais, com consequente não atendimento da necessidade que gerou a contratação e desperdício de recursos públicos investidos; e • Não é uma solução usual no mercado, especialmente no âmbito das contratações público-privadas, não tendo-se encontrado número amplo de fornecedores dispostos a adotá-la para a prestação de seus serviços.
--	---

Solução 3 : Compra de insumos/materiais e equipamentos indispensáveis à execução dos serviços e uso de mão de obra própria, integrante do quadro de servidores do órgão.	
<i>Perspectivas positivas:</i>	<i>Perspectivas restritivas:</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Permite maior ingerência sobre a mão de obra dedicada e os procedimentos adotados na execução do serviço, além de um acurado controle sobre os materiais demandados; e • Sendo a mão de obra pertencente ao quadro de servidores do órgão, reduz-se custos processuais relacionados à contratação e à gestão de riscos do contrato, relativamente às obrigações trabalhistas e previdenciárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • O cargo de zelador não faz parte do quadro de servidores Técnico-Administrativos em Educação, não sendo possível obter códigos de vagas para o cargo, logo, não há como prover mão de obra por concurso público, seja como efetivo, seja como temporário, inviabilizando a solução para aqueles órgãos que já não detenham mais o número necessário de servidores ocupando este cargo; • O destacamento de qualquer outro cargo para o desempenho das atividades de zeladoria pode ser considerado desvio de função do servidor público; e • Exige a realização de diversos procedimentos licitatórios a fim de adquirir-se os diferentes materiais (uniformes, EPIs, maquinários e

	utensílios) necessários à execução do serviço, implicando em maiores custos processuais
--	---

5.1. Análise de Riscos

A estruturação adequada e eficiente do planejamento de uma contratação, principalmente o Estudo Técnico Preliminar, é fundamental para que se chegue a soluções viáveis de contratações, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de riscos relacionados à seleção de empresas sem qualificação adequada ou ainda em quantidades incompatíveis com a demanda real do órgão, que impactam diretamente na eficácia do contrato e a eficiência econômica da Administração.

Sabe-se que os resultados obtidos com a terceirização de serviços – ou mesmo com a aquisição de materiais –, estão diretamente relacionados à etapa de Planejamento da Contratação, tida também como uma ferramenta de mitigação de riscos relacionados a falhas e fraudes no julgamento e aceitação de propostas nas fases externas de compras diretas e licitações, e que estas etapas demandam não só a atenção, mas a coordenação e participação ativa de pelo menos dois (2) servidores da área de Compras e Licitações, haja vista a tendência à especialização destes na elaboração dos documentos necessários à instrução dos Atos Administrativos cabíveis, bem como sua notável familiaridade com os dispositivos legais que os regulam - o que não se percebe em outras áreas do órgão, especialmente no meio acadêmico. Além da necessidade de um servidor ser designado Agente de Contratação do órgão. Impossível deixar de reiterar, portanto, o risco inerente à constatada insuficiência da força de trabalho atuante na Coordenação de Contratos e no Setor de Compras e Licitações do IFRS – Campus Restinga, onde estão em exercício duas servidoras no Setor de Contratos e duas servidoras no Setor de Compras e Licitações — sendo uma delas alocada temporariamente via Ordem de Serviço —, enquanto o número mínimo recomendável seria de três (3) servidores em cada setor. Tal insuficiência impacta diretamente no aumento da probabilidade de ocorrência de danos tanto na licitação quanto na gestão e acompanhamento da execução contratual, exigindo providências por parte da gestão do órgão e, inclusive, da autoridade competente do setor e seu substituto, os quais podem ser responsabilizados, subjetiva e tematicamente, não somente por seus atos de natureza orçamentária e financeira, mas também por atos prévios relacionados ao ordenamento da despesa, desprovidos de conformidade formal e por eles examinados.

É ainda por centralizar as decisões finais em diversas áreas da instituição que o ordenador de despesas pode também ser responsabilizado pela insuficiente ou insatisfatória execução contratual, vez que, na seara jurídico-administrativa, o fato de ter sido lícita a terceirização de serviços não afasta a responsabilidade da contratante/tomadora dos serviços para com a economicidade na gestão dos recursos públicos e, subsidiariamente, para com o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias imputadas à contratada pela prestação do serviço, atribuindo-se-lhe culpa *in eligendo*, caso demonstrado que agiu com falta de cautela na escolha das pessoas a quem confiou o acompanhamento da execução contratual, conforme Súmula 341 do STF, ou culpa *in vigilando*, se demonstrado que houve falta de cuidado, diligência, vigilância e atenção na fiscalização das obrigações da contratada, invocando-se a responsabilidade subsidiária do ente público

Nesse diapasão, reforça-se o risco que representa ao sucesso da contratação a designação conflituosa, entre Direção-Geral e servidores designados, das equipes de gestão e

fiscalização administrativa do contrato, culminando em fiscalizações ineficientes e negligentes. Buscando evitar que a Administração sofra com danos relacionados à languidez da gestão administrativa de contratos no campus, o Setor de Contratos criou um canal — um drive compartilhado na ferramenta Google Drive, institucionalizada pelo IFRS como ambiente de trabalho virtual/remoto — que permite disponibilizar os documentos relacionados às licitações e aos contratos vigentes, conteúdos atinentes às funções de gestão e fiscalização, fluxos de instrução processual para quitação, pagamento e aditamento de contratos, além de modelos de relatórios de acompanhamento da execução, os quais podem ser preenchidos online, de forma colaborativa, contando com a supervisão e orientação do Setor de Contratos. Também por meio desta ferramenta é que o Setor de Contratos realiza a periódica atualização das planilhas de custos, de retenção à conta vinculada e de acompanhamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, que embasam o cálculo de glosas e a operacionalização da conta vinculada

Entretanto, para que se estruture melhor a designação da fiscalização administrativa de contratos, faltam ferramentas auxiliares informativas no contexto geral do próprio órgão, como um mapeamento de competências e comprometimento efetivo da carga horária dos servidores TAE e docentes, como proposto pelo Setor de Contratos, mas não alimentado pela área de recursos humanos do Campus, que possa auxiliar os gestores do órgão (Direção-Geral e Direção de Administração) na tomada de decisão referente à designação de servidores para as funções de fiscalização de contratos.

O controle e tratamento dos riscos das contratações públicas no Campus Restinga vem sendo realizado, de forma limitada, pela Coordenadoria de Contratos, haja vista a insuficiência de mão de obra no setor, desconhecendo-se, até o momento, qualquer política de governança pública que gerencie riscos institucionais e que possa ser adotada como referência e implementada no próprio órgão e, conseqüentemente, na gestão de seus contratos administrativos. Diante de tais limitações, um dos tratamentos dos riscos iminentes relacionados à gestão de execução contratual foi deslocar toda a gestão de execução contratual para a Coordenação de Contratos e vincular o Setor de Compras e Licitações diretamente à Direção Administrativa, para fins de atendimento ao princípio da segregação de funções, em atendimento parcial ao Decreto nº 11.246/2022. Nesse modelo atualmente vigente, a gestão e fiscalização de todos os contratos administrativos é centralizada na Coordenadoria de Contratos, que conta com apenas duas servidoras para o desempenho de todas as rotinas inerentes à gestão contratual em seu sentido amplo — renovações, repactuações, alterações contratuais, penalizações, análise documental e operacionalização da conta vinculada, entre outras —, sendo auxiliadas, exclusivamente no que tange à fiscalização técnica, por servidores das áreas requisitantes, designados como fiscais técnicos titulares e substitutos de cada contrato. Não há, atualmente, empresa contratada para apoio na análise documental exigida na fiscalização administrativa, o que representa risco considerável dado o volume de obrigações a cargo do setor, responsável pela gestão de cerca de 40 contratos administrativos, dentre os quais 7 são com dedicação exclusiva de mão de obra.

De acordo com o art. 8º do Decreto 11.246/2022, os gestores e fiscais de contratos devem ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível, ou, ainda, qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público. Entretanto, registra-se a inviabilidade de atendimento deste quesito no que diz respeito à fiscalização técnica, já que o próprio parágrafo segundo, inciso I, exige a consideração da compatibilidade da designação com as atribuições do cargo. Desta forma, mantém-se necessária a designação de fiscais técnicos titulares e substitutos para cada contrato, objetivando o devido recebimento provisório por aquele que detém plenas condições

de atestar a entrega ou execução integral do serviço — geralmente o servidor requisitante, por ser quem possui a competência específica para este fim. Ainda no mesmo artigo do supracitado decreto, o parágrafo quarto prevê, motivada e excepcionalmente, a possibilidade de a gestão de execução do contrato ser realizada por um setor do órgão, o que se justifica, no caso do Campus Restinga, pelos próprios tratamentos de riscos necessários conforme já descritos, optando-se pela centralização da gestão de execução na Coordenação de Contratos.

Não menos importante, é neste contexto que se julga acertada a opção pelo uso da Conta-Depósito Vinculada, bloqueada para movimentação, em detrimento da opção pelo Pagamento pelo Fato Gerador, ambas instituídas pela IN Seges/MP nº 05/2017, em seu art. 18, §1º, como ferramentas de controle interno para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS. Ocorre que, conforme o Caderno de Logística - Conta Vinculada, na utilização de conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, a Administração deve reter, mensalmente, do valor da fatura emitida pela contratada, com base na planilha de custos e formação de preços, o percentual correspondente ao provisionamento do $\frac{1}{3}$ constitucional e salário de férias, 13º salário e verbas rescisórias de cada um dos colaboradores alocados na prestação do serviço. Já no Pagamento pelo Fato Gerador, a liquidação e pagamento desses percentuais à contratada ocorre tão somente mediante a comprovação da ocorrência do fato ou do conjunto de fatos que geraram esta obrigação à Administração, implicando em alterações na gestão financeira do órgão, que precisará resguardar no próprio empenho os percentuais relativos ao cumprimento dessas obrigações, geralmente quitadas no exercício seguinte, implicando na inscrição dessa Nota de Empenho em restos a pagar. Outro aspecto que traz insegurança no uso desta ferramenta é o fato de que os empenhos raramente compreendem todo o valor anual do contrato e precisam ser reforçados ao longo do ano, primeiramente em razão dos repasses de orçamentos se darem de forma fracionada, mas também em razão da própria correção monetária dos valores contratados — reajustes e repactuações —, sendo possível que em dado momento a contratada comprove a ocorrência de fato gerador e a Administração não disponha de recursos orçamentários e/ou financeiros para restituir-lhe o valor pago dentro do prazo estabelecido no Caderno de Logística - Pagamento pelo Fato Gerador. Assim, embora se tratem de mecanismos igualmente eficientes na fiscalização administrativa dos contratos com mão de obra alocada, considerando-se a experiência dos servidores na utilização da Conta-Depósito Vinculada, a existência de um fluxo de trabalho já consolidado, bem como de um Acordo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, e a deficiência de força de trabalho na área, ponderado o custo-benefício, admite-se como mais seguro e viável a opção pela utilização da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, diminuindo assim a probabilidade de erros no gerenciamento de riscos referentes ao descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento do FGTS por parte da contratada.

Outrossim, é razoável que se exija da contratada a apresentação, na assinatura do termo de contrato, de garantia de execução contratual aplicável, inclusive para pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e com prazo de validade de 15 (quinze) meses — adicional de 90 (noventa) dias contados da data de encerramento do contrato —, bem como expressa autorização à contratante para retenção da garantia, a qualquer tempo, em razão do descumprimento parcial ou total do ajuste.

Registra-se, por fim, a significativa necessidade de ampliação do quadro de servidores tanto no Setor de Licitações quanto na Coordenadoria de Contratos. No Setor de Licitações, a Agente de Contratação atua sem função gratificada compatível com o risco relativamente alto

inerente às suas atribuições e sem previsão de substituto para suas eventuais ausências funcionais, situação agravada pelo fato de a segunda servidora estar alocada apenas temporariamente via Ordem de Serviço, sem garantia de continuidade. Na Coordenadoria de Contratos, as duas servidoras respondem integralmente pela gestão e fiscalização administrativa de todos os contratos do Campus, sem o apoio de empresa especializada na análise documental, o que torna o cenário atual de elevado risco operacional e institucional, exigindo atenção prioritária da gestão do órgão.

O Mapa de Riscos da contratação encontra-se anexo a este Estudo Técnico Preliminar (Apêndice A do ETP).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui uma das etapas do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica e legal da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental; e embasar o Termo de Referência ou o Projeto Básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável. É na elaboração dos estudos técnicos preliminares que diversos aspectos devem ser levantados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, que haja condições de atendê-la, que os riscos de atendê-la são gerenciáveis e que os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente.

Nesse sentido, após analisar-se aqui a descrição da necessidade, conforme manifestado pelas áreas requerentes, a descrição dos requisitos técnicos inerentes à demanda e à contratação, a análise das soluções disponíveis no mercado para atendimento à demanda, e suas perspectivas positivas e negativas, depreende-se que a solução mais acessível e viável de ser operacionalizada no *campus Restinga* é a “*Solução 1*” apresentada no levantamento de mercado: “Contratação de empresa para prestar o serviço de zeladoria nas dependências do Campus Restinga do IFRS, envolvendo a disponibilização de mão de obra capacitada, em regime de dedicação exclusiva, quando indispensável, e o fornecimento dos insumos necessários ao correto e satisfatório atendimento das necessidades da instituição” em virtude dos aspectos já apresentados nos itens 4 e 5 deste Estudo Técnico Preliminar. Ademais, para viabilizar a correta execução da solução apresentada necessita-se elencar as metodologias de execução do serviço e apresentar um panorama geral do local de prestação dos serviços.

Para suprir as necessidades da instituição, a prestação dos serviços deve ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h, sendo este o horário padrão de execução das atividades. No entanto, a prestação dos serviços poderá sofrer alterações devido a modificações no calendário acadêmico, motivos de força maior- o que pode incluir, mas não se limitam a, desastres naturais, pandemias, greves ou qualquer outra situação imprevisível que impeça a continuidade normal das atividades- e outras circunstâncias alheias à vontade da Administração que impactem o funcionamento do órgão.

Essas alterações, que podem reduzir ou aumentar a necessidade dos serviços, devem ser compensadas mediante banco de horas ou descontadas da empresa contratada, caso a administração não tenha interesse na compensação das horas eventualmente dispensadas.

6.1 Metodologias de execução do serviço/rotinas a serem executadas:

Conforme o Manual de Zeladoria do IFRS há algumas atividades gerais que devem ser executadas pelo zelador no Campus da instituição, sendo elas as seguintes:

- Verificar o fechamento de portas e janelas, ligar e apagar lâmpadas e aparelhos de ar-condicionado. Monitorar a circulação de pessoas e veículos e contatar os proprietários de veículos com problemas ou faróis ligados. Controlar os equipamentos e ferramentas do prédio e relatar avarias nas instalações ao fiscal de contrato. Prevenir incêndios inspecionando hidrantes, mangueiras e extintores. Verificar e controlar o nível de água dos reservatórios e isolar áreas do prédio que estejam em reformas ou construções
- Atender aos funcionários das empresas de água, luz, telefonia, correios e outros serviços. Acompanhar as empresas que prestam serviços de manutenção nos prédios do IFRS e a movimentação de fornecedores na entrega de produtos/serviços. Transmitir ao gestor e ao fiscal de contrato todo o problema que venha a ter conhecimento, quanto a movimentação de pessoas, quanto na identificação de problemas na infraestrutura dos prédios;
- Receber mercadorias, materiais e equipamentos, quando autorizado pelo gestor ou fiscal de contrato;
- Realizar pequenos reparos e verificar o funcionamento de bombas d'água. Fazer a troca de torneiras e lâmpadas e executar reparos, quando necessários, em portões e fechaduras. Isolar áreas interditadas ou que ofereçam riscos à comunidade acadêmica
- Manter o estacionamento sinalizado e relatar qualquer tipo de ocorrência, por escrito, ao fiscal do contrato sobre eventos ou sinistros que ocorram no local;
- Avaliar, em conjunto com o fiscal do contrato, a necessidade de podas de árvores no entorno das edificações do Campus;
- Operar aparelhos de comunicação, redigir relatórios de ocorrências, transmitir recados e avisos e possuir habilidade em lidar com o público usuário das dependências do IFRS
- Aplicar normas de combate à incêndio e prestar primeiros socorros comunicando as ocorrências ao fiscal do contrato;
- Manter sempre limpos e prontos para serem usados todos os apetrechos de pequenos consertos elétricos ou hidráulicos, os quais devem ficar guardados no almoxarifado ou em local definido pelo IFRS;
- Zelar constantemente pelos jardins do campus, evitando a destruição de plantas, fazer pequenos reparos e regá-las quando necessário;
- Manter as calçadas sempre limpas;
- Manter os portões/portas e janelas lubrificados;
- Executar demais serviços pertinentes a sua função, de acordo com a solicitação do gestor do contrato;
- Executar ou providenciar pequenos serviços de manutenção geral das edificações do IFRS, sendo eles:
 - executar serviços de pintura;
 - executar serviços de impermeabilização de janelas (silicone ou PU);
 - troca de piso quebrado;
 - fixação de telha;
 - limpeza das calhas;
 - troca de lâmpadas queimadas;
 - reparos hidráulicos;
 - regulagem de esquadrias;
 - lubrificação de portões, esquadrias e maçanetas e
 - serviços semelhantes ao listado

Além disso, do mesmo documento citado acima foi possível extrair algumas atividades específicas que devem ser realizadas pelo serviço de zeladoria e a periodicidade de cada uma conforme a tabela abaixo:

ATIVIDADE	FREQUÊNCIA
Verificar o fechamento de portas e janelas, ligar e desligar lâmpadas e aparelhos de ar-condicionado. Monitorar a circulação de pessoas e veículos e contatar os proprietários de veículos com problemas ou faróis ligados	Diária
Atender aos funcionários das empresas de água, luz, telefonia, correios e outros serviços. Acompanhar as empresas que prestam serviços de manutenção nos prédios do IFRS e a movimentação de fornecedores na entrega de produtos/serviços.	Diária
Manter o estacionamento sinalizado e relatar qualquer tipo de ocorrência.	Diária
Manter as calçadas sempre limpas.	Diária
Manter os portões/portas e janelas lubrificadas	Semanal
Válvulas e Caixas de Descarga: <ul style="list-style-type: none"> inspeção de vazamento; regulagens e reparos dos elementos componentes; teste de vazamento nas válvulas ou nas caixas de descarga 	Semanal
Registros, Torneiras e Metais Sanitários: <ul style="list-style-type: none"> inspeção de funcionamento; reparos de vazamento com troca de guarnição, aperto de gaxeta e substituição do material completo. 	Semanal
Tubulações (água, esgoto e pluvial) (tubos, conexões, fixações e acessórios): <ul style="list-style-type: none"> inspeção de corrosão; inspeção de vazamento; serviços de limpeza e de desobstrução; reparos de trechos e de fixações, inclusive repintura; inspeção das uniões dos tubos e conexões. 	Semanal
Ralos e Aparelhos Sanitários: <ul style="list-style-type: none"> inspeção de funcionamento; serviços de limpeza e de desobstrução 	Semanal
Luminárias: <ul style="list-style-type: none"> inspeção e limpeza; substituição de peças avariadas (reatores, soquetes, vidro de proteção e outros). 	Semanal
Lâmpadas: <ul style="list-style-type: none"> inspeção e substituição das lâmpadas queimadas. 	Semanal

Caixas Coletoras e Caixas de Gordura <ul style="list-style-type: none"> • inspeção geral; • retirada dos materiais sólidos; • retirada dos óleos e gorduras 	Quinzenal
Bombas Hidráulicas: <ul style="list-style-type: none"> • inspeção de gaxetas, manômetros, ventilação do ambiente; • lubrificação de rolamentos, mancais e outros; • verificação de funcionamento do comando automático. 	Mensal
Calhas: <ul style="list-style-type: none"> • Inspeção de vazamento; • serviços de limpeza e de desobstrução; • reparos de trechos e de fixações; • inspeção das uniões calha x tubos; • pintura das calhas e condutores metálicos. 	Mensal
Interruptores e Tomadas: <ul style="list-style-type: none"> • inspeção e execução dos reparos necessários. 	Mensal
Extintores de Incêndio: <ul style="list-style-type: none"> • inspeção da validade da carga, da validade do teste de pressão do cilindro e/ou do nível de pressão dos extintores. 	Mensal
Luminária de emergência: <ul style="list-style-type: none"> • inspeção da bateria e/ou funcionamento. 	Mensal
Hidrantes: <ul style="list-style-type: none"> • inspeção de caixas de hidrantes (mangueiras, chaves e bicos) e conferir eventuais vazamentos; • conferir a identificação dos equipamentos de incêndio; • conferir luzes de emergência. 	Mensal
Chaves: <ul style="list-style-type: none"> • conferência e organização das chaves das edificações. 	Mensal
Reservatórios: <ul style="list-style-type: none"> • inspeção e reparos do medidor de nível, torneira de bóia, extravasor, sistema automático de funcionamento das bombas, registros de válvulas de pé e de retenção; • inspeção da ventilação do ambiente e das aberturas de acesso; • controle do nível de água para verificação de vazamentos; • inspeção das tubulações imersas na água. 	Semestral

6.3 Do local de prestação dos serviços

O Campus Restinga do IFRS está situado no extremo-sul de Porto Alegre/RS, em bairro homônimo (Restinga), que fica a cerca de 1 (uma) hora do centro da capital, onde vivem, segundo o último censo do IBGE (2022), mais de 62 mil pessoas, em sua grande maioria, famílias com renda de até 2,1 salários mínimos, e que, em grande parte, convivem com condições precárias de moradia, saneamento, educação, emprego e desporto.

De implantação horizontalizada, ao longo de um terreno de aproximadamente 44.000m² (quarenta e quatro mil metros quadrados), como se vê na Figura 1 e na Figura 2,

abaixo, a sede do órgão contratante é composta unicamente por prédios térreos, sendo um ginásio/quadra de esportes (presente apenas na Figura 1), um prédio garagem/depósito de materiais, um prédio do laboratório de agroecologia (presente apenas na Figura 2) e outros 5 blocos de prédios, paralelos e unidos por um corredor central, de forma a constituir uma só massa construída, onde se concentra a maioria das atividades acadêmicas (de ensino, pesquisa e extensão) e administrativas do órgão. Nas áreas externas, além das calçadas que circundam os prédios (pisos pavimentados adjacentes), destinadas ao trânsito de pedestres, e passeios e arruamentos (calçamentos), em que é autorizado o estacionamento (em locais delimitados) e o trânsito de veículos desde os acessos até o entorno dos blocos e da quadra esportiva, encontra-se uma ampla área verde, de vegetação nativa, gramados, hortas, jardins e canteiros cultivados pelos servidores e alunos do curso Técnico em Agroecologia.

Figura 1 - Área de abrangência do serviço



Fonte: Google Maps.

Figura 2 - Área de abrangência do serviço aproximada



7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Ao analisar a atuação e as tarefas atribuídas ao zelador citadas no item 6, além de, comparar com o mesmo serviço já prestado no Campus Restinga por meio do contrato 124/2024 oriundo do Pregão Eletrônico 90013/2024 com a compilação de todos os chamados relativos às atividades atribuídas ao zelador no relatório de chamados (Apêndice B do ETP) , percebe-se que o serviço precisa estar disponível de forma ininterrupta, durante os 12 meses do ano no maior período diário possível de funcionamento do campus. Assim, para que a demanda anteriormente descrita seja atendida de forma geral estima-se necessidade da alocação de 1 (um) funcionário com a carga horária de 40h semanais.

Tabela 2 - Quantidades Contratadas

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	1	Serviço de zeladoria- 40h semanais. Posto fixo de 1 funcionário, na sede da contratante, das 8h às 17h de segunda-feira a sexta-feira com 1h (uma) hora de intervalo de forma contínua.	Serviço (mês)	12

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A fim de que o atendimento do interesse público se dê de forma eficaz, socioambientalmente sustentável e economicamente eficiente à Administração, maximizando o emprego de seus escassos recursos, buscou-se o aprimoramento da solução contratada, desde sua concepção até a definição de um valor real e justo para a remuneração dessa, condizente com o que se pratica no mercado local.

Com esse intuito, realizou-se ampla pesquisa de preços, norteadas pela IN SG/ME nº 65/2021 para estimar os preços dos uniformes, EPI's e equipamentos que devem ser fornecidos para execução do serviço conforme o item 4 deste ETP (Apêndice D). Por exigir a dedicação exclusiva de mão de obra, a formação de preços dessa contratação parte, essencialmente, da estimativa de custos com a mão de obra a serem fornecidos pela contratada baseando-se na CCT da categoria, chegando-se ao preço mensal do contrato em razão do número de postos de zeladoria e dos custos mínimos da contratação dispostos na IN SG/ME nº 176/2024.

Assim, foi elaborada a Planilha de Custos e Formação de Preços (Apêndice C), com fundamento no Anexo VII-D da IN Seges/MP nº 05/2017, na IN SEGES/MGI nº 176/2024 e na Convenção Coletiva de Trabalho nº RS000041/2026. A composição dos custos considerou todos os encargos trabalhistas, previdenciários e benefícios aplicáveis à categoria profissional, incluindo as recentes previsões da CCT relativas ao Prêmio Assiduidade, bem como o benefício de Reembolso-Creche, cuja observância passou a ser exigida nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. Tais benefícios (prêmio assiduidade, reembolso creche e plano de benefício familiar) foram considerados na planilha como custos mínimos relevantes da contratação, razão pela qual os valores e percentuais adotados constituem parâmetros mínimos obrigatórios para a elaboração das propostas, não sendo admitida a sua redução pelos licitantes, admitindo-se apenas a apresentação de valores ou percentuais superiores àqueles estimados pela Administração, desde que devidamente fundamentados e compatíveis com o instrumento coletivo de trabalho aplicável. Dessa forma, buscou-se assegurar a adequada estimativa dos custos da contratação, a preservação dos direitos trabalhistas, a observância das

disposições da Convenção Coletiva de Trabalho e da IN SEGES/MGI nº 176/2024, bem como a exequibilidade das futuras propostas.

Adicionalmente, foi realizada pesquisa de preços por meio da plataforma Pesquisa de Preços do Governo Federal, contemplando contratações públicas similares ao objeto pretendido. Os resultados obtidos demonstram a compatibilidade e a razoabilidade dos valores estimados na Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme evidenciado no Relatório de Pesquisa de Preços constante no Apêndice D deste Estudo Técnico Preliminar.

Tabela 3 - Valor Estimado da Contratação

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QTD	MÉTODO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
[1] Serviço de Zeladoria	1	Serviço de zeladoria- 40h semanais. Posto fixo de 1 funcionário, na sede da contratante, das 8h às 17h de segunda-feira a sexta-feira com 1h (uma) hora de intervalo de forma contínua.	Serviço (mês)	1	PCFP	R\$ 6.772,35	R\$ 81.268,26

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A regra geral quanto ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações é, havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula Tribunal de Contas da União nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (grifo nosso)

Contudo, conforme o disposto anteriormente fica evidente que o objeto a ser contratado não é divisível, visto que trata da prestação de um único tipo de serviço, sendo perfeitamente aceitável, portanto, a contratação sob item único, correspondente a uma única solução, não resultando assim, prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Atribuindo-se à contratada a obrigação de fornecimento não só de mão de obra qualificada, como também dos insumos (ferramentas, equipamentos, maquinários, EPIs e uniformes) necessários à execução do serviço demandado, não se identifica a exigência de contratação interdependente com a solução principal.

Contudo, em determinadas atividades de manutenção são necessários dois trabalhadores para a execução do serviço, justificado pela necessidade de apoio com ferramental e manipulação dos equipamentos (ex. fixação de quadros, troca de calhas de

lâmpada em altura, movimentação de móveis e utensílios, etc.). Assim, como trata-se de atividades esporádicas opta-se por incluir no rol de serviços a serem previstos na contratação do serviço de manutenção predial a contratação de um servente de manutenção predial remunerado por horas trabalhadas. Assim, as atividades pontuais elencadas acima poderão ser executadas unindo-se o serviço dessas duas contratações (zeladoria e manutenção predial).

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O objeto da contratação requerida alinha-se com o Planejamento Estratégico institucional, e está abarcado, no Plano de Ação Anual do IFRS-Campus Restinga / PDI do IFRS, pela Ação Estratégica "*Manter Serviço de Zeladoria*", sob responsabilidade da Direção Administrativa, à qual foi reservado o valor de R\$ 70.000,00, oriundos da matriz orçamentária deste Campus.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Essencialmente, a contratação busca atender as necessidades de salubridade e manutenção da instituição provendo aos frequentadores ambientes mais agradáveis a sua permanência e desempenho de suas funções. Outrossim, espera-se manter juntamente com a prestação do serviço de zeladoria a estrutura interna e externa do órgão sempre limpas, organizadas, seguras, livres de contaminação e agentes deteriorantes das estruturas, contribuir também para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas e administrativas, afinal, a produtividade está diretamente ligada ao asseio/infraestrutura do ambiente de trabalho e, por conseguinte, ao bem-estar do trabalhador.

Para assegurar que o resultados esperados com a contratação sejam alcançados, propõe-se a elaboração, nos moldes do modelo disponibilizado no Anexo V-B da IN Seges/MP nº 05/2017, e aplicação de um Instrumento de Medição de Resultados (IMR)³ (Apêndice E do ETP), com o propósito de assegurar que a execução dos serviços atenda (ou supere) os padrões de qualidade definidos, bem como que o descumprimento de obrigações por quaisquer das partes seja imediatamente ressarcido.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Por tratar-se de serviço especializado, cuja mão de obra a ser cedida deve ser previamente capacitada pelo fornecedor contratado, estando já devidamente habilitada para o exercício de sua atividade técnica, bem como munida de suas ferramentas de trabalho e equipamentos de proteção individual, não será necessário que a Administração contratante invista em treinamentos, materiais e/ou equipamentos específicos para o serviço em questão, contratado por período predeterminado.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Este estudo foi elaborado não só a partir da observação de normativas aplicáveis ao objeto, mas também de uma ótica mais humanista, voltada à proteção do homem e do ambiente em que vive, para preservá-lo, e assim proteger a vida, em termos imediatos, e

³ Mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme define a IN Seges/MP nº 05/2017, no inciso IX de seu Anexo I.

também a médio e longo prazos, o que se faz com a proposição de sistemáticas mais sustentáveis em nível sócio-ambiental e econômico, seja por meio de exigências concretas incluídas nos requisitos da contratação, na descrição da solução e obrigações da contratada e da contratante, ou por meio da proposição de ações de conscientização da comunidade acadêmica, posto que, na prática, os valores éticos e socioambientais que envolvem a licitação e se estendem à gestão contratual refletem a responsabilidade da Administração no desempenho de seu papel de 'gestor da coisa pública', defendendo os interesses do cidadão e, neste caso, consumidor final.

É com este intuito que se firmam, por exemplo, a vedação à contratação de fornecedores imposta em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, etc., a exigência de declarações de que o licitante se encontra regular perante o Ministério do Trabalho, assim como exigências relativas ao atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho e à comprovação do atendimento às legislações trabalhistas e previdenciária.

Por fim, ainda neste sentido é que se reforça o poder/dever da Administração de, de forma justa, assegurada a ampla defesa e o contraditório, avaliar a execução contratual e aplicar sanções administrativas ao contratado que infringir as leis e normativas infralegais (inclusive as ambientais) e/ou o próprio acordo firmado com a contratante, dando-lhe a respectiva publicidade, de forma a ressoar o posicionamento deste órgão e o seu tratamento a fornecedores com comportamento antagônico aos valores éticos que a administração pública deve nutrir e difundir.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Em atenção ao disposto no art. 24, § 1º, inc. XII, da IN Seges/MPDG nº 05/2017, meio da a Equipe de Planejamento posiciona-se pela VIABILIDADE e RAZOABILIDADE de realização de contratação, na forma e visando à consecução da solução detalhada neste estudo, para atendimento à necessidade manifestada pela área requerente no Documento de Formalização de Demanda autuado ao processo.

Lista de Apêndices:

- Apêndice A- Mapa de Riscos;
- Apêndice B- Relatório de Chamados para reparos no Campus Restinga;
- Apêndice C- Planilha de Custos e Formação de Preços;
- Apêndice D- Pesquisa de Preços;
- Apêndice E- Instrumento de Medição de Resultados;
- Apêndice F- CCT RS000041/2026/SINDASSEIO

Porto Alegre/RS, 15 de junho de 2026.

À apreciação da autoridade competente da unidade de Compra e Licitações.

TANISE FERNANDES DE LIMA
Mat. Siape 2147386
Integrante Administrativo

ANTÔNIO LUÍS RAMOS LOPES
Mat. Siape 1078383
Integrante Requisitante

CAROLINE PEREIRA
Mat. Siape 3306415
Agente de Contratação

Membros da Equipe de Planejamento da Contratação
(designada sob Ordem de Serviço RESTINGA/IFRS nº 11, de 26 de maio de 2026)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

APÊNDICE A DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- MAPA DE RISCOS
(INTEGRA O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO
DE ZELADORIA PARA O IFRS-CAMPUS RESTINGA)

1. FASE DE ANÁLISE

☒ **Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor**

☐ **Gestão do Contrato nº xx/20xx**

Objeto da Contratação: Serviços de zeladoria

2. RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE

Ordem de Serviço de Designação Equipe de Planejamento da Contratação nº:
11/2026/RESTINGA/IFRS

Integrante Requisitante: Antônio Luís Ramos Lopes (1078383)

Integrante Administrativo: Tanise Fernandes de Lima (2147386)

Agente de contratação: Caroline Pereira (3306415)

3. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

RISCO 1: empresas sem qualificação adequada para a execução do objeto.			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano			
<ul style="list-style-type: none">Não obtenção do correto e preciso objeto contratado;Descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica, edital e contrato.			
Ação Preventiva		Responsável Pela Ação	
Incluir no edital exigências de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica mais robustas (ver Acórdão 1.214/2013-Plenário).		Setor de Compras e Licitações.	
Especificar, de forma clara, no Termo de Referência, as sanções administrativas		Equipe de Planejamento da Contratação.	

que a empresa estará sujeita caso não cumpra os termos do contrato.	
Ação de Contingência	Responsável Pela Ação
Instauração de processo de penalização.	Gestor de Execução do Contrato e Setor de Contratos.
Abertura de novo procedimento licitatório.	Setor requisitante.

RISCO 2: Fiscalização não ser efetiva			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano			
<ul style="list-style-type: none"> • Recebimento de objeto diverso que foi contratado; • Recebimento de serviço de maneira diversa da que foi contratada; • Pagamento indevido; • Risco de responder solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários devidos pela contratada. 			
Ação Preventiva		Responsável	
Maior envolvimento e responsabilidade dos fiscais com IN MPDG 05/2017.		Equipe de Gestão e Fiscalização da Execução Contratual e Diretor-geral.	
Atenção aos fluxos, manuais e modelos de documentos disponibilizados pela Instituição.		Responsável pela demanda e Equipe de Gestão e Fiscalização da Execução Contratual.	
Escolha dos fiscais levando-se em conta o conhecimento técnico dos indicados.		Chefia da área requisitante e Diretor-geral.	
Ação de Contingência		Responsável	
Capacitação e treinamento dos fiscais e gestores.		Equipe de Gestão e Fiscalização (por iniciativa própria e comprometimento); Unidade de Capacitação (DGP - Reitoria).	

RISCO 3: Descumprimento contratual.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano			
Ineficácia dos serviços prestados ao público.			
Ação Preventiva		Responsável	
Estabelecer a metodologia de execução e avaliação dos serviços.		Equipe de Planejamento da Contratação.	
Controle de acompanhamento da qualidade do serviço prestado através de		Equipe de Gestão e Fiscalização da Execução Contratual	

avaliação respondida pelo público diretamente interessado.	
Ação de Contingência	Responsável
Reuniões com a empresa, buscando solucionar faltas na execução do contrato.	Equipe de Gestão e Fiscalização da Execução Contratual
Aplicar corretamente o Instrumento de Medição de Resultados e o instrumento da glosa e advertência ao contratado.	Equipe de Gestão e Fiscalização da Execução Contratual
Instauração de processo de penalização e rescisão contratual.	Gestor de Execução do Contrato e Setor de Contratos.

RISCO 4: descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e de recolhimento do FGTS			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input checked="" type="checkbox"/> Alto
Dano			
Responsabilidade subsidiária da Administração Pública, em eventual reclamatória trabalhista, quando comprovada culpa ou desídia, pelos danos causados ao empregado terceirizado.			
Ação Preventiva	Responsável		
Elaboração de lista de verificação adaptada para cada fiscalização.	Equipe de Planejamento da Contratação.		
Análise criteriosa da documentação exigida para a habilitação do contratado.	Comissão de Contratação e Agente de Contratação.		
Fiscalização eficiente e efetiva na execução do contrato.	Equipe de Gestão e Fiscalização da Execução Contratual		
Comunicar os órgão e autoridades competentes para a solução de descumprimentos das obrigações trabalhistas e previdenciárias eventualmente identificados na fiscalização da execução.	Gestor de Execução do Contrato.		
Ação de Contingência	Responsável		
Uso da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Setor de Contratos, Financeiro e Equipe de Gestão e Fiscalização da Execução Contratual.		
Apuração interna para identificar possíveis responsabilidades.	CGP e Direção-Geral		

Instauração de processo de penalização.	Gestor de Execução do Contrato e Setor de Contratos.
---	--

RISCO 5: Vícios, sanáveis ou não, em atos, medidas e procedimentos administrativos de responsabilidade do setor de Contratos e do Setor de Compras e Licitações.		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo	() Médio (X) Alto
Dano		
Comprometimento da segurança jurídica do processo de contratação, podendo invalidá-lo, levando à responsabilização, se comprovada culpa ou desídia, da autoridade competente, do agente de contratação e da comissão de contratação.		
Ação Preventiva		Responsável
Análise criteriosa dos autos do processo.		Autoridade competente (Ordenador)
Atenção aos fluxos e manuais instituídos no órgão e uso dos modelos de documentos, especialmente para atos administrativos, disponibilizados pela CGU.		Agente/Comissão de Licitação e Equipe de Planejamento da Contratação.
Validação do processo junto à ENALIC-AGU.		Agente/Comissão de Licitação e Autoridade Competente.
Segregação de Funções.		Direção-geral.
Adequado dimensionamento da força de trabalho dedicada aos processos de compras, licitações e contratos, inclusive fiscalização e acompanhamento/suporte às equipes de gestão da execução contratual.		Direção-geral e Conselho de Campus
Ação de Contingência		Responsável
Apuração interna para identificar possíveis responsabilidades.		Direção-geral e CGP.
Convalidação de atos e procedimentos administrativos não previamente avaliados pela Consultoria Jurídica.		Agente/Comissão de Licitação e Autoridade Competente.
Correção de vícios sanáveis em atos e procedimentos administrativos.		Agente/Comissão de Licitação e Autoridade Competente.

RISCO 6: O quantitativo contratado (nº de postos, frequência de execução dos serviços, materiais empregados) demonstrar-se incondizente com a real demanda, ou ao longo do contrato, por motivo de força maior, se tornar superior à real demanda do órgão.		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo	(X) Médio () Alto

Dano	
O Serviço contratado não será suficiente para atender à demanda, resultando em ambientes insalubres no Campus Restinga; ou resultará dano ao erário e em possível enriquecimento ilícito da contratada.	
Ação Preventiva	Responsável
Avaliar as contratações anteriores de objeto igual ou similar.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Realização de um Estudo Técnico Preliminar claro e objetivo quanto ao dimensionamento do quantitativo.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Constante avaliação da contratação a fim de identificar necessidade de ajustes no dimensionamento do objeto.	Equipe de Gestão e Fiscalização da Execução Contratual
Ação de Contingência	Responsável
Apuração interna para identificar possíveis responsabilidades.	Direção-geral e CGP.
Aditar e/ou rescindir o contrato.	Setor de Contratos.
Iniciar novo procedimento licitatório, se necessário.	Área requisitante e Equipe de Planejamento da Contratação.

ID	Título	Descrição	Categoria	Data de abertura	Requerente - Requerente	Urgência
785	Conserto vazamento	Cano de água próximo ao ginásio vazando	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL > VAZAMENTO DE AGUA	01-06-2026 17:29	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
786	Bebedouro na quadra coberta	Instalação	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	01-06-2026 17:29	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
787	Instalação de projetores	Projetores nas salas 118 e 517	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	01-06-2026 17:31	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
783	Prancha para cadeira de rodas	prancha de madeira para acesso com cadeira de rodas no espaço da churrasqueira	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	26-05-2026 14:13	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
779	solicitação de serviços	Oi Precisamos de auxílio do zelador para modificar uns móveis de lugar na sala de estudos, e fazer um transporte te um saco de terra e coloca-lo em um vaso na biblioteca.	Conserto de bens móveis	15-05-2026 15:13	PAULA PORTO PEDONE	Média
755	Montagem dos bancos de jardim	Montagem de 10 bancos	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	02-04-2026 16:46	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
694	Mola do portão	Verificar a possibilidade de conserto	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	27-11-2025 15:54	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
768	Armário com chave	Solicito armário com chave para a sala 402.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	22-04-2026 16:03	Gilberto Pavani	Média
753	Ar condicionado da sala 412	O ar da sala 412 está escorrendo água pra dentro da sala.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	01-04-2026 15:11	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
780	Bebedouro na quadra coberta	Instalar bebedouro grande na quadra coberta	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	18-05-2026 17:51	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
781	Fiação elétrica a mostra e ventilador caindo 302	Oi pessoal! Bom dia! A profa. Andressa informou que tem um ventilador caído na sala 302, no bloco 3, e que está com a fiação elétrica a mostra, podendo ocasionar acidentes. Podem verificar? Obrigada!!!	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	19-05-2026 11:47	GABRIELLA FRAGA DA RE	Média
654	Bebedouro	Olá colegas, gostaria de solicitar a substituição do bebedouro do bloco 5 pois não gela a água e os estudantes que tem aula ali se deslocam até o bloco 1 e atrapalham a aula.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	27-09-2025 11:16	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
775	Pole dance sala 510	retirar as barras e deixar na biblioteca sala 201	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	07-05-2026 16:54	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
777	Manutenção predial	Oi. Solicito para a biblioteca os seguintes itens: - móvel baixo de 2 portas - 20 cadeiras plásticas sem braço - 2 baias de estudo (localizadas na biblioteca velha)] - 1 suporte de gabinete de computador	Conserto de bens móveis	12-05-2026 18:21	PAULA PORTO PEDONE	Média
778	Refletores da horta	Troca de três refletores próximos ao ginásio.	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	14-05-2026 16:02	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
756	Montagem das lixeiras ecológicas	5 lixeiras	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	02-04-2026 16:46	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
776	Guarita para depósito	Consertar e recolocar em lugar protegido do vento	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	08-05-2026 15:13	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
774	Arrumar miolo da chave da sala dos bolsistas da Agroecologia	Prezados, Nesta terça-feira os bolsistas da Agroecologia não conseguiram mais abrir a porta da sala onde eles guardam seus pertences e outros materiais de trabalho. Não lembro o nº da sala, mas é aquela ao lado da sala das ferramentas no lab de Solos. Sala 700 e pouco. Pode ser o miolo que tenha estragado. Tentei com outra cópia de chave e não pude abrir. Solicito averiguar. Obrigado	Conserto de bens móveis	06-05-2026 00:13	Jovani Zalamena	Média
773	Esgoto pia feminino bloco 5	Troca do corrugado da pia do banheiro feminino do bloco 5	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	04-05-2026 13:50	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
766	luzes queimadas sala 305	Olá. 213 das lâmpadas da sala 305 estão queimadas ou com mal contato, pois não estão acendendo, o que prejudica as aulas do turno da noite.	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	17-04-2026 19:09	Flavia Adriana Andrade	Média
765	Conserto porta armário sala 516	Solicito conserto das dobradiças de armário cinza ao lado do quadro branco e revisteiro. Favor colocar miolo para chave ou outra forma de trancar o armário. O armário está com a porta caída, próximo à mesa da professora com o computador.	Conserto de bens móveis	15-04-2026 08:33	Angela Zanolli Cagliari	Média
771	Sala 204	Olá, tudo bem? A sala 204 está com metade das lâmpadas funcionando. Vocês conseguem colocar mais lâmpadas na sala? Muito obrigada pela ajuda!	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	24-04-2026 19:12	GABRIELLA FRAGA DA RE	Média
763	Cortina sala 307	Cortina está caída.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	13-04-2026 17:41	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
769	Mover sofá da antiga biblioteca para a Sala dos Núcleos (205a)	Conforme acordado por email, gostaria de solicitar a movimentação do sofá que encontra-se atualmente no espaço da antiga biblioteca para a Sala dos Núcleos (205a). A discussão por email incluiu o NEABI (eu), Infra (Antônio), DAP (Thaís) e Biblioteca (Maria Cristina). Caso seja necessário, as bolsistas do NEABI e do NEPGS (Ketlyn e Rafaella) podem ajudar na movimentação.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	23-04-2026 15:19	DIEGO MOREIRA DA ROSA	Média
770	Troca de filtros dos bebedouros	trocar filtro dos bebedouros	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	24-04-2026 16:36	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
761	Conserto rastilhos	Soldar uma mão francesa em 3 rastilhos para deixar mais forte.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	13-04-2026 17:34	Antonio Luis Ramos Lopes	Média

762	Luminária no corredor do auditório	Colocar uma luminária nova e retirar a velha	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	13-04-2026 17:36	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
767	Cabo do projetor sala 310	O cabo do projetor da sala 310 está com mau contato, a imagem fica sumindo.		22-04-2026 13:32	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
764	Móveis do NAPNE	Levar móveis novos do NAPNE para a sala	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	13-04-2026 17:46	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
728	Mudança de cadeiras nas salas de ensino	Colocar as carteiras novas nas salas 306 e 307. Distribuir as cadeiras destas salas para as que tem falta de cadeira		04-03-2026 19:36	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
758	O Cabo HDMI do projetor do lab 406 está com problema de mal contato.	O Cabo HDMI do projetor do lab 406 está com problema de mal contato.	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	08-04-2026 19:21	ALEXSANDRO CRISTOVAO BONATTO	Média
759	O cabo do projetor no laboratório 403 fica muito à esquerda da mesa e	O cabo do projetor no laboratório 403 fica muito à esquerda da mesa e seria melhor se estivesse mais centralizado na mesa, pois quando o notebook está conectado ele fica forçando o cabo, podendo estragar o conector.	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	08-04-2026 21:46	ALEXSANDRO CRISTOVAO BONATTO	Média
757	Conserto armário de aço do corredor	Conserto das portas	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	08-04-2026 15:25	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
746	Fixar barras pole dance	Fixar 4 barras		13-03-2026 17:18	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
723	Projetor do laboratório 508	Boa tarde! Estou em aula na sala 508 agora no período da tarde. O projetor não está funcionando. Ele liga mas em seguida já desliga e não é possível projetar as aulas. Seria possível verificar durante o intervalo das aulas da tarde? Já havia um problema no projetor que, quando desligava a luz no interruptor, ele desligava por alguns segundos. Não sei se é coincidência, mas hoje o ar condicionado está funcionando e o projetor parou de funcionar. Muito obrigada	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	02-03-2026 15:12	Elizandra Martinazzi	Média
695	Ar-condicionado da guarita	Está correndo água pela parede	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	03-12-2025 14:45	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
752	Mesa quebrada	Para fins de registro! Existe a possibilidade de trocarmos as mesas redondas do Laboratório de Matemática? Já estão com os pés quebrados novamente!Vi que as mesas da antiga sala dos estudantes ainda estão lá! Já estão destinadas para algum lugar?	Conserto de bens móveis	27-03-2026 11:27	DIANA VEGA MARONA	Média
754	Solicito a troca de lâmpadas queimadas da sala 104 dos professores.	Solicito a troca de lâmpadas queimadas da sala 104 dos professores.	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	01-04-2026 16:41	DIVANE FLORENI SOARES LEAL	Média
733	Projetor, Tela de Projeção, Cabo e suporte - Sala 518	Olá Colegas Gostaria de solicitar um Projetor Multimídia, Tela de Projeção, cabo e suporte para fixação no teto da sala 518 e ligação no computador da sala. Possuímos no armário um projetor (modelo amarelo) em funcionamento para trocar com outro setor que necessite pois esse pelo que percebi não possibilita fixar no teto. Obrigado		04-03-2026 22:44	Roberto Domingues Souza	Média
642	Colocar suportes na sala de ferramentas da Agroecologia	Prezado, boa tarde. Solicito que o colaborador terceirizado realize a colocação de suportes nas paredes da sala de ferramentas para fixar as ferramentas da equipe de Agroecologia. Os suportes já foram adquiridos. Desde já agradeço Jovani Zalamea	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-09-2025 16:40	Jovani Zalamea	Média
710	Porta do Setor de Ensino	Bom dia! A porta do Setor de Ensino (sala 101) está com problemas na maçaneta, dificultando sua abertura. Solicito a troca ou manutenção. Atenciosamente, Amanda Corrêa	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	19-02-2026 10:43	AMANDA CORREA DE LAVRA PINTO	Média
750	Conserto maçaneta da porta da sala 506	Boa tarde colegas Solicito o conserto da maçaneta da porta da sala 506. Ontem ao final da noite tivemos um incidente em que uma estudante saiu da sala e acabou caindo a parte de dentro da maçaneta, não foi possível recolocá-la e ficamos trancados na sala. Foi preciso chamar alguém para conseguir abrir por fora a porta. Agradecida pela atenção Profa. Divane	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	18-03-2026 17:42	DIVANE FLORENI SOARES LEAL	Média
734	Troca de lugar de quadro e mural - Sala 518	Colegas, Solicito a troca de lugar do quadro branco e do mural da sala quando for instalado o quadro branco de partituras e a tela de projeção. Obrigado		04-03-2026 22:47	Roberto Domingues Souza	Média
732	Quadro para Partitura - Sala 518	Olá Colegas Solicito um quadro branco para instalação na sala 518 que não necessita ser novo pois este quadro será utilizado para escrita de partituras. Será necessário realizarmos a marcação da pauta musical no quadro com caneta permanente logo não será possível utilizar ele posteriormente para outro tipo de aulas. Obrigado		04-03-2026 22:24	Roberto Domingues Souza	Média
751	Ventilador sala 302	Chave liga desliga com problema	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	19-03-2026 16:40	Antonio Luis Ramos Lopes	Média

747	Ar condicionado e ventilador da sala 510	Bom dia, colegas O ar condicionado da sala 510 não está mais refrigerando. Tem um ventilador que também não funciona e o outro da parede da porta está com os fios a mostra com risco de choque.		17-03-2026 10:09	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
749	Pintura mural - fixação parede bloco 5	Solicito a fixação de painel de pintura no bloco 5, ao lado da porta do auditório.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	18-03-2026 08:01	Angela Zanotelli Cagliari	Média
748	Fechadura sala 502	Chave quebrada dentro da fechadura	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	17-03-2026 18:27	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
691	Troca de dispenser de saboneteira	Trocar os dispensers que estão estragados		25-11-2025 15:38	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
731	Manutenção ou Substituição de Cortinas - Sala 518	Colegas, Boa Noite Na sala de música foram instaladas (a algum tempo atrás) algumas cortinas que não abrem ou fecham pois foram reaproveitadas de outra sala. Gostaria de verificar a possibilidade de realizar a troca ou a manutenção delas para que possibilite fechar quando o sol da tarde incide na sala pois acaba que o ar condicionado não possui uma eficiência boa em função do sol.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	04-03-2026 22:21	Roberto Domingues Souza	Média
745	Luminárias sala 510	fixação das luminárias	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	13-03-2026 17:12	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
744	Saboneteira bloco 5 masculino	troca do equipamento	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	13-03-2026 17:11	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
743	Mural próximo ao auditório	Fixação de mural	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	13-03-2026 17:10	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
742	Arrumar	Arrumar ventiladores da sala 312 Arrumar lâmpadas na sala 303 Arrumar lâmpadas na sala 115		10-03-2026 13:28	RUDINEI MULLER	Média
737	Corrigir Iluminação na Bioconstrução e Horta	Prezados, boa tarde. Solicito Corrigir Iluminação em dois espaços da Agreocologia: 1. Na Bioconstrução: Tem duas lâmpadas faltando 2. Na horta atrás da quadra: Tem um refletor queimado, aquele mais perto do açude. Agradeço e fico a dsiposição.	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	05-03-2026 16:22	Jovani Zalameña	Média
741	Sala 519 - porta de armário	Solicito colocação de porta de armário de madeira ao fundo da sala, próximo à janela. A porta está solta, precisa ser colocada nas dobradiças.		10-03-2026 11:12	Angela Zanotelli Cagliari	Média
739	sala 301	Olá colegas O projetor da sala 301 está apresentando falhas de transmissão. Fica piscando em alguns momentos, creio que possivelmente por problemas no cabo. Atenciosamente,	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	10-03-2026 08:23	MARIO AUGUSTO CORREIA SAN SEGUNDO	Média
740	Sala 519 - recolher lâmpadas	Dois perfis de lâmpadas fluorescentes estão na sala 519. Solicito recolher, não estão em uso.	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	10-03-2026 11:11	Angela Zanotelli Cagliari	Média
736	Tampo de vaso solto	O tampo do vaso da terceira cabine do banheiro masculino do primeiro bloco localizado em frente a sala 112 está solto do vaso.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	05-03-2026 16:16	Diego Romeira Cigaran Chaves	Média
722	Conserto bancos de plástico	Colocar parafusos que estão faltando nos bancos de plástico. Em torno de 40 parafusos.	Conserto de bens móveis	26-02-2026 19:33	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
738	Lâmpadas na recepção	Quatro lâmpadas queimadas	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	09-03-2026 13:58	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
729	Cadeiras para sala 518	Olá Colegas, boa tarde Estava verificando a infraestrutura da sala 518 e precisamos de 12 cadeiras pretas (sem braço de preferência) pois as turmas deste ano possuem em média 34 estudantes e possuímos somente 20 cadeiras giratórias, 2 cadeiras pretas fixas e alguns bancos. Lembro que teríamos algumas cadeiras pretas guardadas na sala do teatro, seria possível utilizar elas já para a aula de amanhã dia 5/3? Obrigado desde já	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	04-03-2026 22:13	Roberto Domingues Souza	Média
725	Conserto pneu carrinho	Conserto do pneu do carrinho de quatro rodas	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	03-03-2026 17:12	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
726	Fixar aparador do bebedouro	Colocar um "I" para fixar o aparador.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	04-03-2026 15:55	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
727	Fixar quadro na sala 517	Fixar quadro	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	04-03-2026 15:55	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
724	Ar e projetor do Lab 508	Boa tarde! Ar condicionado do laboratório 508 está funcionando hoje, mas está pingando no canto, próximo das tomadas. Sobre o projetor, desliguei o ar e o projetor voltou a funcionar. Mas mexendo no interruptor das lâmpadas, o projetor desliga e religa também.	PROBLEMAS DE AR CONDICIONADO/VENTILADORES	02-03-2026 15:25	Elizandra Martinazzi	Média
696	Placa para a biblioteca	Tapar buracos e pintar o local onde vai a placa	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	03-12-2025 14:51	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
711	Armário abertura de fechadura na sala 519	Solicito a abertura de armário baixo de duas portas ao lado dos computadores na sala 519. Abrir e fornecer chave para fechamento.		24-02-2026 14:15	Angela Zanotelli Cagliari	Média

716	Pedido de troca de lâmpadas	Boa tarde Solicito a troca das lâmpadas queimadas da sala 506, pois está bastante prejudicada a iluminação do espaço. Atenciosamente Profa. Divane	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	25-02-2026 13:43	DIVANE FLORENI SOARES LEAL	Média
720	Prezados(as), no retorno das férias constatamos a substituição de cade	Prezados(as), no retorno das férias constatamos a substituição de cadeiras da sala 111 (Sala de professores). As cadeiras colocadas são de qualidade inferior e estão danificadas (braço danificado) . Solicitamos o concerto ou a substituição das cadeiras, em especial das Mesas 6, 8 mesa 11	Conserto de bens móveis	26-02-2026 11:16	Rafael Frois da Silva	Média
721	Furo parede laboratório	Bom dia!Solicito a realização de um furo na parede da sala 508, do lado direito acima do quadro, para a instalação de um relógio de parede. Farei uma marcação na parede para possível local de fixação. Além do furo deve ser instalado uma bucha e parafuso para a fixação do relógio.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	26-02-2026 12:01	Felix Nicolai Delling	Média
665	Vidro sala 409	Substituir vidro quebrado por vidro da janela que está no container.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-10-2025 19:16	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
709	Lampadas Queimadas Sala 108 / reposição necessária	Olá boa tarde. Tudo bem?Envio este chamado para solicitar gentilmente a troca / reposição necessária das lâmpadas fluorescentes da sala 108 (professores). Estão praticamente todas queimadas, comprometendo a iluminação da sala. Gostaria de solicitar sua troca ou substituição. Desde já agradeço. Com os melhores cumprimentos, Prof. Daniel	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	18-02-2026 15:11	DANIEL BATTAGLIA	Média
712	Ventilador sala 519	Instalação de ventilador na sala 519 dada a impossibilidade de usar o ar condicionado.	Conserto de bens móveis	24-02-2026 14:16	Angela Zanotelli Cagliari	Média
713	Ventilador sala 516	Solicito instalação de ventilador na sala 516 ou conserto do ar condicionado que não está funcionando desde a metade de 2025.		24-02-2026 14:17	Angela Zanotelli Cagliari	Média
718	Mobiliário	Armário com chave para a sala 404		25-02-2026 19:10	Gilberto Pavani	Média
569	Refletores do corredor	Troca de refletores queimados - pelo menos 2	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	14-06-2025 12:31	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
578	Cortinas sala 516 - artes	Colocação de novas cortinas para melhor uso do projetor.		25-06-2025 16:10	Angela Zanotelli Cagliari	Média
708	Solicitação/requisição de móvel	Solicito:1. uma mesa em L, para uso de estagiário na CGP; 2. instalação de ponto de internet e tomadas.3. Provavelmente será necessário retirada de móveis da sala da CGP.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	22-01-2026 16:10	Denise Elisabete da Silva Gorski	Média
714	Cortinas sala 516 - artes	Solicito instalação de novas cortinas na sala 516, pois sem elas não é possível usar o projetor, devido a claridade.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	24-02-2026 14:18	Angela Zanotelli Cagliari	Média
717	Cabo de HDMI na sala 312	Cabo HDMI do projetor não está funcionando. Ao conectar o cabo hdmi no computador o projetor não reconhece. Funciona apenas através do cabo vga. Testado o HDMI em outros equipamentos e a imagem não é reconhecida pelo projetor. O cabo VGA funciona normalmente. Por gentileza, realizar a troca do cabo HDMI.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	25-02-2026 14:38	Anderson Souza de Oliveira	Média
651	Limpeza ao lado do container	Limpar e organizar	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	23-09-2025 15:57	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
669	Cortinas da sala 305	Olá, As cortinas novas da sala 305 já estão com problemas para abrir e fechar. Uma está com a cordinha deslizando sem puxar a cortina e outra parece ter trancado devido a uma dobra. Obrigada,	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	20-10-2025 10:26	Melissa Osterlund Ferreira	Média
687	Cortina da sala 312	Olá, Solicito o conserto de uma das cortinas da sala 312, por gentileza. Ela está enrolada para cima e não é possível fechá-la. Obrigada.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	17-11-2025 08:05	Melissa Osterlund Ferreira	Média
705	troca lâmpadas	Necessitamos da troca/instalação de 10 lâmpadas na sala do DAP	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	23-12-2025 09:48	PEDRO SERGIO MENDES LEITE	Média
703	Persiana da sala 510	Arrumar a persiana da sala 510 que caiu	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	16-12-2025 16:04	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
701	Arrumar a porta de entrada na estufa	Prezados, boa tarde. A porta de entrada da estufa que fica em frente ao prédio da infra está com a porta toda quebrada. Peço a gentileza, se possível, que ela seja arrumada, por favor. Obrigada	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	08-12-2025 18:21	Jovani Zalamena	Média
693	Manutenção banheiros	Bloco 4, Feminino: três caixas de descarga com problema. Bloco 2, PNE: dispenser de papel toalha e papel higiênico (substituir) - Lâmpadas queimadas	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	27-11-2025 14:12	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
697	Movimentação de bens novos	Movimentação de bens comprados recentemente	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	03-12-2025 14:53	Antonio Luis Ramos Lopes	Média

704	Solicitação de conserto de móvel	Colegas, solicito conserto da mesa redonda da sala da CGP, está com os pés desalinhados (um servidor se sentou na mesa) e a mesa está instável/bamba.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	17-12-2025 12:53	Denise Elisabete da Silva Gorski	Média
700	Mesa de ping pong	Instalar mesa de ping pong na sala 510	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	08-12-2025 16:31	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
699	Movimentação de bens para inauguração biblioteca	Movimentação de móveis para a inauguração	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	08-12-2025 16:24	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
698	Pedido	Solicitar para que o zelador retire a bola de vole do telhado da churrasqueira, que os estudantes jogaram.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	04-12-2025 16:57	RUDINEI MULLER	Média
692	Infiltração no container da Agroecologia	Prezados, bom dia. Tem uma infiltração de água na entrada do container da Agroecologia, que precisa ser corrigido. Anos passado já tentamos colocar manta no teto, mas a água seguiu vazando e agora está intensificando. Se puder encaminhar essa correção, por favor. Obrigado	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL > INFILTRAÇÃO	26-11-2025 08:13	Jovani Zalamea	Média
648	Instalação placas 15 anos	Solicito instalação das placas dos 15 anos do campus.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	17-09-2025 18:10	THAIS TEIXEIRA DA SILVA	Média
553	Levantamento de bens	Auxiliar a bolsista Laiza no levantamento dos bens.		12-05-2025 17:02	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
679	Boa tarde, Solicito a instalação de uma mesa de trabalho e uma cadeira	Boa tarde, Solicito a instalação de uma mesa de trabalho e uma cadeira na sala anexa ao DAP (120 - compras).Informo que na sala da Pesquisa e Extensão (102) há mesas disponíveis, visto que o número de servidores no setor foi reduzido. Aproveito para solicitar também o deslocamento do armário de patrimônio nº 11439, que já foi esvaziado e se encontra na sala anexa ao DAP. Atenciosamente, Tanise Fernandes	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	04-11-2025 15:23	TANISE FERNANDES DE LIMA	Média
683	Púlpito	Olá. O púlpito do Auditório está novamente avariado. A cola não adiantou. Creio que necessite outra solução. Acho que devemos retirar do local para não piorar. Enquanto isso, se possível, colocar o púlpito antigo.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	06-11-2025 13:24	ANDREZA LIMA MARIMON DA CUNHA	Média
690	Chave da sala 502 ficou trancada	A chave da sala 502, Lab de Gestão e Negócios ficou emperrada e a porta não está fechando.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	19-11-2025 09:11	Elizandra Martinazzi	Média
688	Boa tarde Colegas Solicito a desinstalação da faixa da Semana Acadêmic	Boa tarde Colegas Solicito a desinstalação da faixa da Semana Acadêmica de Gestão e Negócios. Peço que após a desinstalação a mesma seja entregue na sala 104, para Divane. Atenciosamente Profa. Divane Leal	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	17-11-2025 17:47	DIVANE FLORENI SOARES LEAL	Média
686	Problema com tomada do laboratório 411	Boa tarde, A tomada disponibilizada para uso do professor, no laboratório 411, encontra-se danificada (fios foram arrebentados ou cortados, impossibilitando assim o uso de notebook pelo professor. Ainda, as demais tomadas utilizadas para os computadores foram desabilitadas (removidas e os computadores conectados diretamente), impossibilitando assim o uso de qualquer outro dispositivo próximo. Há como realizar o conserto desta tomada?	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	11-11-2025 17:39	Ricardo Luis dos Santos	Média
684	Olá colegas Solicito a instalação da faixa da Semana Acadêmica do eixo	Olá colegas Solicito a instalação da faixa da Semana Acadêmica do eixo de Gestão e Negócios na entrada do Campus, naqueles pilares que ficam localizados entre os dois primeiros prédios do Campus (Lado da Direção Geral e Lado da Recepção). A Semana Acadêmica acontecerá de 12/11 a 14/11 (qua a sex) e a instalação pode ser feita até a quarta, pois o evento acontece à noite na quarta. Qualquer dúvida, fico à disposição. Profa. Divane	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	10-11-2025 17:17	DIVANE FLORENI SOARES LEAL	Média
663	Lona para mesa de futebol de mesa	Lona para cobertura da mesa de futebol de mesa que será instalada na quadra coberta.		14-10-2025 15:38	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
674	Tomada sala 412	Tomada no fundo da sala	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	30-10-2025 17:38	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
676	Conserto de cadeiras	Conserto de uma cadeira de diretor (solda) Corte de braço de cadeiras com prancheta (8 cadeiras)	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	30-10-2025 18:07	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
672	Lâmpadas queimada na sala 112	Oi, Na sala 112 há uma luminária que não liga, é a 3ª da segunda fileira, bem acima da mesa 6.	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	23-10-2025 11:42	ANDERSON HAKENHOAR DE MATOS	Média
685	Boa tarde, há pelos menos 30 dias o vaso sanitário do banheiro femini	Boa tarde, há pelos menos 30 dias o vaso sanitário do banheiro feminino está vasando corre agua sem parar, solicito manutenção com urgência, banheiro do corredor da sala 307 .	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL > VAZAMENTO DE AGUA	10-11-2025 17:52	Rosangela Rocha Batista Fernandes	Média
681	Arrumar trinco da porta da sala 516	Maçaneta da porta 516 está solta.		04-11-2025 15:47	Angela Zanotelli Cagliari	Média

677	O data show da sala 402 não liga.	O data show da sala 402 não liga.	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	03-11-2025 19:41	SUSANA BEATRIS OLIVEIRA SZEWCZYK	Média
682	Conserto porta de vidro bloco 5 acesso salas de artes	Porta de vidro está estragada, necessita conserto na maçaneta e no marco.		06-11-2025 08:21	Angela Zanotelli Cagliari	Média
678	Mesa futmesa	Oi colegas, Em virtude do mau uso da mesa de futmesa na quadra esportiva. Solicito que seja retirada de lá e guardada fechada na infraestrutura ou na sala 510 se couber. Obrigada. Atenciosamente,		04-11-2025 10:34	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
675	Registro banheiro atrás RU	Registro vazando		30-10-2025 17:57	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
644	Púlpito do auditório	Reforçar o suporte com cola e parafuso	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-09-2025 17:05	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
442	Tampão no açude	Colar tampão retirado	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	13-02-2025 13:45	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
673	Lâmpadas banheiro feminino próximo à recepção	Trocar lâmpadas	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	30-10-2025 17:35	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
659	Fio desencapado 412	Olá, tem uma tomada desencapado na 412, não sei se tem corrente, mas acho importante verificar isolar com urgência.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	06-10-2025 18:46	JEZER MACHADO DE OLIVEIRA	Média
661	Substituição de cabo HDMI sala 501	Bom dia, gostaria de solicitar a substituição de cabo HDMI sala 501.	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	10-10-2025 10:33	LUCIANO BARTH VIEIRA	Média
670	O cabo HDMI do projetor estava funcionando e conectado ao computador a	O cabo HDMI do projetor estava funcionando e conectado ao computador ao lado das impressoras , mas ao retirar o cabo do computador a ponta de metal ficou presa, rompendo a ponta e dando centelhamento. Existe a possibilidade de consertar ou trocar esse cabo? Local: sala 501	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	20-10-2025 11:41	ALEXSANDRO CRISTOVAO BONATTO	Média
666	Consumo água banheiros do bloco 4	Verificar se tem vazamento em função do registro de alto consumo do hidrômetro.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL > VAZAMENTO DE AGUA	15-10-2025 19:31	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
667	Bola de volei no telhado da infraestrutura	Retirar bola de volei do telhado da Infraestrutura e entregar diretamente para a professora Tatiana.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	16-10-2025 16:26	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
664	Lona para mesa de pebolim antiga	Levar a mesa antiga de pebolim que está na 510, colocar na quadra coberta e cobrir com lona também. Usar a lateral da quadra que não tem arquibancada para colocar a mesa.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	14-10-2025 15:44	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
662	Pebolim na 510	Montar a mesa nova de pebolim na sala 510.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	14-10-2025 15:37	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
658	Tampa de vaso perto do DAP	Troca de parafusos quebrados	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	06-10-2025 16:30	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
657	Lâmpadas sala 301	troca de lâmpadas	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	06-10-2025 16:29	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
656	Lâmpada da sala 305	Olá, Solicito a reposição de algumas lâmpadas da sala 305, que estão queimadas. Obrigada,		03-10-2025 19:14	Melissa Osterlund Ferreira	Média
655	Cortina da sala 305	Olá, Uma das cortinas da sala 305 está enrolada, possivelmente estragou na parte da cordinha. Atenciosamente,		03-10-2025 19:07	Melissa Osterlund Ferreira	Média
653	Cortina Sala 303	Prezado, solicito instalação de cortina na sala 303.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	24-09-2025 19:40	Rafael Frois da Silva	Média
652	Manutenção banheiros - finalização	1) Masculino bloco 1 em frente ao DAP: colocar prolongador e tapar o buraco da torneira que fica na entrada 2) Feminino bloco 3: trocar a tampa 3) Feminino bloco 5: trocar a tampa	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	24-09-2025 19:01	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
650	Mesa e cadeiras	Boa tarde! Solicito uma mesa e quatro cadeiras a serem disponibilizadas na quarta-feira, 24/09, a partir das 18h. A mobília será utilizada em local próximo à recepção do campus. Obrigada!	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	22-09-2025 17:02	TANISE FERNANDES DE LIMA	Média
612	Limpeza da quadra coberta	Retirar as tabelas que estão no chão e levar para próximo aos containers. Retirar as mesas quebradas.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	20-08-2025 17:21	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
587	Mesa quebrada sala 505	Necessito do conserto ou troca de uma mesa do LEM (sala 505) que encontra-se com o pé de ferro quebrado. Ao entrar no LEM, é a mesa redonda que fica próxima a janela, no local que tem os números colados na parede. Obrigada!	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-07-2025 17:12	DIANA VEGA MARONA	Média
641	Cortina da sala 107	Olá, Gostaria de solicitar o conserto ou a troca da cordinha de uma cortina da sala 107, que tem uma parte de suas bolinhas quebrada, o que impede o uso na hora de abri-la. Obrigada.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	12-09-2025 15:41	Melissa Osterlund Ferreira	Média
649	Instalação das placas comemorativas dos 15 anos	Instalação conforme determinado o local pela direção	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	17-09-2025 18:18	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
616	Cortina da sala 306	Olá, Uma das cortinas da sala 306 está com uma parte solta, o que impossibilita que ela seja aberta e fechada. Obrigada,	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	22-08-2025 16:42	Melissa Osterlund Ferreira	Média
646	Auxílio no telhado da quadra coberta	Acompanhamento e ajuda no conserto do telhado da quadra coberta	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	17-09-2025 14:19	Antonio Luis Ramos Lopes	Média

643	Cadeiras para auditório	Devolver 50 cadeiras para auditório. Devolver púlpito para auditório.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-09-2025 17:04	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
645	Torneiras de jardim nos banheiros	Instalação de 10 torneiras para uso da higienização	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-09-2025 17:06	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
615	Placa próxima ao hospital	Cortar a parte de baixo onde estão as pichações.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	22-08-2025 16:12	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
629	Banheiros	Bloco 4 - uma saboneteira e dois boxes correndo água no feminino Bloco 5 - trocar dispenser de papel toalha	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	29-08-2025 17:55	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
639	Banheiros	Dispenser no agênero e cadeirante Flexível do ralo das pias (deixar mais curto)	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	10-09-2025 16:02	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
609	Projeto e lâmpadas da sala 304	Olá, Gostaria de solicitar a troca do projetor da sala 304, que hoje nem ligou. É um dos pretos, que não sei se já estava nesta sala ou se foi trocado recentemente. Além disso, nessa sala também há duas lâmpadas que não funcionam. Obrigada,	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	19-08-2025 19:42	Melissa Osterlund Ferreira	Média
594	Porta subestação	Destrançar porta	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	25-07-2025 15:33	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
621	Lubrificação na porta da biblioteca	Olá. Solicitamos que as dobradiças da porta da biblioteca sejam lubrificadas, estão fazendo bastante barulho.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	26-08-2025 14:44	GABRIELA PINHEIRO ANHAIA	Média
635	Colocação de cartazes de compostagem nos corredores	Prezados, boa tarde. Peço a gentileza ds serviços do colaborador Vinícius para fixar alguns (4 a 5) banners de 40x60cm nos pontos de coleta de resíduos orgânicos que estão espalhados pelos campus. Certo da atenção Agradeço Jovani	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	03-09-2025 13:40	Jovani Zalameña	Média
600	Retirar material na cantina, após falar com o Rafa	Retirar uma pia e os suportes da mesma. Falar com o Rafa antes de retirar.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	13-08-2025 17:01	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
638	Mesas sala 113	Levar mesas para a composição da sala	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	03-09-2025 14:28	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
627	Parafuso solto	Um parafuso que segura o braço direito da cadeira da minha mesa (sala 112) caiu e precisa ser recolocado no lugar. O parafuso está colado na mesa com fita (para evitar que se perca). A minha mesa é a segunda quem entra, bem em frente à porta. Obrigada.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	28-08-2025 15:25	Flavia Adriana Andrade	Média
626	Maçaneta da porta da sala 111	Maçaneta está solta.		28-08-2025 10:06	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
625	Maçaneta da porta sala 104	Maçaneta da porta da sala 104 está caindo.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	27-08-2025 12:42	Elizandra Martinazzi	Média
622	Coleta - Monitor na sala 106 - mesa 03	Boa tarde, O monitor que da mesa 03 está com problema de mau contato (liga quando quer): Tombamento 5667. Favor fazer a coleta do mesmo. Obrigada. Susana	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	26-08-2025 16:37	SUSANA BEATRIS OLIVEIRA SZEWCZYK	Média
628	Bocal do bebedouro solto	O bocal do bebedouro, utilizado para encher garrafas do bebedouro está solto vazando água quando utilizado. O bebedouro é o que se encontra no bloco 1 entre os banheiros e a sala 107.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	29-08-2025 16:20	Diego Romeira Cigaran Chaves	Média
633	Lâmpadas sala 309	Lâmpadas piscando	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	02-09-2025 16:01	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
636	Cortinas na recepção	Fixação das cortinas caídas	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	03-09-2025 14:16	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
637	Cadeira sala 103	Encosto caído	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	03-09-2025 14:18	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
632	Redes tabela de basquete	Colocação de redes novas	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	02-09-2025 15:59	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
631	Arquivos DAP - arquivo morto	Transferência dos arquivos para o arquivo morto	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	02-09-2025 15:58	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
630	Armários do arquivo morto	Retirada de quatro armários e transferência dos arquivos para armários de metal	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	02-09-2025 15:56	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
618	Troca de equipamentos entre as salas 113, 204 e 101	Proceder a troca de móveis entre as salas, conforme segue: Permanecem na sala 113: armários, mesas simples, cadeiras com rodinhas. Deslocam-se para a sala 204: Mesa grande, computador de mesa, patrimônio número 16148, cadeiras fixas. Permanecem na sala 204: Mesa longa, mesa em L, um armário, cadeiras fixas. Deslocam-se da sala 204 para a sala 113: dois armários, cadeiras com rodinhas. Deslocam-se da sala 204 para a sala 101 (setor de ensino): mesa redonda.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	25-08-2025 16:29	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
620	Iluminação sala 110	Sala 110 - bloco 1 16 lâmpadas queimadas ou com problema de funcionamento (pisca-pisca)	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	26-08-2025 10:52	Felix Nicolai Delling	Média
619	Iluminação sala 107	Sala 107 - bloco 1 8 lâmpadas queimadas ou com problema de funcionamento (pisca-pisca)	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	26-08-2025 10:50	Felix Nicolai Delling	Média
624	Lona do projetor caída na frente do quadro	A lona de projeção está caída na frente do quadro na sala 508, lab de Ciências.	PROBLEMAS DE PROJETO/DATASHOW	27-08-2025 12:38	Elizandra Martinazzi	Média

623	Bola no telhado	Bola no telhado da infraestrutura		26-08-2025 17:30	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
599	Troca de cadeira Sala 107	Prezados, Solicito, por gentileza, troca de cadeira na sala de professores número 107, tendo em vista que o braço de mesma uma delas encontra-se quebrado. Desde já agradeço.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	11-08-2025 12:01	Daniela Nicoletti Favero	Média
591	TV na sala dos servidores	Instalar tv na sala dos servidores	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	16-07-2025 16:01	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
613	Cabo do projetor sala 506	Substituir o cabo HDMI do projetor da sala 506. A imagem está sumindo conforme o contato do cabo com o computador.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	21-08-2025 13:29	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
602	Cerca da quadra	Oi colegas. Os alunos estão entrando na quadra pela cerca, seria possível reforçar essa parte e prender novamente?	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	14-08-2025 14:39	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
603	Cadeado da quadra	Seria possível a substituição do cadeado da quadra? O atual está ruim para fechar.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	14-08-2025 14:40	TATIANA TEIXEIRA SILVEIRA	Média
607	Projetor da sala 311	Prezados, Gostaria de solicitar o conserto ou troca do projetor da sala 311, pois a qualidade do som está bem ruim. A turma e eu constatamos que ele acabou de ser trocado, pois antes era um preto que tinha uma imagem ruim. No entanto, agora foi colocado um, dos brancos, que apresenta esse problema no som. Obrigada,	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	18-08-2025 10:41	Melissa Osterlund Ferreira	Média
608	Lâmpada da sala 312	Prezados, Gostaria de solicitar a troca de uma lâmpada no fundo da sala 312, que está piscando, com mal contato. Obrigada,		18-08-2025 10:42	Melissa Osterlund Ferreira	Média
604	Extintor auditório	Fixar o extintor que está próximo à porta.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-08-2025 17:11	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
605	Levantamento de vidros quebrados	Identificar os vidros quebrados demonstrando o local e o tamanho	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-08-2025 17:12	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
597	Projetor sala 311	Olá, O projetor da sala 311, que antes do recesso funcionava bem, hoje pela manhã não ligou. Gostaria de solicitar o conserto ou a troca, por favor. Muito obrigada,	PROBLEMAS DE PROJETOR/DATASHOW	11-08-2025 10:55	Melissa Osterlund Ferreira	Média
601	Lâmpadas da cantina	Troca de lâmpadas da cantina	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	13-08-2025 18:15	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
589	Mesa sala 512	Ver mesa que está quebrada se é possível de conserto	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	16-07-2025 14:58	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
593	Conserto tela de projetor	Consertar tela do projetor retirado da 303	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	25-07-2025 15:32	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
595	Troca de lâmpadas	Sala dos servidores e recepção	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	25-07-2025 15:35	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
596	Furar parede para molduras para fotos, em MDF - pintura comemorativa 1	Furar parede para molduras para fotos, em MDF - pintura comemorativa 15 do campus. As molduras estão na sala 519.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	06-08-2025 11:07	Angela Zanotelli Cagliari	Média
598	Cadeira da sala 311	Gostaria de solicitar o conserto ou troca da cadeira de docentes da sala 311, que está com o revestimento totalmente solto, o que acaba causando danos às roupas de quem senta, visto que a espuma velha, em contato com o tecido, solta pedacinhos minúsculos que se prendem a ele. Obrigada,	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	11-08-2025 11:26	Melissa Osterlund Ferreira	Média
570	Banheiro masculino bloco 3	Torneira do mictório não está voltando Portal papel toalha - destrancar	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	14-06-2025 12:47	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
592	Portas de emergência do auditório	Deixar um aparelho de abertura de emergência em cada porta.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	16-07-2025 17:16	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
588	Ganchos sala 505	Gostaríamos de criar um memorial com os banners do LEM. Para isto pensamos em inserir ganchos na parede acima do quadro e no fundo da sala. É possível?	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	15-07-2025 17:15	DIANA VEGA MARONA	Média
585	Lâmpadas banheiro masculino prédio 1	Banheiro masculino prédio 1 próximo à direção	PROBLEMAS DE ILUMINAÇÃO	07-07-2025 18:21	Antonio Luis Ramos Lopes	Média
583	Problema no ar-condicionado do lab. 403	A instalação elétrica (tomada) do ar-condicionado do laboratório 403 está com problema, o aparelho desliga sozinho, se encosta no cabo volta a ligar, mas faz barulho na tomada e depois de um tempo volta a falhar.	PROBLEMAS DE AR CONDICIONADO/VENTILADORES	02-07-2025 10:43	MATHEUS PERIN	Média
582	Tampo de mesa solto	Na sala do NAPNE, 405, uma das mesas está com o tampo solto da base com perigo de cair. A mesa é a que fica na sala de atendimento interna no NAPNE.	PROBLEMAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	27-06-2025 16:32	Diego Romeira Cigaran Chaves	Média

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SERVIÇO DE ZELADORIA
APÊNDICE C DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO

Esta planilha de custos e formação de preços deve ser utilizada como ferramenta de apoio, não só na estimativa de custo da contratação, como também para apresentação e análise das propostas na fase de pregão e nas prorrogações e alterações/atualizações contratuais. Para tanto, foi elaborada com base na metodologia Seges (MP), utilizando-se de fórmulas automatizadas, em conformidade com as disposições de CLT e CCT, as quais, para minimizar o risco de equívocos no cômputo das previsões financeiras, não devem ser alteradas. Dúvidas sobre a metodologia de cálculo poderão ser esclarecidas com a leitura das seguintes publicações disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal:

- Extinção da Contribuição Social de 10% sobre o FGTS e os contratos administrativos
- Impactos da reforma trabalhista nos contratos da Administração
- PCFP - Conceitos e metodologia aplicáveis para a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.
- Nota Informativa sobre o Submódulo 2.1 da Planilha de Custos com Mão de Obra

CUSTOS COM MÃO DE OBRA

A estimativa de custos relacionados à mão de obra alocada na prestação dos serviços compreende as obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e das Convenções Coletivas de Trabalho - CCT (sendo válidos, ainda, os acordos e dissídios coletivos), atualizadas pelas Leis nº 13.467/2017 e 13.932/2019.

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

A remuneração, conforme definição do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, é composta por Salário Base, adicionais (noturno, de insalubridade ou periculosidade) e gratificações, quando houver.

SUBMÓDULO 1.1 – REMUNERAÇÃO BÁSICA

SALÁRIO BASE POR CARGO			
¹ Salário normativo, proporcional à carga horária semanal exigida, conforme Lei / Dissídio / Acordo / Convenção Coletiva de Trabalho vigente para a categoria, com abrangência no município de prestação do serviço.			
² Lei / Dissídio / Acordo / Convenção Coletiva de Trabalho que regula a atuação da categoria no município onde será prestado o serviço.			
Cargo (CBO)	Carga Horária Semanal	Salário Normativo ¹	Regulado por ²
Zelador (5141-20)	40h	R\$ 1.956,26	CCT RS000041/2026

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE			
¹ Toma-se por base o salário normativo vigente, conforme previsão legal.			
² Alíquota condizente com a natureza do serviço prestado, definida de acordo com o art. 192 da CLT e Cláusula Décima Sétima da CCT RS000041/2026			
Memória de Cálculo : base de cálculo x percentual = valor mensal do adicional de insalubridade.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual ²	Valor do Adicional
Zelador (5141-20)	R\$ 1.956,26	20%	R\$ 391,25

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 1.1 – REMUNERAÇÃO BÁSICA			
Cargo	Salário Normativo	Adicional de Insalubridade	Total da Remuneração Básica
Zelador (5141-20)	R\$ 1.956,26	R\$ 391,25	R\$ 2.347,52

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)

SUBMÓDULO 2.1 – BENEFÍCIOS ANUAIS

13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO DE NATAL)			
¹ Toma-se por base a remuneração (salário + adicionais + gratificações), conforme previsto no Decreto nº 57.155/1965.			
² Por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1/12 (um doze avos) do valor anual do 13º salário, equivalente a 8,33% deste.			
Memória de Cálculo : Remuneração x 8,33% = provisionamento mensal para pagamento de 13º salário.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Provisionado ²	Valor Provisionado
Zelador (5141-20)	R\$ 2.347,52	8,33%	R\$ 195,63

FÉRIAS			
*Direito previsto no art. 7º da Constituição Federal.			
¹ Toma-se por base a remuneração (salário + adicionais + gratificações) vigente, conforme previsão legal.			
² Por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1/12 (um doze avos) do valor do salário de férias, equivalente a 8,33% deste.			
Memória de Cálculo : Remuneração x 8,33% = provisionamento mensal para pagamento do salário de férias.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Provisionado ²	Valor Provisionado
Zelador (5141-20)	R\$ 2.347,52	8,33%	R\$ 195,63

ADICIONAL DE FÉRIAS - 1/3 CONSTITUCIONAL				
*Direito previsto no art. 7º da Constituição Federal.				
¹ Toma-se por base a remuneração (salário + adicionais + gratificações) vigente, conforme previsão legal.				
² Percentual equivalente à 1/3, calculado sobre o valor do salário da remuneração vigente.				
³ Por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1/12 (um doze avos) do valor do salário de férias, equivalente a 8,33% deste.				
Memória de Cálculo : Remuneração x 1/3 x 8,33% = provisionamento mensal para pagamento do terço constitucional de férias.				
Cargo	Base de cálculo ¹	Alíquota Adicional ²	Percentual Provisionado ³	Valor Provisionado
Zelador (5141-20)	R\$ 2.347,52	33,33%	8,33%	R\$ 65,21

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 2.1 – BENEFÍCIOS ANUAIS				
Cargo	13º Salário	Férias	1/3 Constitucional	Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 195,63	R\$ 195,63	R\$ 65,21	R\$ 456,46

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

*Previstos no art. 195 da Constituição Federal.
¹Os percentuais informados não são taxativos, mas estimativos. Portanto, ao preencher a planilha o proponente deverá observar o enquadramento real de sua empresa, em especial no que diz respeito ao SAT-GIIL/RAT, para o qual deverá indicar o percentual correspondente ao grau de risco da atividade preponderante.

COMPOSIÇÃO DO GPS E FGTS	
Encargos	Percentual ¹
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%

Zelador (5141-20)	R\$ 597,30	R\$ 113,49	R\$ 483,81
-------------------	------------	------------	------------

REEMBOLSO-CRECHE

VALOR DO REEMBOLSO-CRECHE			
¹ A base de cálculo do desconto é o valor total previsto a ser recebido mensalmente por dependente no Anexo I da IN SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026 ² Taxa de Incidência por contrato conforme Anexo I da IN SEGES/MGI Nº 147/2026. A taxa de incidência e o valor total mensal só poderão ser alterados durante a execução contratual mediante comprovação, Conforme a IN SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026 considera-se dependente cada filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até 5 anos e 11 meses de idade do trabalhador ou trabalhadora.			
Cargo	Valor Total Mensal por dependente ¹	Taxa de Incidência ²	Valor Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 526,64	20%	R\$ 105,33

CUSTO EFETIVO DO REEMBOLSO-CRECHE			
Cargo	Custo total	Desconto	Custo Efetivo Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 105,33	R\$ 0,00	R\$ 105,33

PLANO DE BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

* Incluído em consonância com o art. 444 da CLT, posto que previsto na Cláusula Trigésima Primeira da CCT RS 000041/2026.

* Benefício de caráter assistencial e indenizatório, que não tem natureza salarial e não se incorpora ao salário para nenhum fim.

CONTRIBUIÇÃO MENSAL AO PLANO DE BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR			
¹ Valor definido na Cláusula Trigésima Primeira da CCT RS000041/2026 ² O benefício deve ser integralmente custeado pelo empregador, proibido qualquer desconto do funcionário em razão dele. Memória de Cálculo: valor mensal do benefício = provisionamento mensal			
Função (CBO)	Custo total ¹	Desconto ²	Custo Efetivo Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 25,52	R\$ 0,00	R\$ 25,52

PRÊMIO ASSIDUIDADE

*o prêmio assiduidade será no valor mínimo de R\$80,00 (oitenta reais) para aqueles que cumpram carga horária diária de trabalho superior a seis horas

CONTRIBUIÇÃO MENSAL AO PREMIO ASSIDUIDADE

¹ Valor definido na Cláusula Décima Nona da CCT RS000041/2026

² O benefício deve ser integralmente custeado pelo empregador, proibido qualquer desconto do funcionário em razão dele.

Memória de Cálculo: valor mensal do benefício = provisionamento mensal

Função (CBO)	Custo total ¹	Desconto ²	Custo Efetivo Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 80,00	R\$ 0,00	R\$ 80,00

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS						
Cargo	Vale Transporte	Vale Refeição	Reembolso-creche	Benefício Social Familiar	Prêmio Assiduidade	Total
Zelador (5141-20)	R\$ 115,82	R\$ 483,81	R\$ 105,33	R\$ 25,52	R\$ 80,00	R\$ 810,49

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)				
Cargo	Submódulo 2.1	Submódulo 2.2	Submódulo 2.3	Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 456,46	R\$ 1.031,86	R\$ 810,49	R\$ 2.298,81

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços, conforme metodologia Seges, usando a probabilidade de ocorrência, por tipo de desligamentos, como fator de ponderação do custo total. Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não. Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506/2011 e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais.

¹ Percentuais de ocorrência definidos a partir da análise de contratações anteriores, comparada a dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), por tipo de desligamento, para a unidade da federação e categoria de serviço.

PERCENTUAIS DE PROBABILIDADE DE DESLIGAMENTO - POR TIPO	
Tipos	Probabilidade ¹
Demissão SEM justa Causa	67,74%
SEM justa Causa AP INDENIZADO	45,00%
SEM justa Causa AP TRABALHADO	55,00%
Demissão COM justa Causa	2,77%
Desligamentos OUTROS TIPOS	29,49%
TOTAL	100,00%

SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Estima o provisionamento mensal do custo com o pagamento do Aviso Prévio Indenizado, equivalente à remuneração mensal completa, sempre que a demissão ocorrer sem que o empregador conceda o prazo de 30 dias para o cumprimento do aviso prévio trabalhado, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT. Em atenção à Lei nº 12.506/2011 e ao Acórdão TCU nº 1.186/2017-Plenário, em caso de vigência superior a 12 meses ou prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será, ressalvados os efeitos de eventuais repactuações, de 10% do custo mensal da rubrica, proporcional ao provisionamento dos 3 dias adicionais devidos a cada ano trabalhado, consecutivo ao primeiro.

AVISO PRÉVIO INDENIZADO

¹ Toma-se por base o valor total mensal da remuneração somado ao valor total mensal dos encargos e benefícios, deduzido o valor de provisionamento mensal à GPS.

² Equivalente 1/12 (um doze avos).

Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = 1/12 do valor do Aviso Prévio Indenizado.

Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Mensal ²	Valor API
Zelador (5141-20)	R\$ 3.838,78	8,33%	R\$ 319,90

INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO

¹ Toma-se por base o valor provisionado mensalmente, equivalente a 8% dos custos mensais com remuneração e benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional de férias).

² Atualizada pela Lei nº 13.932/2019.

Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual legal = 1/12 do valor da contribuição ao FGTS sobre o API.

Cargo	Base de cálculo ¹	Alíquota ²	Valor FGTS sobre API
Zelador (5141)	R\$ 224,32	40%	R\$ 89,73

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 3.1 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO

¹ Toma-se por base a soma dos valores estimados para o API e para a contribuição ao FGTS sobre API, divididos por 12 meses.

² Corresponde à multiplicação da probabilidade de opção por API em razão do percentual de ocorrência de demissões SEM justa causa.

Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = provisionamento mensal para pagamento do API e da contribuição ao FGTS sobre o valor do API.

Cargo	Base de cálculo ¹	Probabilidade Ocorrência ²	Valor Mensal Provisionado
Zelador (5141)	R\$ 409,63	30,48%	R\$ 124,87

SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO

Estima o provisionamento mensal do custo com o pagamento do Aviso Prévio Indenizado, equivalente à remuneração mensal completa, sempre que a demissão ocorrer sem que o empregador conceda o prazo de 30 dias para o cumprimento do aviso prévio trabalhado, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT. Em atenção à Lei nº 12.506/2011 e ao Acórdão TCU nº 1.186/2017-Plenário, em caso de vigência superior a 12 meses ou prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será, ressalvados os efeitos de eventuais repactuações, de 10% do custo mensal da rubrica, proporcional ao provisionamento dos 3 dias adicionais devidos a cada ano trabalhado, consecutivo ao primeiro.

AVISO PRÉVIO TRABALHADO

¹ Toma-se por base o valor total mensal da remuneração somado ao valor total mensal dos encargos e benefícios.

² Equivalente 1/12 (um doze avos).

Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = 1/12 do valor do Aviso Prévio Trabalhado.

Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Mensal ²	Valor APT
Zelador (5141)	R\$ 4.646,33	8,33%	R\$ 387,19

MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO

¹ Toma-se por base o valor provisionado mensalmente, equivalente a 8% dos custos mensais com remuneração e benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional de férias).

² Atualizada pela Lei nº 13.932/2019.

Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual legal = 1/12 do valor da contribuição ao FGTS sobre o APT.

Cargo	Base de cálculo ¹	Alíquota ²	Valor FGTS sobre APT
Zelador (5141)	R\$ 224,32	40%	R\$ 89,73

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 3.2 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO

¹ Toma-se por base a soma dos valores estimados para o APT e para a contribuição ao FGTS sobre APT, divididos por 12 meses.

² Corresponde à multiplicação da probabilidade de opção por APT em razão do percentual de ocorrência de demissões SEM justa causa.

Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = provisionamento mensal para pagamento do APT e da contribuição ao FGTS sobre o valor do APT.

Cargo	Base de cálculo ¹	Probabilidade Ocorrência ²	Valor Mensal Provisionado
Zelador (5141)	R\$ 476,92	37,26%	R\$ 177,69

SUBMÓDULO 3.3 - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Na hipótese de demissão por justa causa o empregado perde o direito ao pagamento de 13º salário, férias e adicional de férias, como previsto no parágrafo único do art. 146 da CLT, portanto, para estes casos, conforme metodologia Seges, haverá o desconto dos valores que, por tratar-se de provisão mensal, deverão ser reduzidos do provisionamento mensal para pagamento de verbas rescisórias os valores que não serão despendidos em caso de demissão sem justa causa, considerando-se, igualmente, a probabilidade de ocorrência desta.

BASE DE CÁLCULO PARA DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA				
Cargo	Valor provisionado para 13º Salário	Valor provisionado para Férias	Valor provisionado para Adicional de Férias	Total Mensal
Zelador (5141)	-R\$ 195,63	-R\$ 195,63	-R\$ 65,21	-R\$ 456,46

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 3.3 - CUSTO DA DEMISSÃO COM JUSTA CAUSA

¹ Toma-se por base a soma dos valores estimados para o APT e para a contribuição ao FGTS sobre APT, divididos por 12 meses.

² Corresponde à probabilidade de ocorrência de demissões COM justa causa, conforme dados estatísticos.

Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = desconto no provisionamento mensal para pagamento de verbas rescisórias.

Cargo	Base de Cálculo ¹	Probabilidade Ocorrência ²	Valor do Desconto Mensal
Zelador (5141)	-R\$ 456,46	2,77%	-R\$ 12,64

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Cargo	Submódulo 3.1	Submódulo 3.2	Submódulo 3.3	Total
Zelador (5141)	R\$ 124,87	R\$ 177,69	-R\$ 12,64	R\$ 289,91

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

O Custo de reposição do profissional ausente refere-se ao custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional residente quando estiver em gozo de férias ou no caso de uma das ausências legais previstas no art 473 da CLT, baseada na metodologia Seges.

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE AUSÊNCIAS LEGAIS

¹ Probabilidade de ocorrência anual de ausência do profissional residente, por tipo de afastamento, baseada na avaliação de contratos anteriores, comparada a dados estatísticos obtidos junto ao Observatório de Segurança e Saúde no trabalho e à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). Pode ser editada pela proponente, desde que não sejam alteradas as fórmulas de cálculo.

² Duração computada em dias, conforme previsão legal.

³ Em "Proporção de dias afetados" computa-se somente a reposição nos dias úteis, portanto, 69,04% da ausência total.

Memória de Cálculo: probabilidade de ocorrência x duração legal do afastamento x proporção de dias afetados = necessidade de reposição do profissional ausente, em dias, para cada evento.

*O custo da reposição por 'Férias', previsto no Módulo 4, não deve ser pago no 1º ano de vigência contratual, vez que ao longo desses 12 meses é que decorre o primeiro período aquisitivo, fazendo com que somente a partir do 13º mês (ou após o encerramento da vigência contratual) ocorra o gozo das férias (e, por conseguinte, a necessidade de substituição) adquiridas, cuja remuneração é coberta pelos valores provisionados no Submódulo 2.1.

Tipo Afastamento	Incidência anual ¹	Duração Legal do Afastamento ²	Proporção dias afetados ³	Necessidade de Reposição (em dias)
Férias*	0,0000	30	69,04%	0,00
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,00
Acidente trabalho	0,0922	15	69,04%	0,95
Afastamento por doença	1,0000	5	69,04%	3,45
Consulta médica de filhos	0,1344	2	100,00%	0,27
Óbitos na família	0,0302	2	69,04%	0,04
Casamento	0,0118	3	100,00%	0,04
Doação de sangue	0,0200	1	100,00%	0,02
Testemunho	0,0040	1	100,00%	0,00
Paternidade	0,0143	20	69,04%	0,20
Maternidade	0,0197	180	69,04%	2,45
Consulta pré-natal	0,0016	6	100,00%	0,01

ESTIMATIVA DA NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL	
¹ Corresponde ao nº de dias úteis em que se estima, em razão da duração legal de cada tipo de afastamento, seja necessária a reposição do profissional residente.	
Tipo Afastamento	Dias Afetados ¹
Férias	0
Ausência justificada	1
Acidente trabalho	1
Afastamento por doença	3
Consulta médica filho	0
Óbitos na família	0
Casamento	0
Doação de sangue	0
Testemunho	0
Paternidade	0
Maternidade	2
Consulta pré-natal	0
Necessidade de Reposição Anual (em dias úteis)	8

CÁLCULO DO CUSTO DIÁRIO COM REPOSITOR			
Na metodologia Seges computa-se o custo total, ao mês, de um empregado e, a partir disso, o custo diário de reposição desse profissional quando ausente.			
¹ O custo total mensal de um empregado é composto pelo somatório de sua remuneração básica mensal, encargos, benefícios mensais e diários, e 1/12 dos benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional), bem 1/12 da estimativa do custo anual com verbas rescisórias, ou seja, o somatório do resultado dos módulos 1, 2 e 3.			
² Número regular de dias em um mês comercial/civil.			
³ Valor estimado do custo diário do profissional que substituirá o empregado ausente.			
Memória de Cálculo: base total mensal do profissional ausente/30 = custo diário do profissional repositor.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Nº de dias ²	Custo diário ²
Zelador (5141)	R\$ 4.936,24	30	R\$ 164,54

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
¹ Custo anual estimado para reposição de profissional ausente, dada a estimada de reposição, em dias úteis por ano, e o custo diário do trabalhador.				
² Corresponde a 1/12 (um doze avos) do custo anual.				
Categoria	Custo diário	Necessidade de Reposição Anual (em dias úteis)	Custo anual ¹	Custo mensal ²
Zelador (5141)	R\$ 164,54	8	R\$ 1.387,40	R\$ 115,62

MÓDULO 5 - INCORPORAÇÃO DOS CUSTOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Estima o custo mensal com o fornecimento dos materiais exigidos para a execução do serviço, com base no valor unitário de cada item (estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com a IN 65/2022/SG-MP), multiplicado pelo quantitativo total anual exigido, observadas as respectivas unidades e frequência de fornecimento, vide Tabelas 1 e 2 do Estudo Técnico Preliminar.

SUBMÓDULO 5.1 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA (UNIFORMES E EPI), POR PROFISSIONAL

¹ Conforme exigência do contratante, vide Tabela 1 e subtítulo 4.3.1 do ETP.
² Estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com as disposições da IN nº 65/2022, usado como referência para o estabelecimento do custo máximo da contratação. Pode ser alterado, item a item, pelo licitante, desde que o valor unitário proposto não se caracterize como superestimado (acima de 70% do estimado) ou manifestamente inexequível (abaixo de 70% do valor estimado), quando, então, o administração contratante poderá solicitar esclarecimentos prévios à aceitação da proposta.
³ Expectativa de durabilidade do material fornecido, por sua natureza e características de composição e uso.
Memória de Cálculo: Custo Anual = quantidade total anual x custo unitário.

Descrição Resumida	Unidade de Fornecimento	Qtd Anual¹	Valor Unitário Estimado²	Vida Útil (em meses)³	Custo Anual por Material
Abafador/protetor auricular, tipo concha – dupla, material ABS. Nível de ruído igual ou superior a 25db.	Unidade	1	R\$ 42,94	12	R\$ 42,94
Agasalho leve, tipo moletom ou cardigan, em algodão ou lã.	peça	1	R\$ 75,05	12	R\$ 75,05
Agasalho pesado, tipo jaqueta/japona, com bolsos embutidos, capuz conjugado/removível, fechamento frontal, forrada/acolchoada, em material térmico e impermeável (ex.: poliamida com resina).	peça	1	R\$ 195,51	12	R\$ 195,51
Bota de segurança confeccionada em couro, biqueira de polipropileno, fechamento em elástico nas laterais, palmilha de montagem em EVA e solado em PU, com sistema de absorção de impacto.	par	1	R\$ 77,31	12	R\$ 77,31
Calça uniforme, com bolsos dianteiros e traseiros. Com elástico na cintura.	peça	3	R\$ 67,09	12	R\$ 201,27
Camisa uniforme - manga longa. Com punho simples, 01 bolso, fechamento frontal 06 (seis) botões.	peça	2	R\$ 75,86	12	R\$ 151,72
Camiseta uniforme - manga curta: 100% algodão, tipo unissex.	peça	3	R\$ 36,26	12	R\$ 108,78
Capa de chuva.	unidade	1	R\$ 23,06	12	R\$ 23,06
Capacete de segurança com carneira e jugular com suspensão e ajuste fácil. Compatível com outros EPIs: abafadores, viseiras e óculos. Classe A e B.	unidade	2	R\$ 48,54	12	R\$ 97,08
Cinturão de segurança abdominal tipo paraquedista com regulagem total, confeccionado em fita de poliéster e indicado para utilização em atividades a mais de 2 metros de altura, suportando até 120 kg.	unidade	1	R\$ 165,19	12	R\$ 165,19
Crachá em PVC, com nome da empresa, nome do empregado, função e foto.	unidade	1	R\$ 8,19	12	R\$ 8,19
Luva Multitato, material nylon, cor preta, palma poliuretano, punho elástico.	par	12	R\$ 4,57	1	R\$ 54,84
Luva raspa de couro, palma reforçada	par	2	R\$ 27,75	12	R\$ 55,50
Máscara/respirador, semifacial, com filtro de carvão ativado, para vapores orgânicos e gases ácidos.	unidade	1	R\$ 49,88	12	R\$ 49,88
Óculos de proteção individual, material armação polipropileno. Lente anti embaçante. Incolor e proteção contra raios ultravioleta.	unidade	1	R\$ 11,69	12	R\$ 11,69
Protetor auditivo em copolímero, tipo plug, com cordão, contendo caixa para transporte e armazenamento, nível de atenuação de ruído mínima: 14dB.	par	12	R\$ 2,89	1	R\$ 34,68
Custo Total Anual com Uniforme e EPI - por profissional					R\$ 1.352,69
Custo Mensal com Uniforme e EPI - por profissional					R\$ 112,72

SUBMÓDULO 5.2 - INSUMOS AO SERVIÇO

¹ Conforme exigência do contratante, vide Tabela 2 e subtítulo 4.3.2 do ETP.
² Estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com as disposições da IN nº 65/2021, usado como referência para o estabelecimento do custo máximo da contratação. Pode ser alterado, item a item, pelo licitante, desde que o valor unitário proposto não se caracterize como superestimado (acima de 70% do estimado) ou manifestamente inexequível (abaixo de 70% do valor estimado), quando, então, o administração contratante poderá solicitar esclarecimentos prévios à aceitação da proposta.
³ Expectativa de durabilidade do material fornecido, por sua natureza e características de composição e uso.
Memória de Cálculo:
a) para itens com vida útil menor ou igual a 12 meses: Custo Anual = quantidade total anual x custo unitário
b) para itens com vida útil maior que 12 meses: Custo Anual = quantidade total anual x (custo unitário ÷ vida útil em meses) x 12

Descrição Resumida	Unidade de Fornecimento	Qtd Anual¹	Valor Unitário Estimado²	Vida Útil (em meses)³	Custo Anual por Material
Alicate amperímetro digital, display digital, medição de corrente alternada, tensão, resistência e teste de continuidade, alimentação por bateria	unidade	1	R\$ 134,36	60	R\$ 26,87
Carrinho para transportar cargas sobre duas rodas, capacidade mínima 200Kg.	unidade	1	R\$ 458,69	60	R\$ 91,74
Chave de teste de tensão elétrica tipo Neon, corpo isolado, compatível para testes em corrente alternada, com indicação luminosa de presença de tensão.	unidade	1	R\$ 29,75	60	R\$ 5,95
Chave catraca, contendo kit compatível de soquetes estriados e acessórios com no mínimo 22 peças, material: cromo vanádio.	unidade	1	R\$ 191,29	60	R\$ 38,26
Colher de pedreiro, tamanho mínimo 8 pol., com canto oval.	unidade	1	R\$ 20,25	60	R\$ 4,05
Escada extensível, 14 degraus fechada e 23 aberta, capacidade de peso mínima de 120 kg.	unidade	1	R\$ 1.233,14	60	R\$ 246,63

Extensão elétrica com cabo pp 3x2,5mm, 20A, mínimo 30m de comprimento, carretel com suporte, mínimo 3 tomadas.	unidade	1	R\$ 398,60	60	R\$ 79,72
Furadeira de impacto, ½ pol., com controle de velocidade variável e reversível, potência mínima: 750w, tensão: 220v,	unidade	1	R\$ 493,64	60	R\$ 98,73
Jogo de brocas multi material (Alvenaria/Metal/Madeira). Kit contendo no mínimo 7 peças (brocas 3mm, 4mm, 5mm, 6mm, 8mm, 10mm e 12mm).	unidade	1	R\$ 42,55	60	R\$ 8,51
Jogo de chaves allen, tipo hexagonal, do tamanho 1/16" a 3/8", com no mínimo 12 peças, material: cromo vanádio.	unidade	1	R\$ 71,80	60	R\$ 14,36
Jogo de chaves combinadas (chave de boca e chave estrela) com no mínimo 17 peças, do tamanho 6mm ao tamanho 22mm, material: cromo vanádio	unidade	1	R\$ 157,49	60	R\$ 31,50
Jogo de chaves de fenda e chaves de fenda cruzada (Philips), haste de aço especial com acabamento cromado, cabos injetados com material de alta resistência, ponta imantada, cabo isolado 1000v. Contendo no mínimo uma chave de fenda 1/8 x 3", uma chave de fenda 3/16 x 3", uma chave de fenda 3/16 x 4", uma chave de fenda 5/16 x 10", uma chave Philips 150x5, uma chave Philips 100x5, uma chave Philips 75x4, uma chave Philips 75x3 e uma chave Philips 38x3.	unidade	1	R\$ 108,10	60	R\$ 21,62
Jogo de chave L tipo tork, com 9 chaves fabricadas em aço cromo molibdênio vanádio, acabamento superficial cromado, desenho hexalobular na ponta que garante maior área de contato entre a chave e o parafuso .	unidade	1	R\$ 80,92	60	R\$ 16,18
Jogo de serra copo para madeira, com broca guia em aço carbono, com estojo de acondicionamento. Kit com no mínimo 15 Peças (12 serras copos, tamanhos: 19mm (3/4"), 22mm (7/8"), 25mm (1"), 28mm (1.1/8"), 32mm (1.1/4"), 35mm (1.3/8"), 38mm (1.1/2"), 44mm (1.3/4"), 51mm (2"), 57mm (2.1/4"), 63.5mm (2.1/2"), 76mm (3")).	unidade	1	R\$ 130,06	60	R\$ 26,01
Maleta/caixa para ferramentas, materiais: plástico rígido ou aço, tamanho mínimo: 20" (24cm X 24cm X 50cm).	unidade	1	R\$ 121,00	60	R\$ 24,20
Mangueira de nível para construção civil, transparente, 5/16, 1.0mm de espessura, mínimo 30 metros.	unidade	1	R\$ 107,89	60	R\$ 21,58
Marreta de 1kg, cabeça em aço forjado, cabo resistente em madeira ou fibra, utilizada para serviços de impacto e demolição	unidade	1	R\$ 42,32	60	R\$ 8,46
Máquina de solda elétrica: voltagem 220v, monofásica, tipo de máquina MMA, tecnologia inversora, intensidade mínima de soldagem 10A e máxima de 165A, potência mínima de 4500W, peso entre 2,5 e 3 kg.	unidade	1	R\$ 649,70	60	R\$ 129,94
Parafusadeira, com bateria 12 V, carregador bivolt automático, velocidade variável para melhor controle e qualidade dos trabalhos, regulação para 18 posições de torque, com maleta para transporte e armazenamento.	unidade	1	R\$ 320,86	60	R\$ 64,17
Ponteiro com punho de borracha 3/4' X 12'.	unidade	1	R\$ 30,41	60	R\$ 6,08
Rebitadeira manual metálica, compatível com rebites de alumínio, aço e inox, com bicos intercambiáveis de diferentes medidas.	unidade	1	R\$ 39,43	60	R\$ 7,89
Sistema para controle de ponto	unidade	1	R\$ 2.137,61	60	R\$ 427,52
Talhadeira chata, com punho de borracha, medidas 3/4" x 12".	unidade	1	R\$ 24,52	60	R\$ 4,90
Trena, com caixa plástica emborrachada, mínimo 5 metros de comprimento	unidade	1	R\$ 15,04	60	R\$ 3,01
Custo Total Anual com Equipamentos e Produtos Saneantes - por serviço					R\$ 1.381,01
Custo Mensal com Equipamentos e Produtos Saneantes - por serviço					R\$ 115,08

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 5 - CUSTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS (POR EMPREGADO)				
Metodologia de Cálculo : custo mensal com Uniformes e EPI + (custo mensal com Equipamentos e Produto Saneantes / nº total de trabalhadores) = valor mensal dos materiais, por empregado				
Categoria	Submódulo 5.1	Submódulo 5.2	Número Total de Trabalhadores	Valor Mensal por Empregado
Zelador (5141)	R\$ 112,72	R\$ 115,08	1	R\$ 227,81

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
INFORMAÇÃO DE PERCENTUAIS ESTIMADOS DE CITL

¹ Os percentuais informados foram estimados pela administração com base no histórico de contratações anteriores, mas podem ser alterados pelo proponente (desde que não haja alteração nas fórmulas de cálculo programadas nas demais células da planilha), a depender do regime de tributação em que se enquadra (o que deverá ser comprovado junto aos documentos de habilitação), sendo que:

a) Para os tributos federais, utilizou-se as alíquotas vigentes na hipótese de opção pelo Lucro Presumido. Em atenção ao Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário, não devem ser cotados IRPJ e CSLL.

b) Não se identificou a incidência de tributos estaduais sobre o serviço contratado, caso existentes, pede-se ao proponente cotá-los e especificá-los na planilha, apresentando comprovação das alíquotas cotadas.

c) A alíquota informada está de acordo com o disposto no art. 96, § 1º, inc. II, do Decreto Municipal nº 15.416/2006, publicado pela Prefeitura de Porto Alegre, município sede deste órgão e local de prestação dos serviços.

² A base de cálculo é composta de:

a) para estimativa dos Custos Indiretos: somatórios dos resultados dos módulos anteriores, de provisionamento mensal para custeio da remuneração (módulo 1), dos encargos e benefícios anuais, mensais e diários (módulo 2), das verbas rescisórias (módulos 3), do custo com reposição de profissional ausente (módulo 4) e do custo com fornecimento de materiais (módulo 5);

b) para estimativa do Lucro: base de cálculo de custos indiretos + custos indiretos; e

c) para estimativa de Tributos: base de cálculo de custos indiretos + custos indiretos + lucro estimado.

Memória de Cálculo para Custos Indiretos: base de cálculo x percentual estimado;

Lucro: base de cálculo x percentual estimado;

Tributos: (base de cálculo x alíquota do tributo)/(1-percentual total estimado em tributos).

Custos Indiretos, Tributos e Lucros	Percentual Estimado ¹	Base de Cálculo ¹	Valor Mensal Estimado
A. Custos Indiretos	3,00%	R\$ 5.279,66	R\$ 158,39
B. Lucro (antes do imposto de renda)	6,79%	R\$ 5.438,05	R\$ 369,24
C. Tributos	14,25%	-	R\$ 965,06
C.1 Tributos Federais	9,25%		R\$ 626,44
a) Cofins	7,60%	R\$ 5.807,29	R\$ 514,70
b) PIS	1,65%	R\$ 5.807,29	R\$ 111,74
C.2 Tributos Estaduais	0,00%	R\$ 5.807,29	R\$ 0,00
C.3 Tributos Municipais	5,00%	-	R\$ 338,62
a) ISS	5,00%	R\$ 5.807,29	R\$ 338,62

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Incidência	Custos Indiretos	Lucro	Tributos	Total CITL
Custo Mensal por Profissional	R\$ 158,39	R\$ 369,24	R\$ 965,06	R\$ 1.492,69

QUADRO-RESUMO: CUSTO MENSAL DO SERVIÇO, POR PROFISSIONAL	
Módulo	Valor
1 - Composição da Remuneração Mensal	R\$ 2.347,52
2 - Encargos e Benefícios	R\$ 2.298,81
3 - Provisão para Rescisão	R\$ 289,91
4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 115,62
5 - Custos com Fornecimento de Materiais	R\$ 227,81
6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.492,69
Custo Mensal do Serviço, por profissional:	R\$ 6.772,35

QUADRO-RESUMO: FORMAÇÃO DE PREÇO DO SERVIÇO DE ZELADORIA	
Mão de Obra Empregada	Zelador
Nº de Empregados Necessários	1
Custo Mensal Total do Serviço	R\$ 6.772,35
Valor Mensal do Serviço	R\$ 6.772,35
Total Anual do Contrato	R\$ 81.268,26



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

APÊNDICE D DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

(INTEGRA O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO
DE ZELADORIA PARA O IFRS-CAMPUS RESTINGA)

1. PARÂMETROS DE PESQUISA UTILIZADOS

1.1 FONTES CONSULTADAS

Para estabelecimento de preço referencial à contratação de serviços a serem executados por empreitada por preço global, com dedicação exclusiva de mão de obra, os membros da Equipe de Planejamento da Licitação, signatários, realizaram pesquisa de preços, conforme anexos, utilizando-se de consulta ao Pesquisa de Preços do ComprasGov (inc. I) para pesquisa em relação ao valor global do contrato e por meio de sítios eletrônicos especializados (inc. III) além do Pesquisa de Preços do ComprasGov para pesquisa do valor estimado dos itens a serem fornecidos (uniformes, EPI's e equipamentos) e para a estimativa do valor de sistema de registro de ponto remoto conforme estipula o §1º do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2. METODOLOGIA DE CÁLCULO APLICADA

2.1 MÉTODO MATEMÁTICO PARA IDENTIFICAÇÃO DO VALOR ESTIMADO

Em atenção ao art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021, empregou-se como método para obtenção do preço unitário estimado o cálculo da média de pelo menos 03 (três) preços unitários (por item).

2.2 MÉTODO MATEMÁTICO PARA DESCONSIDERAÇÃO DE VALORES (INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS)

Do cálculo para definição do valor unitário estimado, em quaisquer das fontes de pesquisa, foram excluídos todos os valores inconsistentes (que manifestamente não condizem com a unidade de fornecimento cotada), inexequíveis e/ou excessivamente elevados - assim considerados aqueles que ultrapassam a variação de aproximadamente 80% (para cima ou abaixo) da média dos outros preços obtidos para o item.

3. MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS PARA O SERVIÇO DE ZELADORIA							
DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	FONTE DE PESQUISA	RAZÃO SOCIAL FORNECEDOR	CNPJ DO FORNECEDOR	PREÇOS UN. COLETA DOS	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO POR PARAMETRO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO
Serviço de Zeladoria 44h semanais, incluindo a disponibilização de mão de obra capacitada, em regime de dedicação exclusiva, e o fornecimento dos materiais (uniforme, EPI, equipamentos,, etc).	Posto	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 91.741,77	R\$91.741,77	R\$91.741,77

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS PARA UNIFORME E EPI							
Abafador/protetor auricular, tipo concha – dupla, material ABS. Nível de ruído igual ou superior a 25db.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 43,15	R\$ 43,15	R\$42,94
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A	29.302.348/0001-15	R\$ 33,90	R\$42,73	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Rigo Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda	28.036.510/0001-38	R\$ 51,55		
Agasalho leve, tipo moletom ou cardigan, em algodão ou lã.	peça	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 75,14	R\$ 75,14	R\$75,05
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	MIXSEG COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI- ME	20.072.406/0001-97	R\$ 59,90	R\$74,95	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Mirante Industria E Comercio Eireli - ME	23.966.188/0001-22	R\$ 90,00		
Agasalho pesado, tipo jaqueta/japona, com bolsos embutidos, capuz	peça	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 196,20	R\$ 196,20	R\$195,51

conjugado/removível, fechamento frontal, forrada/acolchoada, em material térmico e impermeável (ex.: poliamida com resina).		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super EPI Equipamentos de Proteção Individual Ltda.	26.588.821/001-84	R\$ 159,74	R\$194,81	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Comercial Wady LTDA	51.254.493/001-27	R\$ 229,88		
Bota de segurança confeccionada em couro, biqueira de polipropileno, fechamento em elástico nas laterais, palmilha de montagem em EVA e solado em PU, com sistema de absorção de impacto.	par	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 76,19	R\$ 76,19	R\$77,32
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Zeus do Brasil Ltda	82.699.588/001-88	R\$ 72,90	R\$78,45	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Astro Distribuidora Ltda	18.597.685/001-60	R\$ 83,99		
Calça uniforme, com bolsos dianteiros e traseiros. Com elástico na cintura.	peça	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 54,66	R\$ 54,66	R\$67,09
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Singular Comercio de EPI LTDA	20.838.307/001-73	R\$ 66,55	R\$79,51	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super EPI Equipamentos de Proteção Individual Ltda.	26.588.821/001-84	R\$ 92,47		
Camisa uniforme - manga longa. Com punho simples, 01 bolso, fechamento frontal 06 (seis) botões.	peça	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 78,67	R\$ 78,67	R\$75,86
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Singular Comercio de EPI LTDA	20.838.307/001-73	R\$ 64,10	R\$73,05	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Bh Seg Equipamentos de Protecao Individual LTDA	22.202.833/001-78	R\$ 82,00		
Camiseta uniforme - manga curta: 100% algodão, tipo unissex.	peça	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 28,27	R\$ 28,27	R\$36,26
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Daniel Kamamoto	06.369.324/001-88	R\$ 30,00	R\$44,25	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Mirante Industria E Comercio Eireli - ME	23.966.188/001-22	R\$ 58,50		
Capa de chuva.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 24,11	R\$ 24,11	R\$23,06

		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Astro Distribuidora Ltda	18.597.685/001-60	R\$ 19,41	R\$22,01	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super EPI Equipamentos de Proteção Individual Ltda.	26.588.821/001-84	R\$ 24,61		
Capacete de segurança com carneira e jugular com suspensão e ajuste fácil. Compatível com outros EPIs: abafadores, viseiras e óculos. Classe A e B.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 36,92	R\$ 36,92	R\$48,54
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Astro Distribuidora Ltda	18.597.685/001-60	R\$ 55,76	R\$60,16	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Anhanguera Comércio de Ferramentas Ltda	00.565.813/001-29	R\$ 64,56		
Cinturão de segurança abdominal tipo paraquedista com regulagem total, confeccionado em fita de poliéster e indicado para utilização em atividades a mais de 2 metros de altura, suportando até 120 kg	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 162,92	R\$ 162,92	R\$165,19
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	COMPRESSEGURANCA LTDA	46.532.392/001-30	R\$ 181,50	R\$167,46	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Astro Distribuidora Ltda	18.597.685/001-60	R\$ 153,42		
Crachá em PVC, com nome da empresa, nome do empregado, função e foto.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 8,61	R\$ 8,61	R\$8,19
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Dcs Inove Equipamentos de Automacao Comercial e Informatica LTDA	33.739.791/001-25	R\$ 6,54	R\$7,77	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Imprima Rápido Ltda	28.045.354/005-03	R\$ 9,00		
Luva Multitato, material nylon, cor preta, palma poliuretano, punho elástico.	par	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 4,31	R\$ 4,31	R\$4,57
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	LF Comercial de Bens LTDA	91.845.735/004-14	R\$ 4,79	R\$4,83	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super EPI Equipamentos de Proteção Individual Ltda.	26.588.821/001-84	R\$ 4,86		

Luva raspa de couro com palma reforçada	par	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 22,61	R\$26,72	R\$27,75
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Tecnoferramentas Comercial, Importação e Exportação Ltda	09.353.055/0001-50	R\$ 32,99	R\$28,78	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super EPI Equipamentos de Proteção Individual Ltda.	26.588.821/0001-84	R\$ 24,56		
Máscara/respirador, semifacial, com filtro de carvão ativado, para vapores orgânicos e gases ácidos.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 52,78	R\$ 52,78	R\$49,88
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	L.R COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA EPP	22.966.860/0001-17	R\$ 29,80	R\$46,98	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super EPI Equipamentos de Proteção Individual Ltda.	26.588.821/0001-84	R\$ 64,16		
Óculos de proteção individual, material armação polipropileno. Lente anti embaçante. Incolor e proteção contra raios ultravioleta.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 9,64	R\$ 9,64	R\$11,69
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Astro Distribuidora Ltda	18.597.685/0001-60	R\$ 14,57	R\$13,74	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	LF Comercial de Bens LTDA	91.845.735/0004-14	R\$ 12,90		
Protetor auditivo em copolímero, tipo plug, com cordão, contendo caixa para transporte e armazenamento, nível de atenuação de ruído mínima: 14dB.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 3,42	R\$ 3,42	R\$2,89
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Astro Distribuidora Ltda	18.597.685/0001-60	R\$ 2,62	R\$2,36	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A.	29.302.348/0001-15	R\$ 2,09		
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS PARA MATERIAIS/EQUIPAMENTOS							
Alicate amperímetro digital, display digital, medição de corrente alternada, tensão, resistência e teste de continuidade	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		118,16	118,16	R\$134,36
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A.	29.302.348/0001-15	R\$ 172,11	R\$150,56	

alimentação por bateria		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Frigelar Comércio e Indústria Ltda.	92.660.406/001-19	R\$ 129,00		
Carrinho para transportar cargas sobre duas rodas, capacidade mínima 200Kg.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 456,47	R\$ 456,47	R\$458,69
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Tumelero Materiais de Construção LTDA	10.280.765/001-8	R\$ 439,90	R\$460,90	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	LF Comercial de Bens LTDA	91.845.735/004-14	R\$ 481,90		
Chave de teste de tensão elétrica tipo Neon, corpo isolado, compatível para testes em corrente alternada, com indicação luminosa de presença de tensão.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 26,18	R\$ 26,18	R\$29,75
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Fertek Ferramentas Iberia A. S. C. de Santana	15.065.029/001-29	R\$ 21,73	R\$33,31	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Tecnoferramentas Comercial, Importação e Exportação Ltda	09.353.055/001-50	R\$ 44,89		
Chave catraca, contendo kit compatível de soquetes estriados e acessórios com no mínimo 22 peças, material: cromo vanádio.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 168,46	R\$ 168,46	R\$191,29
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A.	29.302.348/001-15	R\$ 178,78	R\$214,11	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	SUPER-PRO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS LTDA	08.858.579/015-35	R\$ 249,44		
Colher de pedreiro, tamanho mínimo 8 pol., com canto oval.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 17,39	R\$ 17,39	R\$20,25
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A.	29.302.348/001-15	R\$ 23,22	R\$23,11	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Tecnoferramentas Comercial, Importação e Exportação Ltda	09.353.055/001-50	R\$ 22,99		
Escada extensível, 14 degraus fechada e 23 aberta, capacidade de peso mínima de 120 kg.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 1.055,67	R\$ 1.055,67	R\$1.233,14
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	LF Comercial de Bens LTDA	91.845.735/004-14	R\$ 1.599,00	R\$1.410,61	

		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A	29.302.348/001-15	R\$ 1.222,21		
Extensão elétrica com cabo pp 3x2,5mm, 20A, mínimo 30m de comprimento, carretel com suporte, mínimo 3 tomadas.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 397,56	R\$ 397,56	R\$398,60
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem	01.438.784/0048-60	R\$ 436,06	R\$399,64	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A.	29.302.348/001-15	R\$ 363,22		
Furadeira de impacto, ½ pol., com controle de velocidade variável e reversível, potência mínima: 750w, tensão: 220v,	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 449,25	R\$ 449,25	R\$493,64
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	LF Comercial de Bens LTDA	91.845.735/0004-14	R\$ 587,29	R\$538,04	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A.	29.302.348/001-15	R\$ 488,78		
Jogo de brocas multi material (Alvenaria/Metal/Madeira). Kit contendo no mínimo 7 peças (brocas 3mm, 4mm, 5mm, 6mm, 8mm, 10mm e 12mm).	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 44,91	R\$ 44,91	R\$42,55
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Anhanguera Comércio de Ferramentas Ltda	00.565.813/0001-29	R\$ 36,33	R\$40,19	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A	29.302.348/001-15	R\$ 44,05		
Jogo de chaves allen, tipo hexagonal, do tamanho 1/16" a 3/8", com no mínimo 12 peças, material: cromo vanádio.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 65,11	R\$ 65,11	R\$71,80
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A.	29.302.348/001-15	R\$ 67,00	R\$78,50	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	LF Comercial de Bens LTDA	91.845.735/0004-14	R\$ 89,99		
Jogo de chaves combinadas (chave de boca e chave estrela) com no mínimo 17 peças, do tamanho 6mm ao tamanho 22mm, material: cromo vanádio	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 161,64	R\$ 161,64	R\$157,49
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Tecnoferramentas Comercial Importacao e Exportacao LTDA	09.353.055/0001-50	R\$ 154,69	R\$153,35	

		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Casa do Frentista Comercio de Maquinas LTDA	21.463.174/0001-60	R\$ 152,00		
Jogo de chaves de fenda e chaves de fenda cruzada (Philips), haste de aço especial com acabamento cromado, cabos injetados com material de alta resistência, ponta imantada, cabo isolado 1000v. Contendo no mínimo uma chave de fenda 1/8 x 3", uma chave de fenda 3/16 x 3", uma chave de fenda 3/16 x 4", uma chave de fenda 5/16 x 10", uma chave Philips 150x5, uma chave Philips 100x5, uma chave Philips 75x4, uma chave Philips 75x3 e uma chave Philips 38x3.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 99,17	R\$ 99,17	R\$108,10
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super-Pro Comercio de Equipamentos e Ferramentas Ltda.	08.858.579/0001-30	R\$ 112,94	R\$117,03	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Anhanguera Comercio de Ferramentas LTDA	00.565.813/0001-29	R\$ 121,11		
Jogo de chave L tipo tork, com 9 chaves fabricadas em aço cromo molibdênio vanádio, acabamento superficial cromado, desenho hexalobular na ponta que garante maior área de contato entre a chave e o parafuso .	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 71,33	R\$ 71,33	R\$80,92
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	GurgelMix Máquinas e Ferramentas S.A.	29.302.348/0001-15	R\$ 99,00	R\$90,51	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Operacional Lonan Maquinas e Ferramentas LTDA	02.590.660/0001-03	R\$ 82,01		
Jogo de serra copo para madeira, com broca guia em aço carbono, com estojo de acondicionamento. Kit com no mínimo 15 Peças (12 serras copos, tamanhos: 19mm (3/4"), 22mm (7/8"), 25mm (1"), 28mm (1.1/8"), 32mm (1.1/4"), 35mm	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 145,28	R\$ 145,28	R\$130,06
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Resseg Distribuidora LTDA	13.596.165/0001-10	R\$ 113,60	R\$114,84	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Tecnoferramentas Comercial Importacao e Exportacao LTDA	09.353.055/0001-50	R\$ 116,08		

(1.3/8"), 38mm (1.1/2"), 44mm (1.3/4"), 51mm (2"), 57mm (2.1/4"), 63.5mm (2.1/2"), 76mm (3"))).							
Maleta/caixa para ferramentas, materiais: plástico rígido ou aço, tamanho mínimo: 20" (24cm X 24cm X 50cm).	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 136,04	R\$ 136,04	R\$121,00
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Leroy Merlin Companhia Brasileira de Bricolagem	01.438.784/0048-60	R\$ 97,99	R\$105,96	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Comercio de Ferragens Pires Martins Importacao e Exportacao Ltda.	58.512.658/0001-62	R\$ 113,92		
Mangueira de nível para construção civil, transparente, 5/16, 1.0mm de espessura, mínimo 30 metros.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 107,88	R\$ 107,88	R\$107,89
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Persi Construcoes e Comercio LTDA	26.069.136/0001-41	R\$ 90,00	R\$107,89	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Anhanguera Comercio de Ferramentas LTDA	00.565.813/0001-29	R\$ 125,78		
Marreta de 1kg, cabeça em aço forjado, cabo resistente em madeira ou fibra, utilizada para serviços de impacto e demolição	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 42,20	R\$ 42,20	R\$42,32
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Anhanguera Comercio de Ferramentas LTDA	00.565.813/0001-29	R\$ 45,89	R\$42,44	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super-Pro Comercio de Equipamentos e Ferramentas Ltda.	08.858.579/0001-30	R\$ 38,99		
Máquina de solda elétrica: voltagem 220v, monofásica, tipo de máquina MMA, tecnologia inversora, intensidade mínima de soldagem 10A e máxima de 165A, potência mínima de 4500W, peso entre 2,5 e 3 kg.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 637,95	R\$ 637,95	R\$649,70
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Anhanguera Comercio de Ferramentas LTDA	00.565.813/0001-29	R\$ 699,00	R\$661,45	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Agro-Comercial Afubra LTDA	74.072.513/0044-84	R\$ 623,90		
Parafusadeira, com bateria 12 V, carregador bivolt	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 316,78	R\$ 316,78	R\$320,86

automático, velocidade variável para melhor controle e qualidade dos trabalhos, regulagem para 18 posições de torque, com maleta para transporte e armazenamento.		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Anhanguera Comercio de Ferramentas LTDA	00.565.813/001-29	R\$ 351,11	R\$324,95	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Gurgelmix Maquinas e Ferramentas S.a.	29.302.348/001-15	R\$ 298,78		
Ponteiro com punho de borracha 3/4' X 12'.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 30,43	R\$ 30,43	R\$30,41
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Casa Simoes - Borrachas e Ferramentas Ltda.	58.242.645/001-10	R\$ 29,28	R\$30,39	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Artur Zig Rosenblatt Ferramentas	15.430.669/001-90	R\$ 31,50		
Rebitadeira manual metálica, compatível com rebites de alumínio, aço e inox, com bicos intercambiáveis de diferentes medidas.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 46,61	R\$40,87	R\$39,43
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Oceano Comercio de Armarinhos LTDA	02.949.590/001-29	R\$ 34,99	R\$38,00	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Cvlb Brasil S.a.	16.233.389/0156-91	R\$ 41,00		
Talhadeira chata, com punho de borracha, medidas 3/4" x 12".	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 26,24	R\$ 26,24	R\$24,52
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Super-Pro Comercio de Equipamentos e Ferramentas Ltda.	08.858.579/0015-35	R\$ 20,99	R\$22,80	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Felap Maquinas e Equipamentos LTDA	60.886.447/001-31	R\$ 24,60		
Trena, com caixa plástica emborrachada, mínimo 5 metros de comprimento.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 17,04	R\$ 17,04	R\$15,04
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Vmd - Maquinas e Ferramentas LTDA	72.295.793/0002-05	R\$ 13,35	R\$13,05	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Tecnoferramentas Comercial Importacao e Exportacao LTDA	09.353.055/0001-50	R\$ 12,74		

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS- CONTROLE DE FREQUÊNCIA (RELÓGIO PONTO)

Relógio Ponto - Equipamento Biométrico, ou que atenda a especificação prevista em legislação (Portaria MTE 1.510/2009 e demais aplicáveis)	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 1.773,88	R\$ 1.773,88	R\$1.673,94
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	M. L. C. Leite	27.995.971/0001-75	R\$ 1.550,00	R\$1.574,00	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Gasparini & Ferreira - Comercio de Produtos Eletronicos LTDA	14.322.609/0001-91	R\$ 1.598,00		
Relógio Ponto - Bobina Térmica compatível com o maquinário fornecido, aprox. 150m por bobina.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 9,93	R\$ 9,93	R\$11,90
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Thiago Ribeiro Pires Basile	19.718.326/0001-87	R\$ 14,93	R\$13,86	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Beller Comércio de Papéis LTDA	05.563.868/0001-13	R\$ 12,79		
Relógio Ponto - Nobreak compatível com o maquinário fornecido, com autonomia mínima de 1 hora, bivolt.	unidade	Painel de Preços (inc. I)	Vide relatório extraído do Pesquisa de Preços (Comprasgov)		R\$ 468,62	R\$ 468,62	R\$451,77
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Mg Industria e Comercio de Equipamentos de Informatica LTDA	06.187.626/0001-35	R\$ 469,92	R\$434,91	
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Creative Copias LTDA	03.769.753/0001-54	R\$ 399,90		
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS- CONTROLE DE FREQUÊNCIA (PONTO REMOTO)							
Registro Eletrônico de Ponto via Programa (REP-P)- funcionários registram seus pontos remotamente usando smartphones, seja através de um aplicativo específico ou via WhatsApp.	1 funcionário	Sítios Eletrônicos (inc. III)	PONTOSIMPLES TECNOLOGIA LTDA	47.981.737/0001-04	R\$ 7,90	R\$6,90	R\$6,90
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	Sepaia Inovações Tecnologicas Ltda	10.580.715/0001-14	R\$ 5,90		
		Sítios Eletrônicos (inc. III)	EMOTTA SISTEMAS	05.301.648/0001-11	R\$ 6,90		

Os valores estimados mencionados acima fazem parte da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme indicado no tópico 4 do Estudo Técnico Preliminar, visto que são itens essenciais para a execução dos serviços. No que se refere aos custos do sistema eletrônico de registro de ponto, inclui-se na PCFP o valor mais elevado dentre as alternativas disponíveis, uma vez que o licitante tem discricionariedade para escolher o sistema que utilizará para controle de frequência, conforme o item 4.2 do ETP.

Os comprovantes da pesquisa de preços podem ser consultados por meio deste link:

[Documentos da Pesquisa de Preço](#)

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇO

Servidor: Tanise Fernandes de Lima
Setor de Compras e Licitações
Matrícula Siape: 2147386
Integrante Administrativo- OS 11/2026/RESTINGA/IFRS

Servidor: Caroline Pereira
Setor de Compras e Licitações
Matrícula Siape: 3306415
Integrante Administrativo- OS 11/2026/RESTINGA/IFRS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

APÊNDICE E- ACORDO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)
(INTEGRA O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO
DE ZELADORIA PARA O IFRS-CAMPUS RESTINGA)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Acordo de Medição de Resultado é o ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o contratado (prestador de serviços) e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, culminando no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a ser utilizado pela fiscalização técnica da contratante na avaliação de cada parcela do serviço executado pela contratada.

Deve, portanto, ser entendido pela contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à contratante, traduzindo-se num instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, baseada nos indicadores de qualidade e metas definidos neste documento, a serem observados periodicamente pela Equipe de Fiscalização do contrato, associando-se o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS E ADEQUAÇÃO DOS PAGAMENTOS

- 2.1. O acompanhamento da execução contratual deve ser feito, sempre que possível, *in loco* e concomitantemente à prestação dos serviços, observando-se o atendimento aos requisitos da contratação e descrição dos serviços, quanto às boas práticas e operacionalização dos serviços.
 - 2.1.1. As ocorrências acerca da execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021
 - 2.1.2. O registro das ocorrências deve ser individual e pontual, a cada fato observado pelo fiscal ou que lhe seja comunicado por outrem, e documentado, por escrito, em Termo de Ocorrência, do qual conste o relato pormenorizado do fato, sendo opcional a indicação do comunicante ou observador, a data e hora de registro e da ocorrência, o local e a assinatura do fiscal; e
 - 2.1.3. O gestor de execução do contrato deverá encaminhar o Termo de Ocorrência ao preposto da contratada, por correspondência eletrônica (e-mail) ou, em segunda instância, por ofício e carta registrada, atribuindo-lhe prazo razoável para defesa e providências, quando possíveis e necessárias medidas corretivas;
 - 2.1.4. Decorrido o prazo atribuído à contratada para resposta, o gestor de execução deverá autuar ao Termo de Ocorrência sua análise e conclusão acerca da necessidade de inclusão da ocorrência em IMR e/ou instauração de processo sancionador.
- 2.2. As avaliações deverão ser realizadas pelo Fiscal Técnico sempre que concluída uma parcela da execução contratual, relativamente à qualidade, eficácia e eficiência dos

serviços prestados naquele período, utilizando-se do Formulário de Aplicação do IMR para compilar as ocorrências identificadas no acompanhamento da execução contratual.

2.2.1. O formulário de aplicação do IMR deve ser anexado ao Termo de Recebimento Provisório do serviço, que se baseará no resultado encontrado nesse instrumento quanto ao cumprimento das metas de desempenho; e

2.2.2. No prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da ciência do Termo de Recebimento Provisório, a contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da(s) ocorrência(s) e/ou que resulta(m) exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

2.3. As adequações na remuneração da contratada, resultado da avaliação qualitativa do serviço, serão feitas automaticamente no Recebimento Provisório, descontando do valor bruto da fatura (valor do serviço para a parcela executada) o percentual proporcional ao somatório de pontos atribuídos à contratada pelo cômputo das ocorrências registradas no período, conforme faixa de ajuste no pagamento estipulada no quadro abaixo:

FAIXA DE AJUSTES NO PAGAMENTO	
Pontuação Acumulada no Período	Percentual de Desconto / Glosa
nenhum ponto	Sem ocorrências, metas consideradas atingidas, fazendo jus a 100% da remuneração contratada.
01 a 05 pontos	Não há glosa, apenas advertência.
05 a 15 pontos	2,5% do valor faturado.
15 a 25 pontos	5% do valor faturado.
25 a 35 pontos	7,5% do valor faturado.
35 a 45 pontos	10% do valor faturado.
45 a 55 pontos	12,5% do valor faturado.
55 a 65 pontos	15% do valor faturado.
acima de 65 pontos	Nível de desconformidade não aceitável, serviços recusados no todo ou em parte.

2.3.1. Para efeito de glosa no faturamento do serviço, o cômputo da pontuação não será cumulativo, referindo-se o resultado do IMR estritamente ao somatório do quantitativo e peso das ocorrências registradas no transcorrer da parcela executada;

2.3.2. Não obstante, a avaliação de conveniência da manutenção do contrato considerará, conjuntamente, o resultado obtido no IMR de todas as parcelas já executadas e faturadas;

2.3.3. Os serviços serão considerados insatisfatórios sempre que a pontuação total, por período avaliado, ultrapassar os 65 pontos, podendo ser rejeitados no todo ou em parte; e

2.3.4. A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços com nível de desconformidade acima do aceitável (65 pontos), que poderá ser aceita pela contratante desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

- 2.4. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão ou entidade, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.
- 2.5. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, nivelando o faturamento dos serviços aos resultados efetivamente alcançados, as adequações de pagamento baseadas no IMR não devem ser interpretadas como penalidades ou multas.
- 2.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade na prestação do serviço em relação à qualidade exigida, persistência de conduta inadequada ou descaso da contratada para com a qualidade dos serviços, bem como quando esta ultrapassar o nível máximo de desconformidade tolerável, além dos fatores redutores previstos na faixa de ajustes de pagamento, podem ser aplicadas sanções à contratada, de acordo com as regras previstas no ato convocatório, posto que o processamento das glosas/descontos resultantes do IMR não impede a concomitante instauração de procedimento para aplicação de penalidade, respeitado o trâmite legal de processos administrativos sancionadores.
- 2.7. Poderá ensejar a rescisão contratual, além daquelas hipóteses previstas no contrato e seus anexos, as seguintes condições:
 - 2.7.1. Necessidade de desconto de 15% do valor contratado por mais de 6 (seis) vezes durante a vigência inicial do contrato, ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação do ajuste; e
 - 2.7.2. Pontuação, por parcela executada, acima de 65 pontos.
- 2.8. As condições firmadas no IMR entram em vigor juntamente com o respectivo contrato, porém, as ocorrências identificadas no primeiro mês/parcela de execução serão objeto apenas de notificação, a fim de permitir à contratada o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço.

3. INDICADORES DE QUALIDADE

Dessa forma, para o recebimento integral do valor contratado, a prestadora dos serviços deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho, abaixo, vez que o registro de situações (ocorrências) que caracterizem o não atendimento desses objetivos lhe imputará, conforme a importância do indicador analisado, o tipo de ocorrência, a persistência/duração e nº de repetições dessa, uma pontuação que, dentro de uma faixa de ajustes, corresponderá ao percentual de glosa a ser efetuada sobre o valor bruto da fatura.

INDICADOR Nº 01: FORNECIMENTO DE USO DE EPI'S, CRACHÁS E UNIFORMES (INSUMOS À MÃO DE OBRA)		
Finalidade:	Garantir a segurança dos colaboradores terceirizados durante seu expediente de trabalho, reduzindo os riscos e impactos de acidentes de trabalho, bem como sua identificação, evitando o acesso de pessoas não autorizadas nas dependências do órgão.	
Meta a cumprir:	Todos os colaboradores das empresas contratadas deverão estar uniformizados, identificados e devidamente providos de EPIs.	
Instrumento de medição:	Verificação in loco, com preenchimento de lista de verificação, ou recebimento de denúncias e reclamações formais.	
Ocorrências Previstas / Pontuação (peso):	Ofertar uniforme em quantidades ou qualidade inferior àquela prevista no ETP.	3 pts ao dia, por profissional afetado

	Não utilização de EPI, Crachá e/ou Uniforme, sob responsabilidade do trabalhador.	1,25 pts ao dia, por profissional afetado
	Reincidência na não utilização de EPI, Crachá e/ou Uniforme.	1,5 pts ao dia, por profissional afetado
	Indisponibilidade de EPI, Crachá e/ou Uniforme, por culpa da contratada.	5 pts ao dia, por profissional afetado
Observações:	A reposição de materiais por dano ou extravio deve ser de iniciativa da contratada, não necessitando acionamento pela contratante para fazê-lo.	
INDICADOR Nº 02:	DISPONIBILIZAÇÃO DE INSUMOS AO SERVIÇO (PRODUTOS E EQUIPAMENTOS)	
Finalidade:	Disponibilização em quantidade e qualidade suficiente de insumos e equipamentos adequados para a correta execução dos serviços contratados.	
Meta a cumprir:	Nenhum serviço deixará de ser prestado de forma satisfatória devido a falta de equipamentos ou insumos.	
Instrumento de medição:	Levantamento por ocorrência de falta de material ou equipamento; Preenchimento de lista de verificação elaborada para este fim ou recebimento de denúncias e reclamações formais.	
Ocorrências Previstas / Pontuação (peso)	Falta de insumos (produtos, ferramentas ou equipamentos) apontados no ETP durante a prestação dos serviços, de 1 a 3 dias consecutivos, que afete de forma não crítica a execução do serviço contratado.	1 pts ao dia, por insumo
	Falta de insumos (produtos, ferramentas ou equipamentos) apontados no ETP, por mais de 3 dias consecutivos, que afete de forma não crítica a execução do serviço contratado.	1,5 pts por dia, por insumo (consecutivo ao 3º)
	Reincidência na indisponibilidade de insumos (produtos, ferramentas ou equipamentos) relacionados no ETP, que afete de forma não crítica a execução do serviço contratado.	2 pts ao dia, por insumo
	Falta de insumos (produtos, ferramentas ou equipamentos) apontados no ETP durante a prestação dos serviços, de 1 a 3 dias consecutivos, que afete de forma crítica a execução do serviço contratado.	3 pts ao dia, por insumo
	Falta de insumos (produtos, ferramentas ou equipamentos) apontados no ETP, por mais de 3 dias consecutivos, que afete de forma crítica a execução do serviço contratado.	4,5 pts por dia, por insumo (consecutivo ao 3º)
	Reincidência na indisponibilidade de insumos (produtos, ferramentas ou equipamentos) relacionados no ETP, que afete de forma crítica a execução do serviço contratado.	5 pts ao dia, por insumo
	Alterar a quantidade ou composição de qualquer insumo (produtos, ferramentas ou equipamentos) exigido no ETP para a realização do serviço sem expressa concordância da contratada.	3 pts por evento
Observações:	É de responsabilidade da contratada a guarda e conservação de insumos e equipamentos por ela fornecidos para execução do serviço.	
INDICADOR Nº 03:	EXECUÇÃO INTEGRAL DO SERVIÇO	
Finalidade:	Assegurar o atendimento da necessidade organizacional.	
Meta a cumprir:	Executar os serviços conforme metodologia preestabelecida pelo ETP, incluindo, no mínimo, todas as atividades e respectivas frequências previstas na rotina de execução.	
Instrumento de medição:	Verificação ocasional de falha da consecução das rotinas, abrangência e ou metodologia de execução dos serviços, por meio de avaliação in loco e/ou recebimento de denúncias e reclamações formais.	

Ocorrências Previstas / Pontuação (peso)	Deixar de observar, injustificadamente, a frequência mínima de execução das atividades que compõem a Rotina	2,5 pts por evento
	Deixar de executar, injustificadamente, quaisquer das atividades previstas na Rotina de Execução do serviço	5 pts por evento
	Executar os serviços em desconformidade com a metodologia estabelecida no ETP.	2,5 pts por evento
	Deixar de respeitar as normas de conduta exigidas a todos pela instituição.	5 pts por evento
Observações:	A inexecução contratual, parcial ou total, poderá ensejar a penalização da contratada, bem como a rescisão do ajuste, e não a exime de desconto proporcional ao período de suspensão apurado, calculado sobre a planilha de custos do contrato. A pontuação adquirida por ocorrências apontadas neste indicador não será afetada por pontuação adquirida nos demais Indicadores	
INDICADOR Nº 04:	ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS	
Finalidade:	Garantir a capacidade técnica da mão-de-obra contratada, assegurando assim a qualidade do serviço	
Meta a cumprir:	100% da mão-de-obra empregada com as devidas qualificações técnicas exigidas, comprovadas previamente, conforme estabelecido no ETP	
Instrumento de medição:	Análise das trocas de emails entre a equipe de fiscalização e a contratada; análise da documentação apresentada pela contratada; verificação <i>in loco</i> , com preenchimento de lista de verificação; recebimento de denúncias e reclamações formais	
Ocorrências Previstas / Pontuação (peso)	Alocar, na execução do contrato, profissional não qualificado	3 pt por evento
	Não substituir, a pedido da administração, profissional que apresente comportamento e/ou qualificação inadequados à execução do serviço	5 pt por evento
	Alocar, na execução do contrato, profissional sem o devido registro / contrato de trabalho	7 pt por evento
	Não comunicar previamente a contratante a substituição de profissional dedicado exclusivamente à execução do contrato, seja em caráter definitivo (por demissão ou realocação) ou temporário (por férias, licença ou outro afastamento legal)	2 pt por evento
	Não apresentar à contratante a documentação dos profissionais que serão definitiva ou temporariamente alocados no contrato, previamente a sua alocação	3 pt por evento
Observações:	É vedado à Administração praticar atos de ingerência na administração da contratada, portanto, é de responsabilidade desta definir os critérios para seleção e capacitação de seus funcionários, de forma a atender os requisitos mínimos estabelecidos pela contratante, vide Estudo Técnico Preliminar, para os serviços demandados.	
INDICADOR Nº 05:	PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
Finalidade:	Garantir a contínua e eficaz prestação do serviço, nos horários e dias previstos no contrato.	
Meta a cumprir:	Não ocorrência de atrasos acima do limite de tolerância (máximo 10 minutos); Substituição tempestiva de toda e qualquer falta de funcionário, justificada ou injustificada, previamente comunicada à contratada ou não; e Cumprimento de Ordens de Serviço dentro do prazo estipulado.	
Instrumento de medição:	Verificação de ocorrências de não realização de serviços previamente agendados (por OS), ou de atraso ou falta de colaboradores, sem sua devida substituição, pelo acompanhamento de folha ponto (quando houver), verificações <i>in loco</i> e/ou recebimento de denúncias e reclamações formais.	

Ocorrências Previstas / Pontuação (peso)	Atraso superior a 10 min, não compensado.	0,75 pt por evento, por profissional
	Recorrência de atrasos superiores a 10 min.	1 pt por evento, por profissional
	Falta de funcionário sem a tempestiva substituição.	3 pts por dia, por profissional
	Recorrência de falta sem substituição tempestiva.	5 pts por evento
	Atrasar a conclusão dos serviços contratados.	3 pts por dia de atraso
	Atraso no atendimento de OS, sem comunicação prévia.	5 pts por dia
	Suspender ou interromper a prestação do serviço injustificadamente.	7 pts por evento
Observações:	A impossibilidade de atendimento à Ordem de Serviço deve ser comunicada com antecedência mínima de 36h do prazo estabelecido para início da execução. Eventuais atrasos acima da margem de tolerância poderão, mediante prévio acordo com encarregado/preposto e gestor do contrato, ser compensados pelos colaboradores no mesmo dia, desde que sua permanência não extrapole o horário de execução do serviço, ou no dia útil seguinte. O desconto em razão de registro de ocorrência de falta ou impontualidade dos profissionais, que prejudiquem a execução do serviço, não exime a contratada, se for o caso, do proporcional desconto na rubrica de substituição de funcionários.	
INDICADOR Nº 06:	ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	
Finalidade:	A prestação do serviço contratado levando-se em conta os critérios de sustentabilidade nas suas dimensões social, ambiental e econômica.	
Meta a cumprir:	O serviço deve ser eficientemente cumprido com o menor impacto ambiental possível, com questões sociais justas e economicamente viáveis.	
Instrumento de medição:	Verificação de ocorrências durante as rotinas de fiscalizações e/ou recebimento de denúncias e reclamações formais, e por meio de análise documental quando exigido da contratada.	
Ocorrências Previstas / Pontuação (peso)	Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.	5 pt por evento
	Deixar de comprovar a destinação de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço.	15 pt por evento
	Utilizar, de forma comprovadamente arbitrária, substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes.	20 pt por evento
	Utilizar produtos químicos em desacordo com a legislação vigente.	20 pt por evento
Observações:	A ocorrência que resulte em prejuízo ambiental para a instituição, deverá ser apurada para a cobrança de sua reparação pela contratada.	
INDICADOR Nº 07:	SATISFAÇÃO DO PÚBLICO USUÁRIO	
Finalidade:	Garantir o atendimento da necessidade organizacional e a satisfação do público usuário com os serviços.	
Meta a cumprir:	Satisfação em 100% dos serviços prestados, considerando-se plenamente atendida a necessidade do público.	
Instrumento de medição:	Pesquisa aplicada junto ao público usuário e/ou reclamações/sugestões recebidas desse público.	
Ocorrências Previstas / Pontuação (peso):	Registro espontâneo (pelo público usuário) de avaliações negativas sobre a qualidade dos serviços.	1 pt por evento

	Registro espontâneo de avaliações negativas acerca de aspecto da execução dos serviços já reportado à contratada.	2 pts por evento
	Resultado da pesquisa de satisfação com reprovação de até 25%.	5 pts
	Resultado da pesquisa de satisfação com reprovação de até 50%.	20 pts
	Resultado da pesquisa de satisfação com reprovação acima de 50%.	40 pts
	Não atendimento das solicitações de melhoria na qualidade dos serviços prestados, baseadas em registros espontâneos e/ou resultado da pesquisa de satisfação.	5 pts por evento
Observações:	O formulário de pesquisa de satisfação será previamente aprovado pela contratada, quando do início da execução dos serviços, podendo ser revisto e adaptado, por acordo entre as partes, ao longo da execução contratual.	

INDICADOR Nº 08:	ORGANIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS	
Finalidade:	Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.	
Meta a cumprir:	Envio de toda a documentação necessária para a fiscalização dentro dos prazos estabelecidos; Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos; Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.	
Instrumento de medição:	Análise das trocas de emails entre a equipe de fiscalização e a contratada; análise da documentação apresentada pela contratada; verificação in loco, com preenchimento de lista de verificação; recebimento de denúncias e reclamações formais	
Ocorrências Previstas / Pontuação (peso):	Atraso no envio da documentação mensal para a Equipe de Gestão do contrato	2 pts por dia de atraso
	Não comunicar ao Gestor de Execução do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços	7 pts por ocorrência
	Não responder aos apontamentos/esclarecimentos solicitados pela equipe de fiscalização no Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da parcela anterior	10 pts por esclarecimento não respondido
	Não responder, dentro do prazo solicitado, Ofício formal enviado pela contratante	25 pts por evento
Observações:	A pontuação adquirida por ocorrências apontadas neste indicador não será afetada por pontuação adquirida nas ocorrências 4.4. e 4.5. apontadas no Indicador nº 4	

4. FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Fica estabelecido o uso do formulário abaixo como mecanismo de registro e cálculo/afecção dos resultados obtidos com o serviço, realizando o cômputo da totalidade das ocorrências registradas ao longo da execução da parcela em avaliação, conforme o peso atribuído a cada um dos indicadores de qualidade supracitados e respectivos tipos de ocorrência e/ou eventual repetição dessas:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)					
Objeto: _____			Contrato nº: _____		
Contratada: _____					
Fiscal Técnico: _____			Portaria nº _____		
Parcela de Referência (período de execução): _____			Data Avaliação: _____		
AFERIÇÃO DE RESULTADOS					
Indicador	Ocorrências	(A) Peso da Ocorrência	(B) Nº de Registros	(C) Duração	(A x B x C) Pontuação Total

Resultado da Avaliação (pontuação total): _____					
Faixa de Ajustes no Paga-mento:	01 a 05 pontos	Não há glosa.	Valor da Parcela (contratado): _____		
	05 a 15 pontos	2,5% de glosa.	Valor da Glosa: _____		
	15 a 25 pontos	5% de glosa.	Valor Faturado (contratado): _____		
	25 a 35 pontos	7,5% de glosa.			
	35 a 45 pontos	10% de glosa.			
	45 a 55 pontos	12,5% de glosa.			
	55 a 65 pontos	15% de glosa.	Assinatura do Fiscal Técnico (avaliador)		
CIÊNCIA DA CONTRATADA					
					Recebido em: _____
Ciente:	<input type="checkbox"/>	de acordo, ao faturamento.		<input type="checkbox"/>	à contestação. Prazo Faturamento/Contestação: <u>2 dias úteis</u>
Alegações: _____					
Assinatura do Preposto da Contratada			Assinatura do Gestor do Contrato (na contratada)		

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este instrumento é parte integrante do contrato de prestação de serviços continuados de _____, celebrado entre o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *Campus Restinga*, contratante, e a empresa _____, CNPJ nº _____, contratada, em

decorrência do Pregão Eletrônico nº 90013/2024, e define indicadores para aferição da qualidade dos serviços prestados. A assinatura deste instrumento indica que ambas as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta critérios claros de mensuração de resultados, relativamente ao atingimento de objetivos realizáveis e condizentes com a descrição do serviço requerido pela contratante.

Porto Alegre/RS, ____ de julho de 2026.

Diretor-Geral do IFRS-*Campus* Restinga

Representante Legal da Contratada

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000041/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE: 12/01/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR078770/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.201805/2026-22
DATA DO PROTOCOLO: 09/01/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERVACAO DO EST DO R G S, CNPJ n. 87.078.325/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADRIANA MAIA MELLO;

E

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO E SERVICOS TERCEIRIZADOS EM ASSEIO E CONSERVACAO NO RGS-SEEAC/RS, CNPJ n. 90.601.956/0001-31, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO ROSSO ANDRE;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO**, com abrangência territorial em **Aceguá/RS, Agudo/RS, Ajuricaba/RS, Alecrim/RS, Alegrete/RS, Alegria/RS, Alpestre/RS, Alto Alegre/RS, Alto Feliz/RS, Alvorada/RS, Ametista do Sul/RS, Arambaré/RS, Araricá/RS, Arroio do Padre/RS, Arroio do Sal/RS, Arroio dos Ratos/RS, Arroio Grande/RS, Augusto Pestana/RS, Áurea/RS, Bagé/RS, Balneário Pinhal/RS, Barão do Triunfo/RS, Barão/RS, Barra do Guarita/RS, Barra do Quaraí/RS, Barra do Ribeiro/RS, Barra do Rio Azul/RS, Barra Funda/RS, Benjamin Constant do Sul/RS, Boa Vista das Missões/RS, Boa Vista do Buricá/RS, Boa Vista do Cadeado/RS, Boa Vista do Incra/RS, Boa Vista do Sul/RS, Bom Princípio/RS, Bom Progresso/RS, Bossoroca/RS, Bozano/RS, Braga/RS, Brochier/RS, Butiá/RS, Caçapava do Sul/RS, Cacequi/RS, Cachoeira do Sul/RS, Cachoeirinha/RS, Caibaté/RS, Caiçara/RS, Camaquã/RS, Camargo/RS, Cambará do Sul/RS, Campestre da Serra/RS, Campina das Missões/RS, Campinas do Sul/RS, Campo Novo/RS, Campos Borges/RS, Cândido Godói/RS, Candiota/RS, Canela/RS, Canguçu/RS, Canoas/RS, Capão Bonito do Sul/RS, Capão da Canoa/RS, Capão do Cipó/RS, Capão do Leão/RS, Capela de Santana/RS, Capivari do Sul/RS, Caraá/RS, Carlos Gomes/RS, Catuípe/RS, Centenário/RS, Cerrito/RS, Cerro Grande do Sul/RS, Cerro Grande/RS, Cerro Largo/RS, Chapada/RS, Charqueadas/RS, Charrua/RS, Chiapetta/RS, Chuí/RS, Cidreira/RS, Colorado/RS, Condor/RS, Coronel Barros/RS, Coronel Bicaco/RS, Coronel Pilar/RS, Crissiumal/RS, Cristal do Sul/RS, Cristal/RS, Cruz Alta/RS, Cruzaltense/RS, Derrubadas/RS, Dezesseis de Novembro/RS, Dilermando de Aguiar/RS, Dois Irmãos das Missões/RS, Dois Lajeados/RS, Dom Pedrito/RS, Dom Pedro de Alcântara/RS, Dona Francisca/RS, Doutor Maurício Cardoso/RS, Eldorado do Sul/RS, Encantado/RS, Engenho Velho/RS, Entre Rios do Sul/RS, Entre-Ijuís/RS, Erval Seco/RS, Esperança do Sul/RS, Eugênio de Castro/RS, Faxinal do Soturno/RS, Faxinalzinho/RS, Feliz/RS, Floriano Peixoto/RS, Fontoura Xavier/RS, Formigueiro/RS, Fortaleza dos Valos/RS, Garruchos/RS, General Câmara/RS, Gentil/RS, Giruá/RS, Glorinha/RS, Gramado dos Loureiros/RS, Gramado/RS, Gravataí/RS, Guaíba/RS, Guarani das Missões/RS, Harmonia/RS, Herval/RS, Horizontina/RS, Hulha Negra/RS, Humaitá/RS, Igrejinha/RS, Ijuí/RS, Imbé/RS, Independência/RS, Inhacorá/RS, Ipiranga do Sul/RS, Itaara/RS, Itacurubi/RS, Itaqui/RS, Itati/RS, Ivorá/RS, Jaboticaba/RS, Jacuizinho/RS, Jacutinga/RS, Jaguarão/RS, Jaguajuarana/RS, Jari/RS, Jóia/RS, Júlio de Castilhos/RS, Lagoa Bonita do Sul/RS, Lagoa do Cantos/RS, Lajeado do Bugre/RS, Lavras do Sul/RS, Liberato Salzano/RS, Lindolfo Collor/RS, Nova/RS, Maçambará/RS, Mampituba/RS, Manoel Viana/RS, Maquiné/RS, Maratá/RS, N**

Pimentel/RS, Mata/RS, Mato Queimado/RS, Minas do Leão/RS, Miraguaí/RS, Montauri/RS, Monte Alegre dos Campos/RS, Monte Belo do Sul/RS, Montenegro/RS, Mormaço/RS, Morrinhos do Sul/RS, Morro Redondo/RS, Morro Reuter/RS, Mostardas/RS, Muitos Capões/RS, Nicolau Vergueiro/RS, Nonoai/RS, Nova Alvorada/RS, Nova Boa Vista/RS, Nova Candelária/RS, Nova Esperança do Sul/RS, Nova Hartz/RS, Nova Pádua/RS, Nova Palma/RS, Nova Petrópolis/RS, Nova Ramada/RS, Nova Santa Rita/RS, Novo Machado/RS, Novo Tiradentes/RS, Novo Xingu/RS, Osório/RS, Palmares do Sul/RS, Palmitinho/RS, Panambi/RS, Pareci Novo/RS, Parobé/RS, Passa Sete/RS, Paulo Bento/RS, Pedras Altas/RS, Pedro Osório/RS, Pejuçara/RS, Picada Café/RS, Pinhal da Serra/RS, Pinhal Grande/RS, Pinhal/RS, Pinheirinho do Vale/RS, Pinheiro Machado/RS, Pinto Bandeira/RS, Pirapó/RS, Piratini/RS, Planalto/RS, Ponte Preta/RS, Portão/RS, Porto Alegre/RS, Porto Lucena/RS, Porto Mauá/RS, Porto Vera Cruz/RS, Porto Xavier/RS, Presidente Lucena/RS, Quaraí/RS, Quatro Irmãos/RS, Quevedos/RS, Quinze de Novembro/RS, Redentora/RS, Restinga Sêca/RS, Rio dos Índios/RS, Rio Grande/RS, Riozinho/RS, Roca Sales/RS, Rodeio Bonito/RS, Rolador/RS, Rolante/RS, Rondinha/RS, Roque Gonzales/RS, Rosário do Sul/RS, Sagrada Família/RS, Saldanha Marinho/RS, Salto do Jacuí/RS, Salvador das Missões/RS, Salvador do Sul/RS, Santa Cecília do Sul/RS, Santa Margarida do Sul/RS, Santa Maria do Herval/RS, Santa Rosa/RS, Santa Tereza/RS, Santa Vitória do Palmar/RS, Santana da Boa Vista/RS, Sant'Ana do Livramento/RS, Santiago/RS, Santo Ângelo/RS, Santo Antônio da Patrulha/RS, Santo Antônio das Missões/RS, Santo Antônio do Planalto/RS, Santo Augusto/RS, Santo Cristo/RS, Santo Expedito do Sul/RS, São Borja/RS, São Francisco de Assis/RS, São Francisco de Paula/RS, São Gabriel/RS, São Jerônimo/RS, São João da Urtiga/RS, São João do Polêsine/RS, São José das Missões/RS, São José do Hortêncio/RS, São José do Inhacorá/RS, São José do Norte/RS, São José do Sul/RS, São José dos Ausentes/RS, São Lourenço do Sul/RS, São Luiz Gonzaga/RS, São Martinho da Serra/RS, São Martinho/RS, São Miguel das Missões/RS, São Nicolau/RS, São Paulo das Missões/RS, São Pedro da Serra/RS, São Pedro das Missões/RS, São Pedro do Butiá/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sebastião do Cai/RS, São Sepé/RS, São Valentim do Sul/RS, São Valério do Sul/RS, São Vendelino/RS, São Vicente do Sul/RS, Seberi/RS, Sede Nova/RS, Senador Salgado Filho/RS, Sentinela do Sul/RS, Sertão Santana/RS, Sete de Setembro/RS, Silveira Martins/RS, Tapes/RS, Taquara/RS, Taquaruçu do Sul/RS, Tavares/RS, Tenente Portela/RS, Terra de Areia/RS, Tiradentes do Sul/RS, Toropi/RS, Torres/RS, Tramandaí/RS, Três Arroios/RS, Três Cachoeiras/RS, Três Coroas/RS, Três de Maio/RS, Três Forquilhas/RS, Três Passos/RS, Trindade do Sul/RS, Triunfo/RS, Tucunduva/RS, Tunas/RS, Tupanci do Sul/RS, Tupanciretã/RS, Tupandi/RS, Tuparendi/RS, Turuçu/RS, Ubiretama/RS, União da Serra/RS, Unistalda/RS, Uruguaiana/RS, Vale Real/RS, Viamão/RS, Vicente Dutra/RS, Vila Flores/RS, Vila Lângaro/RS, Vila Nova do Sul/RS, Vista Alegre do Prata/RS, Vista Gaúcha/RS, Vitória das Missões/RS e Xangri-lá/RS.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO POR FUNÇÕES

FUNÇÃO	CBO	SALÁRIO 2026
Almoxarife	4141	2.120,93
Ascensorista - 180h	5141	1.782,40
Atendente de chamado de alarme/suporte, orientador de shopping	5174	2.126,25
Auxiliar de almoxarifado	4141	1.765,86
Auxiliar de escritório em geral, auxiliar ou assistente administrativo (exceto contínuo ou office-boy)	4110	2.307,83
Auxiliar de manutenção predial, servente de conservação predial	5143	1.765,86
Auxiliar nos serviços de alimentação, auxiliar de cozinha, saladeira	5135	1.765,86
Contínuo, office-boy	4122	1.765,86

Controlador de pragas, aplicador de inseticida e produtos agrotóxicos/domissanitários, aplicador de bactericida, desinsetizador	5199	1.942,30
Copeiro	5134	1.765,86
Cozinheiro geral, cozinheiro açougueiro, cozinheiro, merendeiro de escola/creche	5132	1.854,05
Faxineiro, limpador, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de limpeza, servente de limpeza, auxiliar de limpeza técnica em indústria automotiva	5143	1.765,86
Guardador de veículos, orientador de estacionamento	5199	1.765,86
Jardineiro	6220	1.765,86
Leiturista, leiturista de medidores de água e luz	5199	1.965,30
Limpador alpinista	5143	2.243,81
Monitor/atendente de creche ou albergue infantil	3341	1.875,95
Monitor/Cuidador de alunos PcD	5162	2.161,05
Operador de Rádio Chamada - Operador de Central de Monitoramento	4227	2.126,25
Porteiro	5174	2.126,25
Preparador terceirizado de materiais hospitalares	7842	2.161,05
Recepcionista em geral, Recepcionista	4221	1.996,44
Repositor de mercadorias, Repositor	5211	1.936,78
Sepultador	5166	2.126,25
Técnico em Secretariado Terceirizado	3515-05	2.750,94
Secretariado Executivo Terceirizado	2523-05	4.045,46
Secretariado Executivo Bilíngue Terceirizado	2523-10	4.642,13
Telefonista terceirizada 180hs.	4222	1.996,44
Vigia, Guarda Patrimonial	5174	2.126,25
Zelador	5141	2.151,89

LIMPEZA URBANA - FUNÇÕES

Catador de material reciclável, reciclador de lixo urbano	5192	1.967,29
Coletor de lixo domiciliar, coletor, lixeiro - Limpeza Urbana	5142	2.082,31
Roçador limpeza urbana	6220	1.799,68
Varredor de rua, gari, varredor – Limpeza Urbana	5142	1.799,68

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO NORMATIVO

A partir de 01-01-2026, o salário normativo geral da categoria profissional passa a ser de R\$1.765,86 (um mil, setecentos e sessenta e cinco reais com oitenta e seis centavos) para uma carga horária de 220 horas mensais e 44 horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO NORMATIVO EM JORNADA REDUZIDA

O salário normativo do empregado que trabalha em jornada reduzida, ou seja, inferior a 44h (quarenta e quatro horas) semanais, será obtido através do seguinte cálculo: Dividir a duração do trabalho semanal (jornada" semanal contratada) por 6 (seis) dias da semana; após, multiplicar este resultado por 30 (trinta) dias do mês; finalmente, o produto desta operação multiplicar pelo valor equivalente a 1 (uma) hora de trabalho.

A regra estabelecida no parágrafo anterior não se aplica àqueles trabalhadores contratados sob o regime especial de trabalho previsto pelo art. 59-A da CLT (jornada 12 horas de trabalho por 36 de descanso).

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA SEXTA - MAJORAÇÃO SALARIAL GERAL

Os trabalhadores integrantes da categoria profissional, que percebam salário-base de até R\$2.718,00 (dois mil e setecentos e dezoito reais) (FAIXA 1) terão os seus salários reajustados, em 1º de janeiro de 2026, em quantia equivalente a 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento), enquanto que os trabalhadores integrantes da categoria profissional que percebam salário-base de R\$2.718,01 (dois mil, setecentos e dezoito reais e um centavo) em diante (FAIXA 2) terão os seus salários reajustados, em 1º janeiro de 2026, em quantia equivalente a 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento).

O percentual de reajuste incidirá sobre os salários do mês de janeiro de 2025, compensados, após, todos os aumentos espontâneos ou coercitivos havidos no período de 02-01-2025 até 31-12-2025, salvo se decorrentes do término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo ou função, estabelecimento ou localidade ou equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

CLÁUSULA SÉTIMA - MAJORAÇÃO SALARIAL PROPORCIONAL

Os trabalhadores admitidos a partir de 1º de fevereiro de 2025 terão os seus salários reajustados proporcionalmente à razão de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado, observadas entretanto as regras de equiparação salarial estabelecidas pelo artigo 461 da CLT.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DE SALÁRIO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

O pagamento dos salários e da rescisão contratual em sexta-feira e em véspera de feriados deverá ser realizado em moeda corrente, ressalvada a hipótese das empresas que efetuam o pagamento dos salários através de depósito bancário.

Se o pagamento do salário ou rescisão contratual for realizado por meio de cheque, a empregadora garantirá ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo dentro do horário bancário do município onde se desenvolve o contrato de trabalho, tempo esse limitado a um máximo de 2 (duas) horas.

Nos casos em que o pagamento dos salários e das férias ocorrer através de crédito em conta bancária do empregado, a comprovação do adimplemento dos salários e das férias poderá ser feita através da apresentação do recibo de salário sem assinatura, mas com a discriminação das parcelas/rubricas pagas e descontadas, acompanhado do comprovante do crédito bancário correspondente.

O não pagamento dos salários no prazo de lei, salvo se o atraso decorrer de problemas operacionais do banco ou de problemas na própria conta do empregado, e depois de observado o prazo de tolerância de 3 dias úteis, importará na incidência de multa em favor do empregado no valor equivalente a 1/30 por dia de atraso, até o limite máximo de um salário-base do empregado.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO DE DIREITOS RESCISÓRIOS

O pagamento dos salários e demais encargos devidos pela rescisão do contrato de trabalho, inclusive a multa do FGTS, quando for o caso, será efetuado até dez dias contados a partir do término do contrato de trabalho, sob pena do empregador responder por multa de valor equivalente a 1(um) salário-base mensal do empregado, para atrasos de até 30 (trinta) dias, e mais a quantia equivalente a 1/30 (um trinta avos) do mesmo salário-base mensal por dia de atraso a partir do trigésimo dia de atraso, limitada ao valor máximo de 4 (quatro) salários-base mensais do empregado, salvo se o pagamento não se realizar por culpa do próprio empregado.

A multa ora estabelecida, por ser mais benéfica ao trabalhador, substitui e tem prevalência sobre a multa estabelecida no parágrafo 8º do art. 477 da CLT, não deixando margem ou direito à cobrança concomitante das duas multas.

As partes declaram expressamente que as penalidades previstas na presente cláusula serão exigíveis independentemente do valor atribuído às verbas rescisórias, afastando a incidência do disposto no art. 412 do CCB ou de qualquer outro dispositivo que venha regular a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECIBO DE PAGAMENTO SALARIAL

Os empregadores ficam obrigados a fornecer aos empregados cópia do contracheque de pagamento salarial até o quinto dia útil do mês, contendo, no mínimo, as seguintes especificações: 1) o nome da empresa empregadora; 2) o nome do empregado; 3) o local onde o empregado presta os seus serviços; 4) a discriminação das parcelas e respectivos valores pagos; 5) os títulos e valores dos descontos efetuados e 6) o valor a ser recolhido ao FGTS. O contracheque poderá ser encaminhado por e-mail, Whatsapp, via terminal bancário ou mediante entrega de uma cópia física. Caso o contracheque seja fornecido exclusivamente mediante cópia física, esta deverá ser entregue ao empregado no seu posto de trabalho, no prazo previsto no parágrafo anterior.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Admitido empregado para a função de outro empregado despedido sem justa causa, é garantido para o empregado substituto salário idêntico ao do empregado de menor salário ajustado na mesma função, sem considerar vantagens de natureza pessoal e, no caso de substituição temporária, salário idêntico ao do empregado substituído, também excluídas vantagens de natureza pessoal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADO MAIS NOVO

Não poderá o empregado mais novo na empresa receber pagamento de salário superior ao do empregado mais antigo que exercer a mesma função ou tarefa.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESCONTOS SALARIAIS

São válidos e permitidos descontos efetuados nos salários dos empregados, desde que por eles autorizados e desde que respeitado o limite do § Único do art. 82 da CLT, a título de refeições e ranchos fornecidos, convênios mantidos com farmácias e funerárias e de associações de empregados.

As empresas, na medida em que comprovada a associação, ficam obrigadas a promover o desconto em folha de pagamento dos empregados associados ao sindicato, no valor da mensalidade social, devendo efetuar o repasse do valor até o dia 10 do mês subsequente. O não repasse do valor descontado até o dia 10 do mês subsequente importará na incidência de multa de 10% do valor não repassado, mais juros de mora à razão de 1% ao mês e correção monetária pela variação do IGP-M.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GRATIFICAÇÃO DE NATAL

Os empregados que não tenham requerido o pagamento da 1ª (primeira) parcela da Gratificação de Natal - 13º Salário - no mês de janeiro, terão a faculdade de requerer o pagamento até o dia anterior ao início do gozo das férias, recebendo o respectivo valor até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao retorno das férias, incluindo-se no cálculo o período de férias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) dos duodécimos já vencidos.

Os empregadores poderão pagar o 13º salário de seus empregados em parcela única até o 5º dia útil do mês de dezembro do respectivo exercício.

O 13º salário poderá ser pago de forma antecipada e em até 11 parcelas mensais, vencendo-se a última no máximo no dia 20 de dezembro de cada ano, desde que autorizado mediante acordo escrito entre empregado e empregador.

O não pagamento dos valores do 13º salário nas datas previstas em lei ou nas datas ajustadas com os empregados, salvo se o atraso decorreu de problemas operacionais do banco ou de problemas na própria conta do empregado, e depois de observado o prazo de tolerância de 3 dias úteis, importará na incidência de multa em favor do empregado no valor equivalente a 1/30 da parcela vencida e não paga por dia de atraso, até o limite máximo do próprio valor da respectiva parcela vencida e não paga.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FUNÇÃO GRATIFICADA

O empregado que exercer cargo em comissão ou função gratificada por 10 (dez) anos ou mais, caso deixe de exercê-la, terá assegurado o pagamento do valor da comissão ou gratificação, que será incorporada ao seu salário básico.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HORAS EXTRAS

A jornada laboral excedente à fixada no contrato de trabalho, ou excedente à jornada legal, será paga com adicional de 50% (cinquenta por cento) do salário-hora normal, quanto às 1ª (primeira) e 2ª (segunda) horas e, nas superiores, por necessidade imperiosa ou motivo de força maior, com adicional equivalente a 100% (cem por cento) do salário-hora.

Na medida em que reconhecido o direito ao adicional noturno para as horas prorrogadas após as 5:00 horas da manhã, também deverá ser observada a contagem reduzida para essas horas prorrogadas a partir das 5:00 horas da manhã.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INSALUBRIDADE

As empresas da categoria econômica passarão a pagar, a partir de 01-01-2026, adicional de insalubridade:

a) em grau máximo (quarenta por cento) para:

- os(as) trabalhadores que exerçam as funções/atividades de Aplicador de bactericida e Desinsetizador, Aplicador de inseticida e produtos agrotóxicos/domissanitários, auxiliar de limpeza técnica em indústria automotiva, higienização técnica de materiais hospitalares, auxiliares terceirizados de lavanderias de hospitais (CBO n°5163-45), preparador de materiais (CBO n°7842-05), Cuidador/Monitor de alunos PcD e Sepultador;
- os(as) trabalhadores que limpem/higienizem instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e na respectiva coleta de lixo, entendendo-se por “instalações sanitárias de uso público” aquelas em que o acesso independe da autorização do titular do estabelecimento e é livre ao público em geral, e entendendo-se por “instalações sanitárias de grande circulação” aquelas utilizadas por mais de vinte pessoas ao dia;
- os(as) trabalhadores que limpem/higienizem hospitais, UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) e UBSs (Unidades Básicas de Saúde); esta previsão de insalubridade em grau máximo não será extensiva aos demais estabelecimentos médicos, como clínicas, consultórios e congêneres;

° os(as) trabalhadores que limpem/higienizem instalações sanitárias de escolas de ensino básico (nível fundamental e médio) e ensino superior (universidades), independentemente da instalação sanitária ser de uso público ou privado e independentemente da instalação sanitária ser de pequena ou grande circulação.

b) em grau médio (vinte por cento) para:

- os(as) trabalhadores que exerçam as funções/atividades de Copeira, Cozinheira, Auxiliar de Cozinha, Merendeira de Escola/Creche, Monitor de creche e albergue infantil, Auxiliar de creche e albergue infantil, Faxineiro/Limpador/Auxiliar de limpeza/Servente de limpeza, Zelador de edifício (CBO n.º 5141-20) e Jardineiro (CBO n.º 6220-10), assim como o(a) Auxiliar de serviços gerais que execute serviços de limpeza;
- os(as) trabalhadores que limpem/higienizem instalações sanitárias que não sejam de uso público ou que não sejam coletivas de grande circulação, e na respectiva coleta de lixo;

c) especificamente para a limpeza urbana – em grau máximo (quarenta por cento) para todos os trabalhadores que exerçam funções/atividades operacionais na limpeza urbana.

Os adicionais de insalubridade pagos aos empregados da categoria serão calculados com base no salário normativo da respectiva função.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - NÃO CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Ajustam os Sindicatos Convenientes que não haverá cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos, aplicando-se aos casos concretos os preceitos do artigo 193, § 2º, da CLT.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSIDUIDADE

Os empregados que tiverem 100% de assiduidade no mês farão jus a prêmio assiduidade mensal nos seguintes termos:

- I – será considerado 100% assíduo o empregado que não faltar ao trabalho, não se atrasar para o trabalho e não sair mais cedo do trabalho em nenhum dia do mês;
- II – o empregado que faltar, atrasar ou sair mais cedo do trabalho, ainda que de forma justificada, inclusive com atestado médico, não fará jus ao prêmio assiduidade;
- III – o prêmio assiduidade será no valor mínimo de R\$80,00 (oitenta reais) para aqueles que cumpram carga horária diária de trabalho superior a seis horas e de no mínimo R\$40,00 (quarenta reais) para aqueles que exercem jornada diária de trabalho de até seis horas;
- IV – o prêmio assiduidade poderá ser fornecido, a critério do empregador, mediante vale alimentação, vale refeição, cartão multibenefícios ou cesta básica;
- V – o prêmio assiduidade ora instituído possui natureza indenizatória e, na forma do parágrafo 4º do artigo 457 da CLT, não integra a remuneração para qualquer fim;
- VI – o prêmio assiduidade deverá ser pago até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao mês de referência da assiduidade;
- VII – em casos de admissão, rescisão, suspensão ou interrupção do contrato de trabalho no decorrer do mês, o prêmio assiduidade será devido de forma proporcional ao número de dias em que o contrato de trabalho esteve ativo no respectivo mês;
- VIII – o cumprimento da presente cláusula poderá se dar mediante a continuidade de fornecimento de prêmio assiduidade já fornecido antes da instituição desta cláusula, desde que o prêmio assiduidade seja fornecido em condições iguais ou mais benéficas ao empregado do que as previstas nesta cláusula.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Os empregadores, a partir de 1º de janeiro de 2026, proporcionarão aos empregados que cumpram jornada diária de trabalho superior a 6 (seis) horas, isto é, àqueles que têm necessidade e direito a intervalo de uma hora para repouso ou alimentação na forma do artigo 71 da CLT, auxílio-alimentação sob a forma de ticket, cartão ou vale alimentação ou refeição, de forma antecipada e até o último dia do mês, em valor não inferior a R\$27,15(vinte e sete reais com quinze centavos) por dia de efetivo trabalho.

O auxílio alimentação, na medida em que o contrato de trabalho ultrapassar o período de experiência, será fornecido de forma antecipada e em parcela única mensal.

O auxílio-alimentação poderá ser satisfeito mediante o fornecimento de refeição pronta, de quantidade e qualidades equivalentes a uma refeição de restaurante em valor não inferior a R\$27,15(vinte e sete reais com quinze centavos) por dia efetivamente trabalhado. Na hipótese de o auxílio alimentação já fornecido pela empresa superar o valor mínimo previsto na presente cláusula, a refeição deverá ser de valor, qualidade e quantidades equivalentes ao valor diário do benefício já praticado pela empresa. Fica autorizado, em qualquer hipótese, o desconto nos salários dos empregados da quantia equivalente até 19,00% (dezenove por cento) do valor do auxílio-alimentação ora estabelecido.

O valor do auxílio alimentação dos empregados com contrato de trabalho em vigor em 01/01/2026, e que desde então recebem auxílio alimentação, será reajustado em 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento) em 01/01/2026, respeitado o valor mínimo de R\$27,15(vinte e sete reais com quinze centavos), estabelecido no primeiro parágrafo desta cláusula, sendo autorizada a compensação dos aumentos espontâneos concedidos no período para o auxílio alimentação.

O auxílio alimentação será devido em relação aos dias em que o empregado efetivamente trabalhar mais de 6 (seis) horas. Em relação aos dias em que o empregado trabalhar 6 (seis) horas ou menos - por qualquer motivo que seja -, não será devido o auxílio alimentação, mas sim o auxílio lanche previsto na cláusula seguinte.

O auxílio alimentação não tem natureza salarial e os valores correspondentes não serão considerados como salário para nenhum fim.

As entidades sindicais convenientes recomendam que os empregadores do segmento de asseio e conservação, na medida do possível, tentem sensibilizar seus tomadores de serviços para adotar a faculdade aberta pelo § 4º do art. 5º-A da Lei nº 6.019/74 no sentido de estender ao trabalhador da empresa de prestação de serviços o mesmo atendimento de refeição destinado aos seus empregados, ou ao menos o uso do mesmo local destinado às refeições.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO LANCHE

Os empregadores, a partir de 1º de janeiro de 2026, proporcionarão aos empregados que cumpram jornada diária de trabalho de até 6 (seis horas) auxílio lanche sob a forma de ticket, cartão ou vale alimentação ou refeição, de forma antecipada e até o último dia do mês, em valor não inferior a R\$13,57(treze reais com cinquenta e sete centavos) por dia de efetivo trabalho, ou auxílio lanche mediante o fornecimento de lanche em restaurante/lanchonete própria ou de terceiros de valor não inferior a R\$13,57(treze reais com cinquenta e sete centavos) por dia de efetivo trabalho, ou ainda mediante o fornecimento de lanche pronto, de quantidade e qualidades equivalentes a um lanche de restaurante/lanchonete no valor de R\$13,57(treze reais com cinquenta e sete centavos), autorizado, em qualquer hipótese, o desconto nos salários dos empregados da quantia equivalente até 19,00% (dezenove inteiros por cento) do valor do auxílio lanche ora estabelecido.

O auxílio lanche, na medida em que o contrato de trabalho ultrapassar o período de experiência, será fornecido de forma antecipada e em parcela única mensal.

O auxílio lanche não tem natureza salarial e os valores correspondentes não serão considerados como salário para nenhum fim. Convencionam as partes que o tempo despendido pelo empregado para o registro do ponto, seja mecânico, manual ou eletrônico, contados 5 (cinco minutos) anteriormente e posteriormente à hora exata para o início e término da respectiva jornada trabalho, não será computado para a definição/cálculo da jornada diária de trabalho para os fins previstos nesta cláusula, isto é, para apurar se a jornada diária foi ou não superior a 6 (seis) horas.

O valor do auxílio lanche dos empregados com contrato de trabalho em vigor em 01/01/2024, e que desde então recebem auxílio lanche, será reajustado em 6,79% (seis inteiros e setenta e nove centésimos por cento) em 01/01/2026, respeitado o valor mínimo de R\$13,57(treze reais com cinquenta e sete centavos), estabelecido no primeiro parágrafo desta cláusula, sendo autorizada a compensação dos aumentos espontâneos concedidos no período para o auxílio lanche.

O auxílio lanche ora instituído, independentemente da carga horária diária cumprida, não se somará e será excluyente em relação auxílio alimentação estabelecido na cláusula anterior, e vice-versa, de modo que o trabalhador em hipótese alguma fará jus ao auxílio alimentação e ao auxílio lanche concomitantemente no mesmo dia de trabalho.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - VALE TRANSPORTE

Os empregadores são obrigados a fornecer, antecipadamente e até o último dia do mês, vale-transporte para os seus empregados atenderem suas necessidades de transporte coletivo da residência ao local de trabalho e vice-versa.

Os empregadores, como ressarcimento do custo dos vales transporte, poderão descontar dos salários a quantia mensal de até 6% (seis por cento) do valor bruto do salário normativo mensal da função desempenhada pelo empregado ou, caso o empregado cumpra jornada de trabalho reduzida e receba salário proporcional à jornada reduzida, do valor bruto do salário mensal contratado.

Durante o prazo de vigência do contrato de experiência o vale transporte poderá ser fornecido de forma diária no local da prestação dos serviços, enquanto que a partir do término da vigência do contrato de experiência o vale transporte será fornecido no local da prestação dos serviços e em periodicidade mínima semanal.

Nas localidades onde não há a comercialização/sistema de fichas, ticket ou cartão magnético de vale-transporte ou nas localidades onde o empregador não tenha filial ou escritório, o empregador terá a faculdade de cumprir a obrigação de concessão de vale-transporte mediante a antecipação em dinheiro da quantia necessária a permitir o deslocamento do empregado da residência para o trabalho e vice-versa.

O valor da antecipação em dinheiro, que corresponde ao excedente à participação do empregado, de 6% (seis por cento) do valor do salário normativo da função desempenhada pelo empregado, não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Havendo interesse do(a) empregado(a), concordância do empregador e formalização mediante acordo escrito entre as partes, fica autorizado que as necessidades de transporte dos trabalhadores da residência ao local de trabalho e vice-versa sejam atendidas (a) através da concessão de cartão combustível pelo empregador no valor equivalente à soma das passagens diárias do transporte público respectivo que o(a) empregado(a) usaria por dia de efetivo

trabalho em cada mês, com a possibilidade de desconto nos salários da quantia mensal de até 6% (seis por cento) do valor do salário do empregado(a); (b) através de convênio a ser celebrado entre o empregador e postos de combustíveis que assegure a concessão ao(à) empregado(a) da quantidade de combustível equivalente à soma das passagens diárias do transporte público respectivo que o(a) empregado(a) usaria por dia de efetivo trabalho em cada mês, com a possibilidade de desconto nos salários da quantia mensal de até 6% (seis por cento) do valor do salário do empregado(a), e (c) através da disponibilização pelo empregador do uso de aplicativos de transporte, também com a possibilidade de desconto nos salários da quantia mensal de até 6% (seis por cento) do valor do salário do empregado.

Havendo incompatibilidade entre os horários do transporte público regular e os horários de início e/ou término da jornada de trabalho, e desde que o empregador não forneça transporte, desde que na localidade seja aceito "Cartão combustível" e desde que haja pedido escrito do empregado, a empregadora concederá "cartão combustível" no valor equivalente à soma das passagens diárias do transporte público respectivo que o(a) empregado(a) usaria por dia de efetivo trabalho em cada mês, com a possibilidade de descontos nos salários da quantia mensal de até 6% (seis por cento) do valor do salário do empregado.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - MATERIAL ESCOLAR

VER CLAÚSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AUXÍLIO INVALIDEZ

VER CLAÚSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL DO TRABALHADOR

VER CLAÚSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL CÔNJUGE / COMPANHEIRO (A)

VER CLAÚSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AUXÍLIO FUNERAL DO FILHO

VER CLAÚSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR.

AUXÍLIO MATERNIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - AUXÍLIO BABÁ

VER CLAÚSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - AUXÍLIO NATALIDADE

VER CLAÚSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AUXÍLIO FARMÁCIA PARA O BEBÊ

VER CLAÚSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PLANO DE BENEFÍCIO FAMILIAR

As Entidades Convenientes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Norma Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar e Empresarial, definido e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada.

O plano será administrado pela FEEAC/RS - Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul, sendo gerido por empresas especializadas que garantam o fiel cumprimento dos auxílios e benefícios, abaixo estabelecidos e que sejam previamente auditadas e autorizadas em conjunto pela FEEAC/RS e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul – SINDASSEIO/RS

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar e Empresarial iniciará a partir do primeiro dia do mês do vencimento do custeio, informado no parágrafo segundo deste, e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e Empresarial e com expresso consentimento das entidades convenientes, as empresas, pagarão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, desde que a Convenção Coletiva de Trabalho esteja assinada e produzindo efeitos, o valor total de **R\$25,52 (vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, por trabalhador registrado no E-social como empregado no mês imediatamente anterior, inclusive os intermitentes, exclusivamente por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br e será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores, de modo a atender recomendação do Ministério Público do Trabalho. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório.

I- Os trabalhadores admitidos farão jus aos benefícios de imediato, e seu custeio será devido apenas no mês subsequente.

II- Os trabalhadores não terão direito a benefícios cujos fatos geradores ocorrerem a partir da data da rescisão dos respectivos contratos de trabalho.

III- O valor mensal de custeio do trabalhador será devido inclusive no mês da rescisão do respectivo contrato de trabalho.

Sendo assim, o custeio dos trabalhadores admitidos será suprido pelos trabalhadores demitidos, mesmo que a quantidade não seja similar.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento deste custeio a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor

do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

I - Nos casos em que haja mais de 1(um) beneficiário, a ordem de pagamento dos valores para os beneficiários será:

- 1º - cônjuge ou companheira (o) reconhecida (o)
- 2º - filhos, na inexistência do cônjuge ou companheira;
- 3º - pais, inexistindo cônjuge, companheira(o) e filhos;
- 4º - herdeiros legais, inexistindo o cônjuge ou companheira, (o)os filhos e os pais.

Parágrafo Quinto– O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, com exceção dos benefícios prestados por empresas terceirizadas que possuam faturamento unitário mensal. Neste caso, o trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empregador responderá, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 120% (cento e vinte por cento) dos valores dos respectivos auxílios em favor do trabalhador ou seus beneficiários, além de reembolsar às Entidades os valores devidos à que os trabalhadores e seus beneficiários têm direito e que estão descritos nessa cláusula. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto: O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês ou primeiro dia útil seguinte em casos em que dia 10 cair em dia que não haja expediente bancário, acarretará a incidência em multa de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão legal, além das demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito, bem como seu registro nos cartórios de protestos competentes.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar e Empresarial, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial. A mando das Entidades Convenientes e com recursos financeiros oriundos desta cláusula, a(s) empresa(s) gestora(s) deverá(ão) garantir o fiel cumprimento dos auxílios aqui definidos, e, em atenção à recomendação do MPT, caso os benefícios não sejam disponibilizados, as entidades sindicais convenientes, com recursos próprios e paritariamente, garantirão e proporcionarão aos respectivos beneficiários os auxílios propostos pelo Plano de Benefício Social Familiar.

Parágrafo Décimo – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é para o fim exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

Parágrafo Décimo Primeiro – Na hipótese de este instrumento coletivo de trabalho perder sua eficácia, e em caso de a empresa não dar continuidade dos pagamentos para cumprimento desta cláusula, todos os direitos do plano Benefício Social Familiar e Empresarial emergentes de fatos geradores ocorridos a partir da perda da eficácia do instrumento coletivo de trabalho ficarão suspensos até o restabelecimento da plena eficácia do instrumento coletivo de trabalho.

Caso as empresas entendam e optem pela continuidade do pagamento para manter o cumprimento desta cláusula específica, devido ao seu baixo custo, caráter social, emergencial, apoio, natureza alimentar e solidário, prestado aos trabalhadores e seus familiares, bem como cientes da redução de custos operacionais e agilidade na gestão da empresa, terão seus direitos aqui descritos preservados, observando que a disponibilização, valores e parcelas dos benefícios sociais está vinculada pelo valor pago, independente de eventual reajuste em futura convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Quando da renovação deste instrumento coletivo, em havendo um período em que a CCT anterior ficou vencida (ultratividade), as empresas deverão recolher de uma única vez, os valores em aberto desta cláusula específica constante na CCT anterior, até a disponibilização do novo boleto com o novos benefícios e valores, a não ser que haja disposições específicas em contrário.

Todos e quaisquer avisos informativos ou de cobranças emitidos pelas entidades ou sua gestora, vinculados a esta cláusula recebidos pelas empresas neste período de vacância, terão caráter meramente informativo, com o intuito de evitar passivos e discussões judiciais.

Parágrafo Décimo Segundo— Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade dos benefícios a serem disponibilizados e deverá ser rigorosamente observado, devido ao seu caráter social, emergencial e de natureza alimentícia.

A íntegra do Manual de Orientação e Regras e **decisões judiciais em âmbito nacional**, que validam os procedimentos implementados pela gestora contratada, aprovada e detentora das marcas Benefício Social Familiar B.S.F. do seu sindicato e Benefício Social Familiar - BSF, estão disponíveis nos links www.beneficiosocial.com.br e www.beneficiosocial.com.br/info/decisoesjudiciais

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES			
BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES			
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 550,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR(A) OU DE ADOÇÃO DE CRIANÇA COM MENOS DE OITO ANOS DE IDADE, SERÁ DISPONIBILIZADO UMA VERBA À FAMÍLIA DO RECÉM-NASCIDO OU ADOTADO EM CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA, PARA CONTRIBUIR COM O CONFORTO E ADAPTAÇÃO NA CHEGADA DO NOVO MEMBRO FAMILIAR, SEM QUALQUER COMPROVAÇÃO DE GASTO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 200,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UM CARTÃO PARA DESCONTOS EM REDE CREDENCIADA DE FARMÁCIAS, COM OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS, PODENDO SER DISPONIBILIZADO UMA VERBA ADICIONAL, PARA QUE OS MEDICAMENTOS NÃO TENHAM CUSTOS.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	6x	R\$475,08	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO A ELE OU AOS FAMILIARES, UM CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA.
	6X	R\$391,62	

	12X	R\$237,54	ESTE BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE SUA FINALIDADE.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	6X	R\$880,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ ENCAMINHADO À SUA RESIDÊNCIA OU DA FAMÍLIA, ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA. ESTE BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE SUA FINALIDADE.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$4.500,00	EM CASO DE FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UM AGENTE HABILITADO QUE TOMARÁ AS PROVIDÊNCIAS E ACOMPANHAMENTOS NECESSÁRIOS AO FUNERAL, INDEPENDENTE DA CAUSA, LOCAL OU HORÁRIO DO FALECIMENTO. CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE O AGENTE, O VALOR TOTAL OU O SALDO REMANESCENTE SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRABALHADORES DO SEGMENTO ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS. COM INTUITO DE REDUZIR AS DESPESAS DO TRABALHADOR COM TARIFAS BANCÁRIAS.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM		PARA FACILITAR A RECOLOCAÇÃO DO TRABALHADOR DESEMPREGADO, O “PLANO BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR” DISPONIBILIZARÁ UMA REDE DE RELACIONAMENTO PARA CADASTRAMENTO DOS TRABALHADORES DENOMINADA “BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO”, CUJA BASE DE DADOS DOS TRABALHADORES DISPONÍVEIS FICARÁ À DISPOSIÇÃO DAS EMPRESAS DO SEGMENTO E DOS SINDICATOS.

BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, ATRAVÉS DE ATENDIMENTO ON-LINE, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO AUXÍLIO CRECHE - TRABALHADORA	6X	R\$145,00	<p>EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHOS VIVOS, FICA ASSEGURADO À MÃE TRABALHADORA REGISTRADA EM EMPRESA PARTICIPANTE DA CATEGORIA ECONÔMICA ABRANGIDA POR ESTA CONVENÇÃO COLETIVA O "AUXÍLIO CRECHE", QUE SERÁ CONCEDIDO DURANTE 6 (SEIS) MESES, COM VALOR MENSAL DE R\$ 145,00 (CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS). O PAGAMENTO PODERÁ SER FEITO DIRETAMENTE A EMPREGADA, EM CHEQUE NOMINAL, CONTA CORRENTE OU EM CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO, PARA AUXILIAR NAS DESPESAS COM CRECHE E OU CUIDADORA, DEVENDO SER DISPONIBILIZADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO AUXÍLIO MATERNIDADE.</p> <p>COMO O AUXÍLIO CRECHE TEM A INTENÇÃO DE AUXILIAR A EMPRESA NO ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO, ESTE BENEFÍCIO SÓ SERÁ PRESTADO SE A EMPRESA ESTIVER DEVIDAMENTE CADASTRADA E EM SITUAÇÃO REGULAR COM AS CONTRIBUIÇÕES, DO CONTRÁRIO A EMPRESA TERÁ QUE ATENDER AO EXIGIDO NA LEGISLAÇÃO.</p>
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.
BENEFÍCIO ATENDIMENTO MÉDICO ONLINE GESTANTE	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS TRABALHADORAS DO SEGMENTO, CONSULTA MÉDICA ON-LINE, COM ESPECIALISTA,

		SEM CUSTO, DURANTE SUA GESTAÇÃO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL E MODERNO, ATRAVÉS DE UM APLICATIVO QUE SEGUE TODAS AS NORMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.
BENEFÍCIO PSICOLÓGICO GESTANTE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS TRABALHADORAS DO SEGMENTO, SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE, SEM CUSTO, COM PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS, DESDE O INÍCIO DA GESTAÇÃO ATÉ 1 (UM) ANO CONTADO DA DATA DO PARTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL E MODERNO.
BENEFÍCIO NUTRICIONAL GESTANTE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS TRABALHADORAS DO SEGMENTO, SERVIÇO DE ATENDIMENTO NUTRICIONAL ON-LINE, SEM CUSTO, COM PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS, DESDE O INÍCIO DA GESTAÇÃO ATÉ 1 (UM) ANO CONTADO DA DATA DO PARTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL E MODERNO.
CONSULTA MÉDICA ONLINE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO 5 (CINCO) CONSULTAS MÉDICAS ON-LINE COM CLÍNICO GERAL AOS TRABALHADORES E PESSOAS DE SEU RELACIONAMENTO, PELO PERÍODO DE 12 MESES A CONTAR DO PRIMEIRO ATENDIMENTO, RENOVANDO AUTOMATICAMENTE AO TÉRMINO DESTE PERÍODO, SEM NENHUM CUSTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL, MODERNO E DESBUROCRATIZADO, ATRAVÉS DE APLICATIVO QUE SEGUE TODAS AS NORMAS REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. TAMBÉM FICARÁ DISPONÍVEL UMA REDE DE LABORATÓRIOS CONVENIADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COM CUSTO ABAIXO DA MÉDIA DE MERCADO. A CONSULTA DE RETORNO PARA CONTINUIDADE DO ATENDIMENTO INICIAL, REALIZADA DENTRO DE 15 DIAS E NA MESMA PATOLOGIA, NÃO

	SERÁ COMPUTADA NO LIMITE DE CINCO CONSULTAS MÉDICAS ANUAIS.
--	---

BENEFÍCIOS PARA OS CÔNJUGES E FILHOS

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO FINANCEIRO CÔNJUGE	1X R\$ 3.333,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO FINANCEIRO FILHOS	1X R\$ 2.222,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO	1X R\$4.000,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UMA VERBA ATÉ O VALOR LIMITE DEFINIDO PELAS ENTIDADES. O BENEFÍCIO SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA OU POR OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA, APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.
BENEFÍCIO REEMBOLSO LICENÇA PATERNIDADE	1X R\$900,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR, SERÁ DISPONIBILIZADO UMA VERBA ATÉ O VALOR LIMITE DEFINIDO PELAS ENTIDADES. O BENEFÍCIO SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA OU POR OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA, APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	ESTRUTURAL OU REEMBOLSO ASO	<p>SERÁ DISPONIBILIZADO SEM CUSTOS OS EXAMES CLÍNICOS – ASO (ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIONAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO). JÁ O PCMSO, PPRA, ANÁLISES TÉCNICAS, EXAMES COMPLEMENTARES E DEMAIS LAUDOS GANHAM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS.</p> <p>CASO A EMPRESA OPTE EM PERMANECER COM SUA ATUAL CLÍNICA PRESTADORA DE SERVIÇOS, PODERÁ SOLICITAR, EM ATÉ 60 (sessenta dias) O REEMBOLSO DOS EXAMES ASO NO VALOR, DE R\$ 15,00 (QUINZE REAIS) CADA, BASTANDO PARA ISSO ENCAMINHAR OS LAUDOS EFETUADOS ATRAVÉS DA PLATAFORMA ONLINE, DISPONÍVEL NO SITE DA GESTORA. O PRAZO DE RESSARCIMENTO SERÁ DE ATÉ 10 DIAS ÚTEIS A CONTAR DO RECEBIMENTO.</p>
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM	PARA FACILITAR A COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR COM SEUS TRABALHADORES, O PLANO BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR DISPONIBILIZARÁ O “BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA” POR MEIO DE UM APLICATIVO, POSSIBILITANDO O ENVIO DE NOTÍCIAS E AVISOS DE FORMA RÁPIDA E DESBUROCRATIZADA, AGILIZANDO O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DAS EMPRESAS COM SEUS TRABALHADORES E REDUZINDO SEUS CUSTOS.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM	VISANDO O PREENCHIMENTO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS E OFERECIDAS PELAS EMPRESAS DO SEGMENTO, O “PLANO BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR” DISPONIBILIZARÁ O DENOMINADO “BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS”, QUE OFERECERÁ UM CANAL DE COMUNICAÇÃO ENTRE EMPRESAS, TRABALHADORES E SINDICATOS, DE UMA FORMA MAIS ÁGIL E MODERNA, ATRAVÉS DA WEB.
BENEFÍCIO REGISTRO DE PONTO REMOTO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO PLATAFORMA PARA FACILITAR E AGILIZAR O REGISTRO E

		CONTROLE DE PONTO DOS COLABORADORES INTERNOS OU EXTERNOS, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE UM APLICATIVO INSTALADO NO CELULAR DOS TRABALHADORES DO SEGMENTO.
BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL. VISANDO AGILIZAR O ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (EMPRESA)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.
BENEFÍCIO SITUAÇÃO CADASTRAL PESSOA FÍSICA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS EMPRESAS, 5 CONSULTAS MENSAIS SEM CUSTOS, COM INFORMAÇÕES PRECISAS E ATUALIZADAS SOBRE PESSOAS FÍSICAS PARA TOMADA DE DECISÕES. TAIS CONSULTAS SEM CUSTOS ESTÃO LIMITADAS ÀS 75 PRIMEIRAS SOLICITAÇÕES DO MÊS. EM EXCEDENDO ESTAS FRANQUIAS, CASO SEJA DE INTERESSE DA EMPRESA PODERÁ SER CONTRATADA NOVAS CONSULTAS AO CUSTO DE R\$ 25,00 CADA, PAGAS DIRETAMENTE AO PRESTADOR.
BENEFÍCIO CONSULTA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS EMPRESAS, 5 CONSULTAS

<p>CADASTRAL PESSOA JURÍDICA</p>	<p>MENSAIS SEM CUSTOS, COM INFORMAÇÕES PRECISAS E ATUALIZADAS SOBRE PESSOAS JURÍDICAS PARA TOMADA DE DECISÕES. TAIS CONSULTAS SEM CUSTOS ESTÃO LIMITADAS ÀS 75 PRIMEIRAS SOLICITAÇÕES DO MÊS. EM EXCEDENDO ESTAS FRANQUIAS, CASO SEJA DE INTERESSE DA EMPRESA PODERÁ SER CONTRATADA NOVAS CONSULTAS AO CUSTO DE R\$ 25,00 CADA, PAGAS DIRETAMENTE AO PRESTADOR.</p>
--------------------------------------	---

Parágrafo Décimo Terceiro – Em havendo judicialização desta cláusula, apenas os benefícios destinados às empresas ficam suspensos até decisão judicial transitada em julgado ou quitação do débito existente.

Parágrafo Décimo Quarto - A critério da gestora, poderão ser disponibilizados outros benefícios para redução do custo operacional das empresas e o bem-estar dos trabalhadores e seus beneficiários, desde que não onerem o custo mensal do benefício aqui praticado.

Parágrafo Décimo Quinto - Caso a empresa opte por uma prestação de serviço não gerida por entidade contratada pelos sindicatos, deverá, antes da contratação, encaminhar à FEEAC/RS a apresentação do programa/sistema de benefícios, bem como a minuta do respectivo contrato, com a discriminação da forma de operação e prestação de todos os benefícios e serviços aqui pactuados, cuja contratação deverá ser autorizada por escrito pela FEEAC/RS.

Parágrafo Décimo Sexto - No ato da homologação dos contratos de trabalho o empregador deverá apresentar ao sindicato profissional as guias comprobatórias do recolhimento das contribuições para o custeio do "Plano de Benefício Social Familiar", juntamente com o CAGED ou documento equivalente de cada mês.

Parágrafo Décimo Sétimo - BENEFÍCIO SOCIAL DE AUXÍLIO EDUCACIONAL

Os filhos(as) de empregados(as) registrados em empresas participantes da categoria econômica, desde que matriculados em pré-escola ou no ensino fundamental e que tenham até 14(quatorze) anos de idade, os filhos com qualquer idade matriculados em instituições/escolas que atendam crianças/pessoas com necessidades especiais (APAE), bem como os(as) empregados(as) que estiverem estudando em instituições de ensino regular de todos os graus autorizadas pelo MEC, receberão anualmente um kit escolar composto por materiais essenciais para o uso de alunos matriculados. A entrega dos kits ocorrerá no período a ser definido entre as partes, de acordo com regulamento específico a ser estabelecido pela FEEAC.

Parágrafo Décimo Oitavo - DEMAIS BENEFÍCIOS SOCIAIS E AUXÍLIOS

O "Plano Benefício Social Familiar" também disponibilizará ao segmento o "Benefício Conecta Entidades" com objetivo de conectar as Entidades Convenientes com as empresas e trabalhadores do setor, através de aplicativo, para envio de notícias e aviso de interesses do segmento.

Com intuito de proporcionar melhor atendimento ao segmento será disponibilizado o "Benefício Gestão e Cobrança" com objetivo de proporcionar maior facilidade na geração e impressão de boletos e cobrança, realizando a cobrança e gerando maior controle aos Sindicatos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONVÊNIO FARMÁCIA

As empresas do segmento econômico terão a faculdade de estabelecer convênios com farmácias para atendimento de seus empregados, limitando o valor mensal de compras em 20% do salário-base mensal e com o desconto em folha dos respectivos valores gastos pelos empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONSULTA MÉDICA ON LINE

VER CLÁUSULA 31ª DO PLANO DE BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMISSÃO

Readmitido o empregado no prazo de 1 (um) ano a contar da rescisão do contrato anterior, será vedada a celebração de novo contrato de experiência caso a readmissão seja para a mesma função antes exercida e desde que o empregado na vigência do contrato anterior tenha cumprido integralmente o prazo de contratação por experiência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

As empresas, no ato da admissão, deverão fornecer aos empregados cópia do contrato de trabalho, mediante protocolo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÃO DOS DIREITOS RESCISÓRIOS

As rescisões de contrato de trabalho com mais de ano de vigência serão homologadas pelo Sindicato Profissional, nos termos e condições adiante apresentadas.

1- As homologações dos direitos rescisórios serão realizadas de forma presencial exclusivamente para os contratos de trabalho executados na cidade de Porto Alegre.

1.1. Nas homologações presenciais, o empregador deverá promover o agendamento da homologação junto ao sindicato de trabalhadores no prazo de até cinco dias após a concessão do aviso prévio ou do pedido de demissão. Uma vez recebido o pedido de agendamento, a entidade sindical terá cinco dias para efetuar confirmação da data, garantindo-se o intervalo mínimo de dez dias entre a data de confirmação pela entidade laboral e a data de realização da homologação.

1.2. Na hipótese de homologação presencial, a empregadora deverá comparecer no Sindicato Profissional na data agendada para a homologação do respectivo TRCT, o que deverá ocorrer obrigatoriamente até o 20º dia após o recebimento pelo Sindicato do pedido de agendamento apresentado pelo empregador, sob pena de aplicação de multa em favor do empregado no valor equivalente a um (01) salário-base, sem prejuízo da multa estabelecida para o caso de atraso no pagamento das parcelas rescisórias. Não haverá a incidência da multa se a mesma não se realizar no prazo ora estabelecido em razão do não comparecimento do empregado, por falta de agenda do Sindicato Profissional ou, ainda, por negativa infundada de assinatura/homologação por parte do empregado ou do Sindicato Profissional.

1.3. O Sindicato Profissional registrará no verso no Recibo de Rescisão Contratual: (a) a data agendada pelo Sindicato Profissional para a homologação da rescisão contratual; (b) eventual ausência do empregado na data agendada para homologação; (c) o motivo da eventual não homologação da rescisão e a presença da empregadora no dia e hora agendados.

1.4. O Sindicato Profissional assume o compromisso de assinar e registrar/carimbar a homologação em todas as páginas/folhas do recibo de rescisão contratual.

1.5. Caso a entidade laboral não tenha agenda ou não consiga realizar a homologação da rescisão contratual no prazo de até 20 dias a contar do recebimento do pedido de agendamento apresentado pelo empregador, a homologação passará automaticamente para o módulo "Homologação Virtual", disponível no site da FEEAC - Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul <https://www.feeacrs.com.br/homologacoes/>, não sendo mais aplicáveis e não havendo mais a incidência das previsões dos subitens "1.2", "1.3" e "1.4."

1.6. Caso o empregado manifeste expressamente sua vontade de não ir ao Sindicato Profissional para a homologação presencial, a respectiva homologação será realizada no módulo "homologação virtual", na forma das regras estabelecidas no item "2" desta cláusula.

1.6.1. A manifestação expressa de que trata o subitem 1.6 será apresentada ao empregador através de um dos seguintes meios: (a) por escrito de próprio punho ou por formulário assinado pelo empregado; (b) por e-mail enviado pelo empregado ao empregador.

1.6.2. Para que a troca do módulo de homologação efetivamente se opere, o empregador, no prazo de até cinco dias após a concessão do aviso prévio ou do pedido de demissão, deverá (a) enviar e-mail ao Sindicato Profissional com a informação de que o empregado não quis a homologação presencial, anexando cópia em PDF da manifestação expressa do empregado em tal sentido, ou (b) reencaminhar o e-mail em que o empregado manifestou o não interesse pela homologação presencial.

2. Nas demais localidades da base territorial do sindical laboral, que não a localidade de Porto Alegre, as homologações serão realizadas exclusivamente através do sistema informatizado denominado "Homologação Virtual", disponível no site da FEEAC - Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul <https://www.feeacrs.com.br/homologacoes/>

2.1. Os empregadores deverão encaminhar o pedido de homologação virtual no prazo de até dez dias após o pagamento das parcelas rescisórias, sob pena de aplicação de multa em favor do empregado no valor equivalente a um (01) salário-base, sem prejuízo da multa estabelecida para o caso de atraso no pagamento das parcelas rescisórias.

2.2. A partir do recebimento do e-mail enviado pelo empregador pedindo a homologação de determinada homologação, o Sindicato Laboral, através da FEEAC, confirmará a homologação ou apresentará as inconformidades para a não homologação no prazo de até 5 dias.

2.3. A confirmação da homologação se dará através da remessa do TRCT em PDF com a assinatura do representante da FEEAC.

3. O agendamento de homologação de rescisão de contrato de trabalho que demande a apresentação dos exames demissionais "Hepatite – HVA", Hepatite HBSCA", "ECG" ou "EEG", deverá observar e se adequar aos prazos especiais praticados para a entrega dos resultados dos exames especiais.

4. A homologação da rescisão contratual, não representará exigência ou condição para o levantamento do FGTS ou para a solicitação e recebimento do seguro desemprego.

5. A homologação da rescisão contratual representa direito assegurado a todos os trabalhadores com mais de ano de contrato, independentemente de ser associado ou de estar em dia com as contribuições para do Sindicato Profissional.

6. No momento da Homologação, desde que expressamente autorizado pelo trabalhador, as informações pessoais lançadas no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, serão utilizadas para formação de cadastro de reserva, sendo disponibilizadas às empresas do segmento sempre que houver a necessidade de contratação de pessoal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DOCUMENTOS

No ato da homologação presencial da rescisão contratual, o empregador deverá apresentar/entregar os seguintes documentos: 1 - carta de aviso prévio; 2 - Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho em 5 (cinco) vias; 3 - Ficha ou Livro de Registro de Empregados devidamente atualizado; 4 – Cópia da guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), com os respectivos depósitos nos últimos 6 (seis) meses, bem como a comprovação do depósito de 40% (quarenta por cento) devida pela rescisão, quando for o caso; 5 - Extrato do FGTS atualizado; 6 – Comprovante de entrega da CTPS; 7 – Extrato detalhado do Banco de Horas quando for o caso; 8 - Exame Médico Demissional, na forma da Portaria n.º 3.214, de 08-06-78, com a redação que a Portaria SSMT n.º 12, de 06-06-83 deu à NR-7 -; 9 -Cópia de entrega da Chave de Identificação referente ao FGTS; 10 - Comprovante de pagamento da rescisão contratual; 11 – PPP (Perfil Previdenciário Profissional). No caso do empregado receber remuneração variável (horas extras, adicional de horas extras, adicional noturno, etc.), fazer no verso do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, demonstrativo para efeitos das integrações e apresentar os devidos recibos de pagamento salarial para comprovação do demonstrativo referido.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DESPESAS DE DESLOCAMENTO PARA RESCISÕES CONTRATUAIS

Os empregadores ficam obrigados a cobrir as despesas efetuadas pelos empregados que forem chamados para acerto de contas fora da localidade onde prestam seus serviços, a saber: alimentação, transporte e, quando for o caso, estadia, desde que efetuados sob orientação e determinação da empresa.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO DE DEMISSÃO

O Sindicato Profissional fica obrigado a dar assistência sindical e a homologar os pedidos de demissão a ele submetidos, salvo se constatado algum vício formal ou de vontade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

Os Sindicatos Convenientes, com amparo nos preceitos dos artigos 611-A e 611-B da CLT, ajustam que a multa do artigo 9º da Lei 7.238/84 não terá aplicação e não terá eficácia em relação aos contratos de trabalho mantidos entre empregados e empregadores do segmento de asseio e conservação no Estado do Rio Grande do Sul.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CARTA AVISO PRÉVIO

A comunicação da rescisão contratual, quer de parte do empregador ou quer de parte do empregado, será feita através de carta aviso (aviso prévio) e, se for por justa causa, com a especificação do motivo desta.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DISPENSA DO TRABALHO NO PERÍODO DO AVISO PRÉVIO

O empregado que for despedido sem justa causa ou que pedir demissão, poderá pedir a dispensa do cumprimento do aviso prévio e o empregador terá a faculdade de dispensá-lo ou não do cumprimento do aviso prévio.

Caso o empregador decida dispensar o empregado do cumprimento total ou parcial do aviso prévio trabalhado:

- a) deverá o empregador registrar a concessão da dispensa no verso do aviso ou em documento próprio, fornecendo ao empregado cópia do aviso prévio ou cópia do documento próprio onde constou a dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- b) deverá pagar as verbas rescisórias até o 1º (primeiro) dia útil seguinte à data inicialmente prevista para o término do aviso (data do término do aviso prévio se não houvesse a dispensa);
- c) ficará o empregador automaticamente desonerado do pagamento dos dias restantes do aviso prévio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será suspenso se no seu curso o empregado entrar em gozo de benefício previdenciário, complementando-se os dias faltantes do aviso prévio quando o empregado retornar do benefício.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - REGISTRO DA FUNÇÃO NA CTPS

Os empregadores sujeitos ao E-Social anotarão os dados e as atualizações do contrato de trabalho na CTPS digital do empregado, enquanto que os empregadores não sujeitos ao E-Social seguirão anotando na CTPS física os dados e atualizações do contrato de trabalho, inclusive a função e o código correspondente da "Classificação Brasileira de Ocupações - CBO".

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INCENTIVO A MANUTENÇÃO DO EMPREGO

Em vista das peculiaridades da terceirização de serviços, fica facultada a celebração de acordo triangular entre (1) a empresa que está perdendo determinado contrato de prestação de serviços, (2) a empresa que está assumindo o mesmo contrato de prestação de serviços e (3) o empregado, este necessariamente sob a assistência de seu sindicato, com as seguintes condições: (a) a empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços admite o empregado e a ele concede garantia de emprego pelo prazo de 6 (seis) meses; (b) o empregado será admitido na empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços com o mesmo salário e no dia imediatamente seguinte ao de seu desligamento da empresa que está perdendo o contrato, e (c) a empresa-empregadora que está perdendo o contrato de prestação de serviços, de um lado, ficará desonerada do pagamento do aviso prévio, vez que o empregado seguirá empregado e sem perder salário, e, de outro, recolherá em favor do empregado demitido a multa de 40% sobre o montante dos depósitos realizados e/ou devidos por conta de seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CURSOS

Os cursos promovidos pelo empregador, quando a frequência ou comparecimento forem obrigatórios, serão realizados dentro da respectiva jornada de trabalho. No caso de exceder a jornada de trabalho, os empregados deverão receber o pagamento das horas excedentes acrescidas do adicional de horas extras de 50% (cinquenta por cento).

As horas superiores à jornada de trabalho contratada, consumidas/investidas pelos trabalhadores em cursos de aprimoramento profissional ministrados ou administrados pelo SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e outras entidades credenciadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de interesse do empregador e sem custos para o empregado, não serão computadas na jornada de trabalho e não serão consideradas como horas de trabalho para nenhum fim.

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TRANSFERÊNCIA DE POSTO DE TRABALHO

Havendo disponibilidade de vaga para o exercício de função equivalente na mesma cidade, fica assegurada a troca de posto de trabalho para a mulher vítima de comprovada violência no ambiente de trabalho, desde que a violência seja denunciada através de boletim de ocorrência policial e desde que haja pedido formal da própria empregada para a troca do posto de trabalho.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO TRABALHO

Os empregadores são obrigados a fornecer para os seus empregados os materiais ou ferramentas necessárias para a execução do trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - QUEBRA DE MATERIAL

Não será permitido o desconto salarial por quebra de material, salvo nas hipóteses de dolo ou recusa de apresentação dos objetos danificados.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Os Sindicatos Convenientes reforçam que são vedadas quaisquer formas de discriminação de trabalhadores e trabalhadoras na contratação e no ambiente de trabalho, seja por cor, raça, deficiência, crença religiosa, nacionalidade, naturalidade sexo, orientação sexual e identidade de gênero, e incentivam e recomendam o implemento de ações positivas no sentido da promoção da diversidade e da inclusão.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - APOSENTADORIA

O trabalhador que (a) contar com pelo menos 4 (quatro) anos de serviço ininterrupto para o mesmo empregador, que (b) estiver a 01 ano, ou menos, para obter as condições legais necessárias à concessão da aposentadoria não especial, que (c) for despedido sem justa causa e que (d) comprovar ao empregador, no prazo de até 30 dias após a comunicação da despedida sem justa causa, que atende os requisitos das letras "a" e "b" supra, adquirirá direito à estabilidade provisória no emprego até a data do implemento das condições necessárias à concessão da aposentadoria, salvo cometimento de falta grave.

A comprovação do atendimento das exigências das letras "a" e "b" deverá ser feita preferencialmente através da apresentação do CNIS – CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS.

O implemento das condições asseguram-lhe o direito à reintegração no emprego nas mesmas bases anteriores.

Não haverá direito à estabilidade provisória prevista nesta cláusula: (1) no caso de pedido de demissão ou de despedida por justa causa; (2) caso a despedida sem justa causa decorra de comprovada perda, pelo empregador, do contrato de prestação de serviços em que o empregado executava seus serviços, desde que tal contrato seja o único mantido pelo empregador na localidade ou (3) caso a despedida sem justa causa decorra de comprovada perda, pelo empregador, do contrato de prestação de serviços em que o empregado executava seus serviços, cumulada com a recusa do empregado de passar a trabalhar em outro posto de serviço na mesma localidade e sob as mesmas condições de salário e horário.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - LIMPADOR ALPINISTA

O exercício da função de limpador alpinista, assim entendidos os trabalhadores que exerçam suas atividades em altura superior a dois metros com risco de queda (NR 35), somente será autorizado mediante a comprovação de cumprimento das medidas estipuladas na norma técnica, constituindo-se em obrigação do empregador:

- a) garantir o treinamento do trabalhador;
- b) avaliação prévia de riscos;
- c) realização de exame médico voltado às patologias que poderão originar mal súbito e queda de altura, considerando também os fatores psicossociais;

d) Fornecimento de EPIs.

§ Único: Fica garantido ao trabalhador o direito de recusa sempre que constatar evidências de riscos graves e iminentes para sua segurança e saúde ou a de outras pessoas.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADES PROVISÓRIAS

Os salários decorrentes das estabilidade provisórias reconhecidas e concedidas pelo presente ato Coletivo de Trabalho serão devidos apenas pelo período do afastamento até o limite de tempo previsto para o término da respectiva estabilidade. Tais estabilidade provisórias não prevalecerão no caso de pedido de demissão, término de contrato por prazo determinado e de comprovada ou confessada justa causa.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DURAÇÃO DOS INTERVALOS NA JORNADA

Considerando a especificidade dos serviços de asseio e conservação prestados às pessoas jurídicas de direito público e/ou privado, que não podem coincidir ou prejudicar o andamento normal destas outras atividades, fica permitido, independentemente de acordo escrito entre empregador e empregado, que o intervalo entre turnos da mesma jornada de trabalho seja superior a 2h (duas horas) e até o máximo de 4h (quatro horas).

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - JORNADA COMPENSATÓRIA

É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação das horas no mesmo mês, na forma do § 6º, do art. 59 da CLT.

Fica autorizada a adoção do horário de trabalho de 12 horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso de que trata o art. 59-A da CLT.

A jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso seguirá plenamente válida quando o (a) empregado (a) porteiro (a) laborar eventualmente fora/além de sua escala, considerando-se como trabalho fora/além de sua escala para tal fim a quantidade igual ou inferior a três dias por trimestre.

Aos trabalhadores contratados sob o regime especial de trabalho do art. 59-A da CLT (jornada 12 horas de trabalho por 36 de descanso), fica assegurado o pagamento do piso salarial da respectiva função previsto na Clausula Quarta da presente Convenção Coletiva de Trabalho, não se admitindo remuneração inferior ao piso de 220h, vedada a contratação na condição de horista.

Dada as peculiaridades do serviço, fica autorizada, mediante acordo individual escrito, a adoção de intervalo intrajornada mínimo de 30 minutos na jornada compensatória de 12 horas seguidas de trabalho por 36 horas seguidas de descanso de que trata o art. 59-A da CLT para os trabalhadores lotados na execução dos serviços de portaria/recepção/vigia/guarda e similares.

Excetuam-se da exigência da licença prévia de que trata o artigo 60 da CLT o regime de compensação de horas semanal, o regime de compensação de jornada autorizado pelo § 6º, do art. 59 da CLT e o horário de trabalho de 12/36 horas autorizado pelo art. 59-A da CLT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

Os empregadores e os empregados ficam autorizados a implementar o sistema legal denominado “BANCO DE HORAS”, na forma do § 2º do art. 59 da CLT e dos critérios estabelecidos nesta cláusula.

A duração da jornada de trabalho poderá ser prorrogada sem que haja qualquer acréscimo salarial, mesmo em atividades insalubres, caso ocorra a correspondente diminuição da duração da jornada de outro dia, de tal maneira que não exceda, no período máximo de seis meses, à soma das jornadas semanais de trabalho legais previstas.

As horas do “*Banco de Horas*” não poderão ser descontadas ou compensadas com as férias dos empregados e as ausências legais estabelecidas no artigo 473 da CLT.

As horas trabalhadas para compensação serão sempre consideradas na paridade de 1h (uma hora) para 1h (uma hora).

Fica assegurado, em qualquer caso, o gozo de repouso semanal remunerado de 24h (vinte e quatro horas) coincidente com um domingo por mês e o gozo de intervalo de 11h (onze horas) entre duas jornadas de trabalho.

Salvo a fixação do repouso semanal remunerado noutro dia da semana, o trabalho prestado em domingo ou feriado será remunerado com adicional de 100% (cem por cento).

As horas extras prestadas e não compensadas no período de seis meses serão remuneradas com base no salário-hora vigente na época do pagamento, acrescidas do respectivo adicional de horas extras.

Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma indicada nesta cláusula, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas na forma do parágrafo terceiro do artigo 59 da CLT.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DESLOCAMENTO DO EMPREGADO

Quando o intervalo entre um turno de trabalho e o turno seguinte for superior a 2h (duas horas) e até o limite de 4h (quatro horas), e houver deslocamento do empregado, a mando do empregador, para cumprir o 2º (segundo) turno em outro endereço ou outro tomador dos serviços, necessitando de transporte de ida, o empregador fornecerá para o empregado, antecipadamente, o dinheiro necessário para o pagamento das passagens de ida e volta, ou, alternativamente, vale-transporte, sem qualquer ônus para o empregado.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ATRASO - REPOUSO - COMPENSAÇÃO

Será assegurado o repouso semanal remunerado ao empregado que chegar atrasado ao serviço e receber autorização do empregador para trabalhar normalmente, compensando-se o atraso no final da jornada de trabalho do próprio dia ou de outro dia da mesma semana.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DOMINGOS E FERIADOS

O trabalho em domingos poderá ser compensado com folga na mesma semana, e o trabalho em feriados com folga nos sete dias anteriores ou posteriores ao feriado. Caso não compensado, o trabalho em domingos e feriados terá um adicional de 100% (cem por cento) calculado sobre o salário-hora do empregado que trabalhar nestas condições.

Não se incluem na regra da presente cláusula as jornadas 12/36, posto que os domingos e feriados já estão compensados, na forma do parágrafo único, do art.59-A da CLT.

Fica assegurado, em qualquer caso, o gozo de 11h (onze horas) entre duas jornadas de trabalho e o gozo de repouso semanal remunerado de 24h (vinte e quatro horas) coincidente com um domingo por mês para o empregado do sexo masculino e com dois domingos por mês para a empregada do sexo feminino.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - REGISTRO DO PONTO

Convencionam as partes que não será considerado trabalho extraordinário o tempo despendido pelo empregado para o registro do ponto, seja mecânico, manual ou eletrônico, contados 5min (cinco minutos) anteriormente e posteriormente à hora exata para o início e término dos respectivos turnos de trabalho de cada jornada.

Para efeito de aplicação do art. 74 da CLT, considerar-se-á como estabelecimento, tendo em vista as peculiaridades do segmento, não as sedes dos empregadores, mas sim os postos ou frentes de trabalho onde os trabalhadores estejam executando seus serviços.

Fica autorizada a adoção, mediante acordo coletivo de trabalho, de sistemas alternativos eletrônicos de ponto que atendam as seguintes condições:

- a) a utilização do sistema não poderá gerar para os trabalhadores custos associados à aquisição do aparelho celular móvel e à banda de telefonia/ franquia de internet;
- b) o empregado poderá fazer os registros através de aparelho celular próprio ou de terceiros, ou, ainda, através de aparelho disponibilizado pela empresa nos locais de prestação dos serviços, vez que o acesso ao sistema deverá ser por "usuário" e "senha" específico para cada trabalhador;
- c) o sistema deve possibilitar a visualização eletrônica pelo empregado das marcações por ele realizadas;
- d) o sistema deve gerar extrato impresso mensal em duas vias, sendo uma para assinatura do empregado e arquivo da empregadora e outra para controle do empregado;
- e) o sistema deve garantir o absoluto sigilo da senha criada pelo empregado.

O Sindicato Profissional formalizará os acordos coletivos relativos a sistemas alternativos eletrônicos de ponto no prazo de até 10 dias da solicitação da empresa para a adoção do sistema alternativo que atenda as condições ora definidas.

FALTAS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - FALTAS LEGAIS - COMUNICAÇÃO PRÉVIA

O empregado fica obrigado a comunicar ao empregador, até o dia útil imediatamente anterior, as faltas ao trabalho pelos motivos relacionados nos incisos II, III (no caso de parto agendado), IV a VIII do artigo 473 da CLT.

O empregado, sempre que possível, comunicará ou solicitará que terceiros comuniquem à empregadora, pessoalmente, por telefone, e-mail ou carta, a necessidade e o tempo de afastamento do trabalho por motivos outros que não os indicados no artigo 473 da CLT, tais como, mas não se resumindo, a afastamento por doença e acidente.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - EXAMES ESCOLARES DO TRABALHADOR

São consideradas faltas justificadas aquelas decorrentes de exames ou provas obrigatórias que coincidirem com o horário de trabalho do empregado, desde que realizadas em cursos oficiais ou oficializados, mediante prévio comunicado por escrito ao empregador, com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) e, no prazo de 72h (setenta e duas horas), comprovadas através de atestado expedido pelo respectivo estabelecimento de ensino.

FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - PAGAMENTO DAS FÉRIAS

Condicional à concordância do empregado, que deverá ser manifestada por escrito, o pagamento do valor relativo ao período de férias poderá ser efetuado da seguinte forma:

- a) o valor do 1/3 de férias devido e o valor integral do abono de férias, se houver, obrigatoriamente até dois dias antes do início do gozo das férias,
- b) e o valor dos dias de férias gozados como se salários fossem, isto é, com o pagamento dos dias de férias gozados em um determinado mês até o dia do vencimento do salário do respectivo mês.

LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - SAQUE DO PIS

Os empregadores que não pagarem diretamente o PIS, deverão dispensar os seus empregados, que tenham jornada de trabalho coincidente com o horário de funcionamento dos bancos, durante 1 (um) dia para saque do PIS, sem prejuízo dos salários e demais direitos do trabalhador que comprove que realizou o saque no dia da dispensa.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que se demitir antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais, com o acréscimo do terço (1/3) constitucional.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - ATENDIMENTO DOS FILHOS

O pai, a mãe e o responsável legal de criança de até 14(quatorze) anos de idade que tiver que faltar ao serviço para atender problemas de saúde de seu filho ou representado ou que tiver que faltar ao serviço para acompanhar filho ou representado em apresentação de boletim escolar, na medida em que comprovar a necessidade e o efetivo atendimento médico-hospitalar ou o efetivo acompanhamento em apresentação de boletim escolar, terá as respectivas horas devidamente abonadas pelo empregador, assegurado o abono de no mínimo um turno de trabalho e no máximo de um dia de trabalho por atendimento médico e no máximo um turno de trabalho para recebimento de boletim, até o limite máximo de 8(oito) eventos por ano de vigência do respectivo contrato de trabalho, entendendo-se por "evento" cada um dos atendimentos médico-hospitalares ou cada um dos recebimento de boletins.

O mesmo direito é assegurado ao pai, à mãe e ao responsável legal de pessoa de qualquer idade que seja portadora de deficiência que a impossibilite de buscar sozinha o atendimento médico-hospitalar que necessita.

O limite máximo de 8(oito) faltas abonadas por ano não é cumulativo, de modo que cada ano novo de vigência do contrato assegurará apenas 8(oito) faltas abonadas, mesmo que no(s) ano(s) anterior(es) o empregado não tenha atingido o limite máximo de 8(oito) faltas abonadas.

O abono da falta será concedido a apenas um acompanhante por atendimento médico-hospitalar ou acompanhamento de entrega de boletim.

O abono da falta não abrangerá e não assegurará a concessão do vale transporte e nem do auxílio alimentação.

Para os empregados que trabalham em jornada 12/36, o abono será de meio turno de trabalho por evento.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORME

Se exigido uniforme de trabalho, este será fornecido e pago pelo empregador. A higiene e conservação do uniforme é encargo do empregado, que o devolverá limpo no ato da rescisão do contrato de trabalho. A higiene e conservação de uniformes especiais é encargo do empregador.

Em não havendo a entrega do uniforme no ato da rescisão contratual ou no caso de comprovada má conservação do uniforme, o empregador ficará autorizado a descontar os respectivos valores do empregado.

Os uniformes de trabalho, quando exigidos, deverão oferecer segurança e conforto, inclusive térmico, e se adequarem ao ambiente e às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - PRAZOS DE VALIDADE

As empresas do segmento, na forma do subitem 7.4.3.5.2, da NR 07 da Portaria 3214/78, ficam autorizadas a ampliar o prazo de dispensa da realização do exame demissional em até mais 90(noventa) dias.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - ALTA PREVIDENCIÁRIA

O empregado deverá se apresentar ao trabalho até o segundo dia seguinte ao da alta previdenciária, entregando à empregadora o competente documento da alta previdenciária. Caso o empregado resolva recorrer da alta previdenciária e opte por não trabalhar durante a tramitação do recurso, deverá ele comunicar sua intenção por escrito ao empregador no prazo de 5 dias da efetiva interposição do recurso administrativo.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - ACEITAÇÃO DE ATESTADOS

Os empregadores reconhecerão como válidos os atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais que prestem serviços ao Sindicato profissional e pelos profissionais da rede pública e particular, desde que conste nos atestados o nome do profissional e seu número de inscrição no respectivo Conselho.

Os atestados médicos certificados digitalmente serão aceitos e reconhecidos como eficazes por empregados e empregadores.

Os empregados deverão entregar/encaminhar os atestados médicos aos empregadores no prazo mais curto possível e no máximo até o dia do retorno ao serviço, de modo a permitir a necessária substituição de pessoal e de modo a permitir a adequação da folha de pagamento.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar "Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho" comuns ou coletivos (SESMT comum ou coletivo).

Os trabalhadores do segmento ficam autorizados a participar dos SESMT's dos tomadores de serviços de suas empregadoras (subitem 4.5.3 da NR 4 da Portaria 3214/78).

CAMPANHAS EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - INCENTIVO AO EXAME PRÉ-NATAL

A trabalhadora que comunicar ao empregador, por escrito e com antecedência mínima de 5(cinco) dias, a necessidade de afastamento do trabalho em um dia por mês para a realização de exame pré-natal, além de assegurar a dispensa do trabalho no respectivo dia, fará jus ao vale transporte e ao auxílio alimentação do respectivo dia, este se a trabalhadora cumprir jornada diária de trabalho superior 6(seis) horas, desde que comprove a efetiva realização do exame até o segundo dia útil imediatamente seguinte.

RELAÇÕES SINDICAIS COMISSÃO DE FÁBRICA

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO DE EMPRESA

É facultativa a constituição da comissão prevista pelo art. 510-A da CLT, sendo que a referida comissão não substituirá a função do sindicato de defender os direitos e os interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, hipótese em que será obrigatória a participação dos sindicatos em negociações coletivas de trabalho, nos termos dos incisos III e VI do caput art. 8º da Constituição.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DISPENSA DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os empregadores se obrigam a dispensar os membros efetivos da diretoria do sindicato profissional, sem prejuízos dos respectivos salários, por 15 (quinze) dias alternados no período de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, desde que a dispensa seja requisitada com 48h de antecedência e que tenha por finalidade o atendimento de interesses do sindicato profissional.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO DA ATIVIDADE SINDICAL PATRONAL

Por decisão da Assembleia Geral da Categoria, tomada com amparo no preceito da alínea “e” do art. 513 da CLT, todas as empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul - SINDASSEIO, recolherão compulsoriamente aos cofres do Sindicato, a título de Contribuição de Custeio da Atividade Sindical Patronal, a importância de R\$22,50 (vinte e dois reais e cinquenta centavos) por empregado com contrato de trabalho em vigor no mês de janeiro de 2026 e devidamente comprovado. O valor da Contribuição para custeio da atividade sindical patronal será recolhido em parcela única até o dia 10 (dez) de fevereiro de 2026, ou em até 09 (nove) parcelas mensais, iguais e consecutivas, desde que não resultem parcelas inferiores a R\$500,00 (quinhentos reais) cada uma e desde que a primeira parcela seja quitada espontaneamente até dia 10 (dez) de fevereiro de 2026, e as demais nos dias 10 (dez) dos meses imediatamente seguintes.

As empresas que desejarem boleto bancário para pagamento, poderão solicitar pelo e-mail sindasseio@sindasseio.org.br, até dia 30/01/2026, bastando informar o CNPJ, razão social e o número de trabalhadores registrados.

Em caso de mora ou inadimplência, parcial ou total, haverá a incidência de cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o saldo devido já atualizado monetariamente pela variação mensal do IGP-M (Fundação Getúlio Vargas) e acrescido de juros de mora de 1% ao mês.

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul – SINDASSEIO - fica autorizado a contratar empresa especializada para a operação do sistema de cobrança da Contribuição de Custeio da Atividade Sindical Patronal, ajustando a forma e os prazos de cobrança com vistas a melhor operacionalizar o sistema.

As Contribuições de Custeio da Atividade Sindical Patronal serão creditadas para o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul - SINDASSEIO. A Assembleia Geral da Categoria que instituiu as contribuições é datada de 04 de novembro de 2025. Esta cláusula entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2026.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO DA ATIVIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas componentes da categoria suscitada, por força de autorização expressamente concedida pela decisão da ASSEMBLEIA GERAL da categoria profissional realizada no dia 25 de setembro de 2025, na cidade de Porto Alegre, descontarão dos empregados, associados ou não do sindicato, o valor de R\$ 30,00 (trinta) reais nos meses de: fevereiro, maio, agosto e novembro de 2026, devendo os valores descontados serem recolhidos ao Sindicato Profissional até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto. A contribuição é devida à entidade que representa a base territorial onde o trabalhador exerce suas atividades profissionais. As empresas da categoria econômica deixando de proceder ao recolhimento da Contribuição Assistencial nos prazos fixados, pagarão às suas próprias expensas, além do valor integral devido, juros de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária e multa de 10% (dez por cento) sobre o total devido já corrigido.

§ ÚNICO: A empregadora que descontar do empregado e não repassar para o Sindicato os valores da Contribuição para Custeio da Atividade Sindical Laboral ou de mensalidades associativas até o dia 10 do mês subsequente ao do desconto, incorrerá em multa de valor equivalente a 20% do valor descontado e não repassado, sem prejuízo da obrigação de repassar o valor descontado e sem prejuízo das penalidades previstas em lei para o ato.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - DIREITO DE OPOSIÇÃO AO CUSTEIO DA ATIVIDADE SINDICAL LABORAL

Fica assegurado aos trabalhadores, exclusivamente aos não sócios do Sindicato Profissional, o direito de oposição ao desconto da Contribuição para o Custeio da Atividade Sindical que poderá ser exercido nas seguintes condições: a) - Após o registro da Convenção Coletiva de Trabalho pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o Sindicato Profissional promoverá ampla divulgação do instrumento coletivo, através de boletim informativo a ser distribuído na categoria; b) - Após a divulgação do boletim, os interessados em exercer o direito de oposição deverão encaminhar carta, escrita de próprio punho, manifestando o direito individual ao Sindicato (exceção feita aos analfabetos que poderão servir-se de terceiro para apresentar manifestação). A carta poderá ser entregue diretamente no sindicato profissional ou postada via correio. c) - No momento da entrega da carta de oposição (ou do recebimento por correio) o Sindicato signatário verificará a efetividade do recolhimento aos cofres do Sindicato do desconto efetuado na folha do trabalhador (a). Comprovado o recolhimento o Sindicato providenciará a imediata restituição do valor descontado da folha de pagamento do trabalhador (a). d) - Após os necessários registros em banco de dados (instituído para o controle dos trabalhadores contribuintes) o Sindicato laboral enviará à empresa com a qual o trabalhador mantém vínculo contratual mensagem formal comunicando que contribuições futuras não devem ser descontadas do específico (a) trabalhador (a). Na hipótese do envio da carta ser feito por postagem o trabalhador deve informar seu nome completo, CPF, o Banco, agência, conta e operação (quando for o caso) para que a restituição possa ser realizada ou, de outra forma, informar contato para que seja o trabalhador informado da disponibilização da restituição da contribuição. A empresa suspenderá o desconto da contribuição após o recebimento da comunicação emitida pelo Sindicato Profissional. Caso comprovada a prática do patrocínio ou campanha pelas empresas no sentido de levar os seus empregados a exercer o direito de oposição, esta prática será considerada inválida e ineficaz, remanescendo para empresa a obrigação de descontar dos empregados e repassar ao Sindicato Profissional os valores das contribuições, com acréscimos, as expensas da empresa, dos juros de mora, correção monetária e multa. O Sindicato Profissional, caso decida pela desconsideração das oposições, deverá comunicar o fato às respectivas empresas a fim de prevenir responsabilidades e resguardar direitos.

§ ÚNICO

Se o direito de oposição for apresentado a entidade até o trigésimo dia após a data do primeiro desconto, o trabalhador terá direito a restituição integral do valor. Em caso contrário, a oposição implicará no cancelamento dos lançamentos futuros, sem efeito retroativo.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - OPOSIÇÃO A CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO DA ATIVIDADE SINDICAL PATRONAL

As empresas não associadas ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul - SINDASSEIO, terão o direito de se opor à Contribuição de Custeio da Atividade Sindical Patronal instituída na cláusula 75ª no prazo decadencial de 10 (dez) dias úteis a contar do registro da presente Convenção Coletiva do Trabalho no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego.

O direito de oposição deverá ser exercido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do registro da presente Convenção Coletiva do Trabalho no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, através de documento assinado pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa, indicando a razão social, CNPJ e endereço da empresa e o nome, CPF, RG e endereço do(s) signatário(s) do documento, acompanhado da última alteração do contrato social ou do estatuto social. Referido documento poderá ser entregue diretamente na sede do SINDASSEIO que dará recebimento ou encaminhado por carta registrada/sedex com aviso de recebimento ao endereço do SINDASSEIO, a saber, Av. Paraná, nº 999, cidade de Porto Alegre / RS, CEP 90.240-600, considerada, para efeito da contagem do prazo decadencial, a data da postagem da correspondência.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

As entidades sindicais convenientes, inclusive para os efeitos dos artigos 607 e 608 da CLT, estarão autorizadas a emitir "Certidão de Regularidade Sindical" em favor das empresas da categoria econômica.

A emissão da "Certidão de Regularidade Sindical" estará condicionada a:

- a) quitação das Contribuições de Custeio da Atividade Sindical estabelecidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho;
- b) cadastro regular e atualizado perante a entidade sindical;
- c) situação regular junto ao Plano de Benefício Social Familiar administrado pela FEEAC (Federação Laboral).

As certidões de regularidade sindical serão emitidas individualmente, com prazo de validade máximo de 90(noventa) dias.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - LIMITES POR EMPRESA

O sindicato profissional conveniente compromete-se a observar o limite máximo de indicação e de eleição de 3 (três) candidatos aos cargos de Diretoria e Conselho Fiscal por empresa da categoria econômica.

A critério da entidade sindical laboral, havendo necessidade de convocação de membro da diretoria eleita, titular ou suplente, para o exercício de suas atividades junto ao sindicato, a entidade sindical deverá requisitar o dirigente eleito através de pedido escrito à empresa, ficando assegurada a cedência do empregado pelo período correspondente à requisição, respeitado o prazo de duração do respectivo mandato sindical.

Em se verificando a requisição e a cedência, o contrato de trabalho será suspenso e a entidade sindical assumirá todos os encargos referentes ao período da cedência, incluindo mas não se limitando a salários, vantagens, auxílios e contribuições incidentes sobre a folha de pagamento e eventual rescisão do contrato de trabalho.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - CAMARA DE CONCILIAÇÃO

Os Sindicatos Convenientes, com amparo nos artigos 625-A, 625-C, 625-E e 611-A da CLT, ajustam neste ato a constituição de Comissão Intersindical de Conciliação Prévia para a solução de conflitos individuais do trabalho entre trabalhadores e empregadores.

A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia reger-se-á pelas seguintes regras gerais:

- a) a apresentação do conflito à Câmara de Conciliação será facultativa;
- b) a Comissão terá um representante nomeado pelo Sindicato Profissional e outro nomeado pelo Sindicato Patronal;
- c) os acordos celebrados, a critério das partes, poderão conceder eficácia liberatória em relação aos valores e direitos expressamente transacionados ou poderão ser submetidos à homologação judicial, na forma da alínea "f", do art. 652 da CLT, para quitação parcial ou geral do contrato de trabalho;
- d) os termos de acordo terão efeito de título executivo extrajudicial;
- e) o acesso à Câmara de Conciliação será gratuito aos trabalhadores e empregadores associados às respectivas entidades sindicais;
- f) haverá uma taxa de sucesso de 10% sobre o valor do acordo celebrado, a ser paga pelo empregador;
- g) as regras de funcionamento da Comissão serão definidas em seu Regimento Interno.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICIDADE DO ATO COLETIVO DE TRABALHO

Os empregadores ficam obrigados a afixar em local visível e de fácil acesso aos empregados, pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua assinatura, cópia da íntegra da Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho e, ainda, da Sentença Normativa vigente.

A presente Convenção Coletiva de Trabalho deverá ser disponibilizada pelas entidades signatárias em local visível e de fácil acesso aos integrantes da categoria, podendo ser disponibilizada em endereço eletrônico (sitio) internet com acesso livre.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA - DUMPING SOCIAL E MULTAS

COMBATE AO DUMPING SOCIAL E INCENTIVO ÀS BOAS PRÁTICAS TRABALHISTAS

As partes se comprometem a adotar políticas permanentes de combate ao DUMPING SOCIAL no segmento de prestação de serviços terceirizados de Asseio e Conservação no RS, assim entendidas as práticas reiteradas de conduta que orientadas pelo objetivo de estabelecer concorrência desleal, atentem contra as disposições expressas no presente instrumento coletivo, que representa o esforço conjunto dos convenentes na regulamentação do segmento no estado do RS, ao mesmo tempo em que reafirmam o compromisso com a valorização do trabalho decente e das boas práticas de gestão.

Com o objetivo de valorizar as boas práticas de gestão e coibir condutas incompatíveis com as disposições expressas na Convenção Coletiva de Trabalho, as partes convencionam a aplicação das penalidades adiante previstas

O empregador que descumprir as previsões desta convenção coletiva de trabalho especificamente em relação a (a) salários normativos e reajustes normativos, (b) adicional de tempo de serviço, (c) adicional de insalubridade, (d) auxílio alimentação, (e) auxílios previstos no plano de benefício familiar, (f) entrega da Relação de Empregados Admitidos e cópia da RAIS, (g) fornecimento de cópia do contrato de trabalho, (h) 13º salário, desde que tais irregularidades sejam apuradas e confirmadas pelos sindicatos convenentes, incorrerá em multa de quantia equivalente a 10% (dez por cento) do salário do empregado prejudicado e a favor do empregado prejudicado, por previsão descumprida, e, no caso de reincidência, multa de 20% (vinte por cento) do salário do empregado prejudicado e a favor do empregado prejudicado, por previsão descumprida.

O empregador que, em até 10(dez) dias da formalização da rescisão de contrato de trabalho com menos de ano de vigência, não entregar ao empregado sua CTPS devidamente atualizada, incorrerá em multa a favor do empregado prejudicado em quantia igual ao seu salário básico.

O empregador que obrigar ou coagir seus empregados a fazer a opção pela não homologação da rescisão contratual pelo módulo presencial, conforme facultado no item 1.6 da Cláusula Trigésima Quinta desta convenção

(Homologação dos Direitos Rescisórios), incorrerá em multa em favor do empregado prejudicado de quantia igual a um salário mensal do próprio empregado.

O procedimento a ser observado pelos sindicatos convenientes para a apuração das irregularidades e confirmação da incidência das multas será o seguinte:

1)- Constatada/denunciada a irregularidade, o sindicato profissional conveniente encaminhará notificação escrita à empresa com a descrição da irregularidade, com a abertura de prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa escrita e apresentação de documentos, e com a orientação no sentido de que a defesa/justificativa deva ser encaminhada tanto ao sindicato profissional, como ao sindicato patronal;

2)- No prazo de 10 (dez) dias a contar do término do prazo para a apresentação da defesa/justificativa, Comissão Especial, formada por dois representantes nomeados pela FEEAC-RS - Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul e dois representantes nomeados pelo Sindicato patronal conveniente, reunir-se-á para examinar os argumentos e documentos apresentados, decidir pela realização de diligência ou deliberar no sentido da confirmação ou não da incidência da multa;

3)- Se a Comissão Especial decidir pela realização de alguma diligência, nova reunião deverá acontecer no prazo de até 20 (vinte) dias para a deliberação acerca da confirmação ou não da incidência da multa; (4) serão lavradas atas das decisões da Comissão Especial.

As multas ora estabelecidas somente serão devidas e somente poderão ser cobradas se a Comissão Especial, por maioria dos seus integrantes, decidir pela confirmação da irregularidade e pela aplicação da multa.

As multas ora estabelecidas, desde que a Comissão Especial tenha decidido pela confirmação da irregularidade e pela aplicação da multa, poderão ser cobradas judicial ou extrajudicialmente pelo empregado prejudicado ou pelo sindicato profissional em nome e representação do empregado prejudicado.

As multas estabelecidas nesta cláusula não excluem as multas por atraso nas homologações e no pagamento dos direitos rescisórios e nem as demais penalidades fixadas em outras cláusulas desta convenção.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUARTA - PRORROGAÇÃO E REVISÃO

O Sindicato Profissional obriga-se a formular proposta para o Sindicato Patronal, com as bases da prorrogação, denúncia ou revogação total ou parcial da presente Convenção, até o dia 30 de outubro de 2026. O Sindicato Patronal, por sua vez, compromete-se a realizar a sua Assembleia Geral no prazo de 05 dias úteis da apresentação da proposta e a reunir-se com o Sindicato Profissional no prazo de 03 dias úteis a contar da realização da Assembleia Geral para apresentação da contraproposta.

As negociações previstas no item anterior deverão ultimar-se até a data de 16.12.2026, inclusive na fase administrativa perante a Superintendência Regional do Trabalho.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUINTA - INCENTIVO À ADESÃO AO PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ

As empresas, cujo enquadramento tributário fiscal permitir o acesso ao "Programa Empresa Cidadã", ficam orientadas a, facultativamente, adotar as medidas necessárias à adesão ao programa, de modo a possibilitar a ampliação de benefícios a trabalhadores, dentre eles, em especial, a concessão de licença maternidade de seis meses.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEXTA - ACORDOS COLETIVOS

Os acordos coletivos de trabalho firmados a partir desta data, para ter validade e eficácia, não poderão conter previsões que reduzam os direitos assegurados em lei e/ou na presente convenção coletiva de trabalho e deverão ter a anuência e assinatura conjunta do Sindicato Profissional e do Sindicato Patronal.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SÉTIMA - CADASTRO JUNTO AO SESC

As empresas do segmento econômico, sempre que houver requerimento de seus trabalhadores, ficam obrigadas a cadastrar-se junto ao Serviço Social do Comércio – SESC para que os trabalhadores gozem dos benefícios de associados.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA OITAVA - DIA DO GARI

Os empregadores se obrigam a conceder no “Dia do Gari” (dia 16 de maio) uma unidade extra de auxílio alimentação ou uma unidade extra de auxílio lanche, dependendo da carga horária, tal como previsto nas cláusulas 20ª e 21ª desta Convenção, a todos os trabalhadores(as) lotados(as) em atividades operacionais da limpeza urbana(garís, varredores, roçadores, coletores, catadores e recicladores) que efetivamente laborarem no “Dia do Gari”.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA NONA - ASSÉDIO MORAL

Os Sindicatos Convenientes reforçam a importância e recomendam fortemente que as empresas do segmento adotem e promovam boas práticas voltadas à consolidação de cultura que contribua para redução e erradicação do assédio moral no ambiente de trabalho terceirizado.

}

ADRIANA MAIA MELLO
PRESIDENTE
SIND DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERVACAO DO EST DO R G S

FRANCISCO ROSSO ANDRE
PRESIDENTE
SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO E SERVICOS
TERCEIRIZADOS EM ASSEIO E CONSERVACAO NO RGS-SEEAC/RS

ANEXOS
ANEXO I - ATA LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.





APÊNDICE 2 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OBJETO DO PE Nº 90020/2026 (UASG 158141)

(INTEGRA O TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE SERVIÇO DE ZELADORIA PARA O IFRS-CAMPUS RESTINGA)

CABEÇALHO COM LOGOMARCA E IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE/PROPONENTE
incluindo endereço e telefones de contato

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OBJETO DO PE Nº 90020/2026 (UASG 158141)

(Processo Administrativo n.º 23369.000344/2026-92)

A empresa (razão social da empresa declarante), inscrita no CNPJ sob o n.º (xx.xxx.xxx/xxxx-xx), estabelecida à (indicar endereço completo), neste ato representada por (nome completo do representante da empresa), (qualificação do representante),

- ☐ tendo realizado a vistoria facultada na cláusula 4.33 do Termo de Referência,
- ☐ não tendo realizado a vistoria facultada na cláusula 4.33 do Termo de Referência - assumindo total responsabilidade por este fato, que não será utilizado para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante,

DECLARA que tem conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações dispostas no Pregão Eletrônico nº **90020/2026** (UASG 158141), cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para prestação do Serviço de Zeladoria para o IFRS - Campus Restinga**, estando ciente das condições, em conformidade com as diretrizes constantes do Termo de Referência e seus apêndices, especificamente para a execução do serviço de

- ☐ Item 1 - Serviço de Zeladoria

Isto posto, COMPROMETE-SE com cumprimento das obrigações a serem contratadas, caso vencedora do certame.

_____, ____ de ____ de 2026.
Cidade-UF dia mês

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

E CARIMBO DA EMPRESA

**APÊNDICE 3 – MODELO DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM
A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
(INTEGRA O TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO
DE SERVIÇO DE ZELADORIA PARA O IFRS-CAMPUS RESTINGA)

CABEÇALHO COM LOGOMARCA E IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE/PROPONENTE
incluindo endereço e telefones de contato

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM
A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
(Processo Administrativo n.º 23369.000344/2026-92)

Declaro que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____,
estabelecida em _____, possui os
seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa ¹	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato ²
		R\$
		R\$
		R\$
Somatório do Valor Total dos Contratos:		R\$

FÓRMULA UTILIZADA PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Desenvolvimento do Cálculo:

Resultado:

Valor do Patrimônio Líquido x 12

Valor Total dos Contratos

ATENÇÃO:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo as parcelas já executadas.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

¹ Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

² Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo as parcelas já executadas.

Fórmula de cálculo:

Desenvolvimento do Cálculo:

Resultado:

(Valor da Receita Bruta - Valor total dos Contratos) x 100

=

=

Valor da Receita Bruta

Cidade-UF

,

de

de 2026.

dia

mês

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

E CARIMBO DA EMPRESA

APÊNDICE 4 – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

(INTEGRA O TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO
DE SERVIÇO DE ZELADORIA PARA O IFRS-CAMPUS RESTINGA)

CABEÇALHO COM LOGOMARCA E IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE/PROPONENTE
incluindo endereço e telefones de contato

APÊNDICE 4 TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90020/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Restinga

(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
SUL-CAMPUS RESTINGA, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Campus Restinga), ente autárquico, com sede na Rua Alberto Hoffmann, 285, bairro Restinga, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, CEP 91791-580, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.637.926/0008-12, neste ato representado(a) pelo seu Diretor-Geral, o Sr. Rudinei Muller, nomeado(a) pela Portaria nº 141/2024, de 23 de fevereiro de 2024, publicada no *DOU* de 28 de fevereiro de 2026, portador da Matrícula Funcional nº 1799228, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90020/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de **[objeto]**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL

1	Serviço de Zeladoria 40h semanais- 1 posto , incluindo a disponibilização de mão de obra capacitada, em regime de dedicação exclusiva, e o fornecimento dos materiais (uniforme, EPI, equipamentos,, etc).	25631	serviço (mês)	12	R\$	R\$
----------	---	-------	---------------	----	-----	-----

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (UM) ano contado da assinatura do termo de contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
 - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total **de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do

contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. Considerando que se trata de contrato com número inferior a vinte e cinco colaboradores, a previsão do percentual para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica será de **5%**

9.56.1. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

9.56.2. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de **5%** com a nova contratação.

9.56.3. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.56.4. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.56.5. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.

9.56.6. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.57. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da

proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- 11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em

especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

- 11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.
- 14.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

- 14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 14.8.3. Das indenizações e multas.
- 14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:
- 14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
 - 14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.
- 14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 158141/158326;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 231641;
- IV) Elemento de despesa: 339039-79; e
- V) Plano interno: L20RLP0100I; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Porto Alegre , de agosto de 2026

RUDINEI MULLER
Diretor-geral do IFRS *Campus* Restinga
Portaria nº 141/2024/IFRS

Representante legal Empresa

TESTEMUNHA 1

Nome:

Documento:

TESTEMUNHA 2

Nome:

Documento:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SERVIÇO DE ZELADORIA

ANEXO III DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO

Esta planilha de custos e formação de preços deve ser utilizada como ferramenta de apoio, não só na estimativa de custo da contratação, como também para apresentação e análise das propostas na fase de pregão e nas prorrogações e alterações/atualizações contratuais. Para tanto, foi elaborada com base na metodologia Seges (MP), utilizando-se de fórmulas automatizadas, em conformidade com as disposições de CLT e CCT, as quais, para minimizar o risco de equívocos no cômputo das previsões financeiras, não devem ser alteradas.

Dúvidas sobre a metodologia de cálculo poderão ser esclarecidas com a leitura das seguintes publicações disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal:

- Extinção da Contribuição Social de 10% sobre o FGTS e os contratos administrativos
- Impactos da reforma trabalhista nos contratos da Administração
- PCFP - Conceitos e metodologia aplicáveis para a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.
- Nota Informativa sobre o Submódulo 2.1 da Planilha de Custos com Mão de Obra

CUSTOS COM MÃO DE OBRA

A estimativa de custos relacionados à mão de obra alocada na prestação dos serviços compreende as obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e das Convenções Coletivas de Trabalho - CCT (sendo válidos, ainda, os acordos e dissídios coletivos), atualizadas pelas Leis nº 13.467/2017 e 13.932/2019.

MÓDULO 1 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

A remuneração, conforme definição do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, é composta por Salário Base, adicionais (noturno, de insalubridade ou periculosidade) e gratificações, quando houver.

SUBMÓDULO 1.1 – REMUNERAÇÃO BÁSICA			
SALÁRIO BASE POR CARGO			
¹ Salário normativo, proporcional à carga horária semanal exigida, conforme Lei / Dissídio / Acordo / Convenção Coletiva de Trabalho vigente para a categoria, com abrangência no município de prestação do serviço.			
² Lei / Dissídio / Acordo / Convenção Coletiva de Trabalho que regula a atuação da categoria no município onde será prestado o serviço.			
Cargo (CBO)	Carga Horária Semanal	Salário Normativo ¹	Regulado por ²
Zelador (5141-20)	40h	R\$ 1.956,26	CCT RS000041/2026
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE			
¹ Toma-se por base o salário normativo vigente, conforme previsão legal.			
² Alíquota condizente com a natureza do serviço prestado, definida de acordo com o art. 192 da CLT e Cláusula Décima Sétima da CCT RS000041/2026			
Memória de Cálculo : base de cálculo x percentual = valor mensal do adicional de insalubridade.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual ²	Valor do Adicional
Zelador (5141-20)	R\$ 1.956,26	20%	R\$ 391,25
QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 1.1 – REMUNERAÇÃO BÁSICA			
Cargo	Salário Normativo	Adicional de Insalubridade	Total da Remuneração Básica
Zelador (5141-20)	R\$ 1.956,26	R\$ 391,25	R\$ 2.347,52

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)

SUBMÓDULO 2.1 – BENEFÍCIOS ANUAIS

13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO DE NATAL)			
¹ Toma-se por base a remuneração (salário + adicionais + gratificações), conforme previsto no Decreto nº 57.155/1965.			
² Por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1/12 (um doze avos) do valor anual do 13º salário, equivalente a 8,33% deste.			
Memória de Cálculo : Remuneração x 8,33% = provisionamento mensal para pagamento de 13º salário.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Provisionado ²	Valor Provisionado
Zelador (5141-20)	R\$ 2.347,52	8,33%	R\$ 195,63

FÉRIAS			
*Direito previsto no art. 7º da Constituição Federal.			
¹ Toma-se por base a remuneração (salário + adicionais + gratificações) vigente, conforme previsão legal.			
² Por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1/12 (um doze avos) do valor do salário de férias, equivalente a 8,33% deste.			
Memória de Cálculo : Remuneração x 8,33% = provisionamento mensal para pagamento do salário de férias.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Provisionado ²	Valor Provisionado
Zelador (5141-20)	R\$ 2.347,52	8,33%	R\$ 195,63

ADICIONAL DE FÉRIAS - 1/3 CONSTITUCIONAL				
*Direito previsto no art. 7º da Constituição Federal.				
¹ Toma-se por base a remuneração (salário + adicionais + gratificações) vigente, conforme previsão legal.				
² Percentual equivalente à 1/3, calculado sobre o valor do salário da remuneração vigente.				
³ Por tratar-se de planilha mensal, contabiliza-se 1/12 (um doze avos) do valor do salário de férias, equivalente a 8,33% deste.				
Memória de Cálculo : Remuneração x 1/3 x 8,33% = provisionamento mensal para pagamento do terço constitucional de férias.				
Cargo	Base de cálculo ¹	Alíquota Adicional ²	Percentual Provisionado ³	Valor Provisionado
Zelador (5141-20)	R\$ 2.347,52	33,33%	8,33%	R\$ 65,21

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 2.1 – BENEFÍCIOS ANUAIS				
Cargo	13º Salário	Férias	1/3 Constitucional	Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 195,63	R\$ 195,63	R\$ 65,21	R\$ 456,46

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

*Previstos no art. 195 da Constituição Federal.

¹Os percentuais informados não são taxativos, mas estimativos. Portanto, ao preencher a planilha o proponente deverá observar o enquadramento real de sua empresa, em especial no que diz respeito ao SAT-GIIL/RAT, para o qual deverá indicar o percentual correspondente ao grau de risco da atividade preponderante.

COMPOSIÇÃO DO GPS E FGTS	
Encargos	Percentual ¹
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	2,50%

SAT-GIIL/RAT	3,00%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
TOTAL	36,80%

GPS - GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL			
¹ Toma-se por base a remuneração (salário + adicionais + gratificações) + benefícios anuais (previstos no submódulo 2.1) vigente, conforme previsão legal.			
² Percentual correspondente ao somatório dos encargos para financiamento da seguridade social, em célula de preenchimento automático, atualizada automaticamente quando informada, no quadro acima, as alíquotas correspondentes ao enquadramento da proponente.			
<u>Memória de Cálculo:</u> base de cálculo x percentual = provisionamento mensal para pagamento de encargos previdenciários.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Provisionado ²	Valor Provisionado
Zelador (5141-20)	R\$ 2.803,98	28,80%	R\$ 807,55

FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO			
¹ Toma-se por base a remuneração (salário + adicionais + gratificações) + benefícios anuais (previstos no submódulo 2.1) vigente, conforme previsão legal.			
² Percentual correspondente à alíquota mensal de depósito à título de FGTS, conforme Lei nº 8.036/1990.			
<u>Memória de Cálculo:</u> base de cálculo x percentual = provisionamento mensal para depósito no FGTS.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Provisionado ²	Valor Provisionado
Zelador (5141-20)	R\$ 2.803,98	8,00%	R\$ 224,32

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS			
Cargo	GPS	FGTS	Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 807,55	224,32	R\$ 1.031,86

SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS
O cálculo de benefícios mensais e diários dependerá das disposições constantes em Convenção Coletiva de Trabalho sobre os direitos negociados aos trabalhadores, observando sempre o custo efetivo a ser suportado pela Administração no contrato de prestação de serviços (descontados os valores arcados pelos empregados).

VALE TRANSPORTE				
VALOR DA PASSAGEM / VALE TRANSPORTE				
¹ Valor unitário do Vale Transporte, conforme fixa o Decreto Municipal nº 23.669, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026., publicado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, município sede do órgão contratante / do local de prestação do serviço.				
² Quantidade mínima de VTs a serem fornecidos ao trabalhador, por dia de efetivo trabalho, para deslocamento entre o domicílio do empregado e local de prestação dos serviços.				
³ Número médio de dias efetivamente trabalhados em jornada de 44 horas semanais, definido em concordância com o disposto no Caderno Técnico Seges/MP de 2019.				
<u>Memória de Cálculo:</u> Valor unitário do VT x nº de vales por dia x dias trabalhados = custo total com vale transporte, por trabalhador.				
Cargo	Vr. Unitário ¹	Vales por dia ²	Dias trabalhados ³	Valor Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 5,30	2	22	R\$ 233,20

DESCONTO DO VALE TRANSPORTE			
¹ A base de cálculo do desconto deve ser o salário normativo da categoria, proporcional às horas trabalhadas.			
² Percentual de contribuição definido na CCT RS000041/2026			
<u>Memória de Cálculo:</u> salário normativo x 6% = valor mensal da contribuição do empregado para o recebimento de VT.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Provisionado ²	Desconto Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 1.956,26	6%	R\$ 117,38

CUSTO EFETIVO DO VALE TRANSPORTE			
Cargo	Custo total	Valor do desconto	Custo Efetivo Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 233,20	R\$ 117,38	R\$ 115,82

VALE ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO			
VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
¹ A base de cálculo do desconto deve ser o próprio valor mensal percebido em Vale Alimentação/Refeição, definido na Cláusula Vigésima da CCT RS000041/2026			
² Número médio de dias efetivamente trabalhados em jornada de 44h horas semanais, definido em concordância com o disposto no Caderno Técnico Seges/MP de 2019.			
<u>Memória de Cálculo:</u> valor diário x 22 = valor total mensal dos VA ou VR fornecidos.			
Cargo	Valor diário	Dias trabalhados	Valor Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 27,15	22	R\$ 597,30

DESCONTO DO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
¹ A base de cálculo do desconto deve ser o próprio valor mensal percebido em Vale Alimentação/Refeição.			
² Percentual de contribuição definido na Cláusula Vigésima da CCT RS000041/2026			
<u>Memória de Cálculo:</u> salário normativo x 19% = valor mensal da contribuição do empregado para o recebimento de VT.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual ²	Desconto Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 597,30	19%	R\$ 113,49

CUSTO EFETIVO DO VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO			
Cargo	Custo total	Desconto	Custo Efetivo Mensal

Zelador (5141-20)	R\$ 597,30	R\$ 113,49	R\$ 483,81
-------------------	------------	------------	------------

REEMBOLSO-CRECHE

VALOR DO REEMBOLSO-CRECHE

¹ A base de cálculo do desconto é o valor total previsto a ser recebido mensalmente por dependente no Anexo I da IN SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026

² Taxa de Incidência por contrato conforme Anexo I da IN SEGES/MGI Nº 147/2026. A taxa de incidência e o valor total mensal só poderão ser alterados durante a execução contratual mediante comprovação, Conforme a IN SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026 considera-se dependente cada filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até 5 anos e 11 meses de idade do trabalhador ou trabalhadora.

Cargo	Valor Total Mensal por dependente ¹	Taxa de Incidência ²	Valor Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 526,64	20%	R\$ 105,33

CUSTO EFETIVO DO REEMBOLSO-CRECHE

Cargo	Custo total	Desconto	Custo Efetivo Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 105,33	R\$ 0,00	R\$ 105,33

PLANO DE BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

* Incluído em consonância com o art. 444 da CLT, posto que previsto na Cláusula Trigésima Primeira da CCT RS 000041/2026.

* Benefício de caráter assistencial e indenizatório, que não tem natureza salarial e não se incorpora ao salário para nenhum fim.

CONTRIBUIÇÃO MENSAL AO PLANO DE BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

¹ Valor definido na Cláusula Trigésima Primeira da CCT RS000041/2026

² O benefício deve ser integralmente custeado pelo empregador, proibido qualquer desconto do funcionário em razão dele.

Memória de Cálculo: valor mensal do benefício = provisionamento mensal

Função (CBO)	Custo total ¹	Desconto ²	Custo Efetivo Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 25,52	R\$ 0,00	R\$ 25,52

PRÊMIO ASSIDUIDADE

*o prêmio assiduidade será no valor mínimo de R\$80,00 (oitenta reais) para aqueles que cumpram carga horária diária de trabalho superior a seis horas

CONTRIBUIÇÃO MENSAL AO PREMIO ASSIDUIDADE

¹ Valor definido na Cláusula Décima Nona da CCT RS000041/2026

² O benefício deve ser integralmente custeado pelo empregador, proibido qualquer desconto do funcionário em razão dele.

Memória de Cálculo: valor mensal do benefício = provisionamento mensal

Função (CBO)	Custo total ¹	Desconto ²	Custo Efetivo Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 80,00	R\$ 0,00	R\$ 80,00

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS						
Cargo	Vale Transporte	Vale Refeição	Reembolso-creche	Benefício Social Familiar	Prêmio Assiduidade	Total
Zelador (5141-20)	R\$ 115,82	R\$ 483,81	R\$ 105,33	R\$ 25,52	R\$ 80,00	R\$ 810,49

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS (ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)				
Cargo	Submódulo 2.1	Submódulo 2.2	Submódulo 2.3	Total Mensal
Zelador (5141-20)	R\$ 456,46	R\$ 1.031,86	R\$ 810,49	R\$ 2.298,81

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços, conforme metodologia Seges, usando a probabilidade de ocorrência, por tipo de desligamentos, como fator de ponderação do custo total. Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não. Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506/2011 e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais.

¹ Percentuais de ocorrência definidos a partir da análise de contratações anteriores, comparada a dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), por tipo de desligamento, para a unidade da federação e categoria de serviço.

PERCENTUAIS DE PROBABILIDADE DE DESLIGAMENTO - POR TIPO	
Tipos	Probabilidade ¹
Demissão SEM justa Causa	67,74%
SEM justa Causa AP INDENIZADO	45,00%
SEM justa Causa AP TRABALHADO	55,00%
Demissão COM justa Causa	2,77%
Desligamentos OUTROS TIPOS	29,49%
TOTAL	100,00%

SUBMÓDULO 3.1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Estima o provisionamento mensal do custo com o pagamento do Aviso Prévio Indenizado, equivalente à remuneração mensal completa, sempre que a demissão ocorrer sem que o empregador conceda o prazo de 30 dias para o cumprimento do aviso prévio trabalhado, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT. Em atenção à Lei nº 12.506/2011 e ao Acórdão TCU nº 1.186/2017-Plenário, em caso de vigência superior a 12 meses ou prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será, ressalvados os efeitos de eventuais repactuações, de 10% do custo mensal da rubrica, proporcional ao provisionamento dos 3 dias adicionais devidos a cada ano trabalhado, consecutivo ao primeiro.

AVISO PRÉVIO INDENIZADO

¹ Toma-se por base o valor total mensal da remuneração somado ao valor total mensal dos encargos e benefícios, deduzido o valor de provisionamento mensal à GPS.
² Equivalente 1/12 (um doze avos).
Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = 1/12 do valor do Aviso Prévio Indenizado.

Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Mensal ²	Valor API
Zelador (5141-20)	R\$ 3.838,78	8,33%	R\$ 319,90

INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO

¹ Toma-se por base o valor provisionado mensalmente, equivalente a 8% dos custos mensais com remuneração e benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional de férias).
² Atualizada pela Lei nº 13.932/2019.
Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual legal = 1/12 do valor da contribuição ao FGTS sobre o API.

Cargo	Base de cálculo ¹	Alíquota ²	Valor FGTS sobre API
Zelador (5141)	R\$ 224,32	40%	R\$ 89,73

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 3.1 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO

¹ Toma-se por base a soma dos valores estimados para o API e para a contribuição ao FGTS sobre API, divididos por 12 meses.
² Corresponde à multiplicação da probabilidade de opção por API em razão do percentual de ocorrência de demissões SEM justa causa.
Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = provisionamento mensal para pagamento do API e da contribuição ao FGTS sobre o valor do API.

Cargo	Base de cálculo ¹	Probabilidade Ocorrência ²	Valor Mensal Provisionado
Zelador (5141)	R\$ 409,63	30,48%	R\$ 124,87

SUBMÓDULO 3.2 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO

Estima o provisionamento mensal do custo com o pagamento do Aviso Prévio Indenizado, equivalente à remuneração mensal completa, sempre que a demissão ocorrer sem que o empregador conceda o prazo de 30 dias para o cumprimento do aviso prévio trabalhado, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT. Em atenção à Lei nº 12.506/2011 e ao Acórdão TCU nº 1.186/2017-Plenário, em caso de vigência superior a 12 meses ou prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será, ressalvados os efeitos de eventuais repactuações, de 10% do custo mensal da rubrica, proporcional ao provisionamento dos 3 dias adicionais devidos a cada ano trabalhado, consecutivo ao primeiro.

AVISO PRÉVIO TRABALHADO

¹ Toma-se por base o valor total mensal da remuneração somado ao valor total mensal dos encargos e benefícios.
² Equivalente 1/12 (um doze avos).
Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = 1/12 do valor do Aviso Prévio Trabalhado.

Cargo	Base de cálculo ¹	Percentual Mensal ²	Valor APT
Zelador (5141)	R\$ 4.646,33	8,33%	R\$ 387,19

MULTA DO FGTS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O AVISO PRÉVIO TRABALHADO

¹ Toma-se por base o valor provisionado mensalmente, equivalente a 8% dos custos mensais com remuneração e benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional de férias).
² Atualizada pela Lei nº 13.932/2019.
Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual legal = 1/12 do valor da contribuição ao FGTS sobre o APT.

Cargo	Base de cálculo ¹	Alíquota ²	Valor FGTS sobre APT
Zelador (5141)	R\$ 224,32	40%	R\$ 89,73

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 3.2 - CUSTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO

¹ Toma-se por base a soma dos valores estimados para o APT e para a contribuição ao FGTS sobre APT, divididos por 12 meses.
² Corresponde à multiplicação da probabilidade de opção por APT em razão do percentual de ocorrência de demissões SEM justa causa.
Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = provisionamento mensal para pagamento do APT e da contribuição ao FGTS sobre o valor do APT.

Cargo	Base de cálculo ¹	Probabilidade Ocorrência ²	Valor Mensal Provisionado
Zelador (5141)	R\$ 476,92	37,26%	R\$ 177,69

SUBMÓDULO 3.3 - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Na hipótese de demissão por justa causa o empregado perde o direito ao pagamento de 13º salário, férias e adicional de férias, como previsto no parágrafo único do art. 146 da CLT, portanto, para estes casos, conforme metodologia Seges, haverá o desconto dos valores que, por tratar-se de provisão mensal, deverão ser reduzidos do provisionamento mensal para pagamento de verbas rescisórias os valores que não serão despendidos em caso de demissão sem justa causa, considerando-se, igualmente, a probabilidade de ocorrência desta.

BASE DE CÁLCULO PARA DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA				
Cargo	Valor provisionado para 13º Salário	Valor provisionado para Férias	Valor provisionado para Adicional de Férias	Total Mensal
Zelador (5141)	-R\$ 195,63	-R\$ 195,63	-R\$ 65,21	-R\$ 456,46

QUADRO-RESUMO: SUBMÓDULO 3.3 - CUSTO DA DEMISSÃO COM JUSTA CAUSA

¹ Toma-se por base a soma dos valores estimados para o APT e para a contribuição ao FGTS sobre APT, divididos por 12 meses.
² Corresponde à probabilidade de ocorrência de demissões COM justa causa, conforme dados estatísticos.
Memória de Cálculo: base de cálculo x percentual = desconto no provisionamento mensal para pagamento de verbas rescisórias.

Cargo	Base de Cálculo ¹	Probabilidade Ocorrência ²	Valor do Desconto Mensal
Zelador (5141)	-R\$ 456,46	2,77%	-R\$ 12,64

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Cargo	Submódulo 3.1	Submódulo 3.2	Submódulo 3.3	Total
Zelador (5141)	R\$ 124,87	R\$ 177,69	-R\$ 12,64	R\$ 289,91

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

O Custo de reposição do profissional ausente refere-se ao custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional residente quando estiver em gozo de férias ou no caso de uma das ausências legais previstas no art 473 da CLT, baseada na metodologia Seges.

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE AUSÊNCIAS LEGAIS

¹ Probabilidade de ocorrência anual de ausência do profissional residente, por tipo de afastamento, baseada na avaliação de contratos anteriores, comparada a dados estatísticos obtidos junto ao Observatório de Segurança e Saúde no trabalho e à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). Pode ser editada pela proponente, desde que não sejam alteradas as fórmulas de cálculo.

² Duração computada em dias, conforme previsão legal.

³ Em "Proporção de dias afetados" computa-se somente a reposição nos dias úteis, portanto, 69,04% da ausência total.

Memória de Cálculo: probabilidade de ocorrência x duração legal do afastamento x proporção de dias afetados = necessidade de reposição do profissional ausente, em dias, para cada evento.

*O custo da reposição por 'Férias', previsto no Módulo 4, não deve ser pago no 1º ano de vigência contratual, vez que ao longo desses 12 meses é que decorre o primeiro período aquisitivo, fazendo com que somente a partir do 13º mês (ou após o encerramento da vigência contratual) ocorra o gozo das férias (e, por conseguinte, a necessidade de substituição) adquiridas, cuja remuneração é coberta pelos valores provisionados no Submódulo 2.1.

Tipo Afastamento	Incidência anual ¹	Duração Legal do Afastamento ²	Proporção dias afetados ³	Necessidade de Reposição (em dias)
Férias*	0,0000	30	69,04%	0,00
Ausência justificada	1,0000	1	100,00%	1,00
Acidente trabalho	0,0922	15	69,04%	0,95
Afastamento por doença	1,0000	5	69,04%	3,45
Consulta médica de filhos	0,1344	2	100,00%	0,27
Óbitos na família	0,0302	2	69,04%	0,04
Casamento	0,0118	3	100,00%	0,04
Doação de sangue	0,0200	1	100,00%	0,02
Testemunho	0,0040	1	100,00%	0,00
Paternidade	0,0143	20	69,04%	0,20
Maternidade	0,0197	180	69,04%	2,45
Consulta pré-natal	0,0016	6	100,00%	0,01

ESTIMATIVA DA NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL	
¹ Corresponde ao nº de dias úteis em que se estima, em razão da duração legal de cada tipo de afastamento, seja necessária a reposição do profissional residente.	
Tipo Afastamento	Dias Afetados ¹
Férias	0
Ausência justificada	1
Acidente trabalho	1
Afastamento por doença	3
Consulta médica filho	0
Óbitos na família	0
Casamento	0
Doação de sangue	0
Testemunho	0
Paternidade	0
Maternidade	2
Consulta pré-natal	0
Necessidade de Reposição Anual (em dias úteis)	8

CÁLCULO DO CUSTO DIÁRIO COM REPOSITOR			
Na metodologia Seges computa-se o custo total, ao mês, de um empregado e, a partir disso, o custo diário de reposição desse profissional quando ausente.			
¹ O custo total mensal de um empregado é composto pelo somatório de sua remuneração básica mensal, encargos, benefícios mensais e diários, e 1/12 dos benefícios anuais (13º salário, férias e terço constitucional), bem 1/12 da estimativa do custo anual com verbas rescisórias, ou seja, o somatório do resultado dos módulos 1, 2 e 3.			
² Número regular de dias em um mês comercial/civil.			
³ Valor estimado do custo diário do profissional que substituirá o empregado ausente.			
Memória de Cálculo: base total mensal do profissional ausente/30 = custo diário do profissional repositor.			
Cargo	Base de cálculo ¹	Nº de dias ²	Custo diário ²
Zelador (5141)	R\$ 4.936,24	30	R\$ 164,54

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
¹ Custo anual estimado para reposição de profissional ausente, dada a estimada de reposição, em dias úteis por ano, e o custo diário do trabalhador.				
² Corresponde a 1/12 (um doze avos) do custo anual.				
Categoria	Custo diário	Necessidade de Reposição Anual (em dias úteis)	Custo anual ¹	Custo mensal ²
Zelador (5141)	R\$ 164,54	8	R\$ 1.387,40	R\$ 115,62

MÓDULO 5 - INCORPORAÇÃO DOS CUSTOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Estima o custo mensal com o fornecimento dos materiais exigidos para a execução do serviço, com base no valor unitário de cada item (estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com a IN 65/2022/SG-MP), multiplicado pelo quantitativo total anual exigido, observadas as respectivas unidades e frequência de fornecimento, vide Tabelas 1 e 2 do Estudo Técnico Preliminar.

SUBMÓDULO 5.1 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA (UNIFORMES E EPI), POR PROFISSIONAL

¹ Conforme exigência do contratante, vide Tabela 1 e subtítulo 4.3.1 do ETP.
² Estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com as disposições da IN nº 65/2022, usado como referência para o estabelecimento do custo máximo da contratação. Pode ser alterado, item a item, pelo licitante, desde que o valor unitário proposto não se caracterize como superestimado (acima de 70% do estimado) ou manifestamente inexequível (abaixo de 70% do valor estimado), quando, então, o administração contratante poderá solicitar esclarecimentos prévios à aceitação da proposta.
³ Expectativa de durabilidade do material fornecido, por sua natureza e características de composição e uso.
Memória de Cálculo: Custo Anual = quantidade total anual x custo unitário.

Descrição Resumida	Unidade de Fornecimento	Qtd Anual¹	Valor Unitário Estimado²	Vida Útil (em meses)³	Custo Anual por Material
Abafador/protetor auricular, tipo concha – dupla, material ABS. Nível de ruído igual ou superior a 25db.	Unidade	1	R\$ 42,94	12	R\$ 42,94
Agasalho leve, tipo moletom ou cardigan, em algodão ou lã.	peça	1	R\$ 75,05	12	R\$ 75,05
Agasalho pesado, tipo jaqueta/japona, com bolsos embutidos, capuz conjugado/removível, fechamento frontal, forrada/acolchoada, em material térmico e impermeável (ex.: poliamida com resina).	peça	1	R\$ 195,51	12	R\$ 195,51
Bota de segurança confeccionada em couro, biqueira de polipropileno, fechamento em elástico nas laterais, palmilha de montagem em EVA e solado em PU, com sistema de absorção de impacto.	par	1	R\$ 77,31	12	R\$ 77,31
Calça uniforme, com bolsos dianteiros e traseiros. Com elástico na cintura.	peça	3	R\$ 67,09	12	R\$ 201,27
Camisa uniforme - manga longa. Com punho simples, 01 bolso, fechamento frontal 06 (seis) botões.	peça	2	R\$ 75,86	12	R\$ 151,72
Camiseta uniforme - manga curta: 100% algodão, tipo unissex.	peça	3	R\$ 36,26	12	R\$ 108,78
Capa de chuva.	unidade	1	R\$ 23,06	12	R\$ 23,06
Capacete de segurança com carneira e jugular com suspensão e ajuste fácil. Compatível com outros EPIs: abafadores, viseiras e óculos. Classe A e B.	unidade	2	R\$ 48,54	12	R\$ 97,08
Cinturão de segurança abdominal tipo paraquedista com regulagem total, confeccionado em fita de poliéster e indicado para utilização em atividades a mais de 2 metros de altura, suportando até 120 kg.	unidade	1	R\$ 165,19	12	R\$ 165,19
Crachá em PVC, com nome da empresa, nome do empregado, função e foto.	unidade	1	R\$ 8,19	12	R\$ 8,19
Luva Multitato, material nylon, cor preta, palma poliuretano, punho elástico.	par	12	R\$ 4,57	1	R\$ 54,84
Luva raspa de couro, palma reforçada	par	2	R\$ 27,75	12	R\$ 55,50
Máscara/respirador, semifacial, com filtro de carvão ativado, para vapores orgânicos e gases ácidos.	unidade	1	R\$ 49,88	12	R\$ 49,88
Óculos de proteção individual, material armação polipropileno. Lente anti embaçante. Incolor e proteção contra raios ultravioleta.	unidade	1	R\$ 11,69	12	R\$ 11,69
Protetor auditivo em copolímero, tipo plug, com cordão, contendo caixa para transporte e armazenamento, nível de atenuação de ruído mínima: 14dB.	par	12	R\$ 2,89	1	R\$ 34,68
Custo Total Anual com Uniforme e EPI - por profissional					R\$ 1.352,69
Custo Mensal com Uniforme e EPI - por profissional					R\$ 112,72

SUBMÓDULO 5.2 - INSUMOS AO SERVIÇO

¹ Conforme exigência do contratante, vide Tabela 2 e subtítulo 4.3.2 do ETP.
² Estimado a partir de pesquisa de preços realizada em consonância com as disposições da IN nº 65/2021, usado como referência para o estabelecimento do custo máximo da contratação. Pode ser alterado, item a item, pelo licitante, desde que o valor unitário proposto não se caracterize como superestimado (acima de 70% do estimado) ou manifestamente inexequível (abaixo de 70% do valor estimado), quando, então, o administração contratante poderá solicitar esclarecimentos prévios à aceitação da proposta.
³ Expectativa de durabilidade do material fornecido, por sua natureza e características de composição e uso.
Memória de Cálculo:
a) para itens com vida útil menor ou igual a 12 meses: Custo Anual = quantidade total anual x custo unitário
b) para itens com vida útil maior que 12 meses: Custo Anual = quantidade total anual x (custo unitário ÷ vida útil em meses) x 12

Descrição Resumida	Unidade de Fornecimento	Qtd Anual¹	Valor Unitário Estimado²	Vida Útil (em meses)³	Custo Anual por Material
Alicate amperímetro digital, display digital, medição de corrente alternada, tensão, resistência e teste de continuidade, alimentação por bateria	unidade	1	R\$ 134,36	60	R\$ 26,87
Carrinho para transportar cargas sobre duas rodas, capacidade mínima 200Kg.	unidade	1	R\$ 458,69	60	R\$ 91,74
Chave de teste de tensão elétrica tipo Neon, corpo isolado, compatível para testes em corrente alternada, com indicação luminosa de presença de tensão.	unidade	1	R\$ 29,75	60	R\$ 5,95
Chave catraca, contendo kit compatível de soquetes estriados e acessórios com no mínimo 22 peças, material: cromo vanádio.	unidade	1	R\$ 191,29	60	R\$ 38,26
Colher de pedreiro, tamanho mínimo 8 pol., com canto oval.	unidade	1	R\$ 20,25	60	R\$ 4,05
Escada extensível, 14 degraus fechada e 23 aberta, capacidade de peso mínima de 120 kg.	unidade	1	R\$ 1.233,14	60	R\$ 246,63

Extensão elétrica com cabo pp 3x2,5mm, 20A, mínimo 30m de comprimento, carretel com suporte, mínimo 3 tomadas.	unidade	1	R\$ 398,60	60	R\$ 79,72
Furadeira de impacto, ½ pol., com controle de velocidade variável e reversível, potência mínima: 750w, tensão: 220v,	unidade	1	R\$ 493,64	60	R\$ 98,73
Jogo de brocas multi material (Alvenaria/Metal/Madeira). Kit contendo no mínimo 7 peças (brocas 3mm, 4mm, 5mm, 6mm, 8mm, 10mm e 12mm).	unidade	1	R\$ 42,55	60	R\$ 8,51
Jogo de chaves allen, tipo hexagonal, do tamanho 1/16" a 3/8", com no mínimo 12 peças, material: cromo vanádio.	unidade	1	R\$ 71,80	60	R\$ 14,36
Jogo de chaves combinadas (chave de boca e chave estrela) com no mínimo 17 peças, do tamanho 6mm ao tamanho 22mm, material: cromo vanádio	unidade	1	R\$ 157,49	60	R\$ 31,50
Jogo de chaves de fenda e chaves de fenda cruzada (Philips), haste de aço especial com acabamento cromado, cabos injetados com material de alta resistência, ponta imantada, cabo isolado 1000v. Contendo no mínimo uma chave de fenda 1/8 x 3", uma chave de fenda 3/16 x 3", uma chave de fenda 3/16 x 4", uma chave de fenda 5/16 x 10", uma chave Philips 150x5, uma chave Philips 100x5, uma chave Philips 75x4, uma chave Philips 75x3 e uma chave Philips 38x3.	unidade	1	R\$ 108,10	60	R\$ 21,62
Jogo de chave L tipo tork, com 9 chaves fabricadas em aço cromo molibdênio vanádio, acabamento superficial cromado, desenho hexalobular na ponta que garante maior área de contato entre a chave e o parafuso .	unidade	1	R\$ 80,92	60	R\$ 16,18
Jogo de serra copo para madeira, com broca guia em aço carbono, com estojo de acondicionamento. Kit com no mínimo 15 Peças (12 serras copos, tamanhos: 19mm (3/4"), 22mm (7/8"), 25mm (1"), 28mm (1.1/8"), 32mm (1.1/4"), 35mm (1.3/8"), 38mm (1.1/2"), 44mm (1.3/4"), 51mm (2"), 57mm (2.1/4"), 63.5mm (2.1/2"), 76mm (3")).	unidade	1	R\$ 130,06	60	R\$ 26,01
Maleta/caixa para ferramentas, materiais: plástico rígido ou aço, tamanho mínimo: 20" (24cm X 24cm X 50cm).	unidade	1	R\$ 121,00	60	R\$ 24,20
Mangueira de nível para construção civil, transparente, 5/16, 1.0mm de espessura, mínimo 30 metros.	unidade	1	R\$ 107,89	60	R\$ 21,58
Marreta de 1kg, cabeça em aço forjado, cabo resistente em madeira ou fibra, utilizada para serviços de impacto e demolição	unidade	1	R\$ 42,32	60	R\$ 8,46
Máquina de solda elétrica: voltagem 220v, monofásica, tipo de máquina MMA, tecnologia inversora, intensidade mínima de soldagem 10A e máxima de 165A, potência mínima de 4500W, peso entre 2,5 e 3 kg.	unidade	1	R\$ 649,70	60	R\$ 129,94
Parafusadeira, com bateria 12 V, carregador bivolt automático, velocidade variável para melhor controle e qualidade dos trabalhos, regulação para 18 posições de torque, com maleta para transporte e armazenamento.	unidade	1	R\$ 320,86	60	R\$ 64,17
Ponteiro com punho de borracha 3/4' X 12'.	unidade	1	R\$ 30,41	60	R\$ 6,08
Rebitadeira manual metálica, compatível com rebites de alumínio, aço e inox, com bicos intercambiáveis de diferentes medidas.	unidade	1	R\$ 39,43	60	R\$ 7,89
Sistema para controle de ponto	unidade	1	R\$ 2.137,61	60	R\$ 427,52
Talhadeira chata, com punho de borracha, medidas 3/4" x 12".	unidade	1	R\$ 24,52	60	R\$ 4,90
Trena, com caixa plástica emborrachada, mínimo 5 metros de comprimento	unidade	1	R\$ 15,04	60	R\$ 3,01
Custo Total Anual com Equipamentos e Produtos Saneantes - por serviço					R\$ 1.381,01
Custo Mensal com Equipamentos e Produtos Saneantes - por serviço					R\$ 115,08

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 5 - CUSTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS (POR EMPREGADO)				
Metodologia de Cálculo : custo mensal com Uniformes e EPI + (custo mensal com Equipamentos e Produto Saneantes / nº total de trabalhadores) = valor mensal dos materiais, por empregado				
Categoria	Submódulo 5.1	Submódulo 5.2	Número Total de Trabalhadores	Valor Mensal por Empregado
Zelador (5141)	R\$ 112,72	R\$ 115,08	1	R\$ 227,81

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO
INFORMAÇÃO DE PERCENTUAIS ESTIMADOS DE CITL

¹ Os percentuais informados foram estimados pela administração com base no histórico de contratações anteriores, mas podem ser alterados pelo proponente (desde que não haja alteração nas fórmulas de cálculo programadas nas demais células da planilha), a depender do regime de tributação em que se enquadra (o que deverá ser comprovado junto aos documentos de habilitação), sendo que:

a) Para os tributos federais, utilizou-se as alíquotas vigentes na hipótese de opção pelo Lucro Presumido. Em atenção ao Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário, não devem ser cotados IRPJ e CSLL.

b) Não se identificou a incidência de tributos estaduais sobre o serviço contratado, caso existentes, pede-se ao proponente cotá-los e especificá-los na planilha, apresentando comprovação das alíquotas cotadas.

c) A alíquota informada está de acordo com o disposto no art. 96, § 1º, inc. II, do Decreto Municipal nº 15.416/2006, publicado pela Prefeitura de Porto Alegre, município sede deste órgão e local de prestação dos serviços.

² A base de cálculo é composta de:

a) para estimativa dos Custos Indiretos: somatórios dos resultados dos módulos anteriores, de provisionamento mensal para custeio da remuneração (módulo 1), dos encargos e benefícios anuais, mensais e diários (módulo 2), das verbas rescisórias (módulos 3), do custo com reposição de profissional ausente (módulo 4) e do custo com fornecimento de materiais (módulo 5);

b) para estimativa do Lucro: base de cálculo de custos indiretos + custos indiretos; e

c) para estimativa de Tributos: base de cálculo de custos indiretos + custos indiretos + lucro estimado.

Memória de Cálculo para Custos Indiretos: base de cálculo x percentual estimado;

Lucro: base de cálculo x percentual estimado;

Tributos: (base de cálculo x alíquota do tributo)/(1-percentual total estimado em tributos).

Custos Indiretos, Tributos e Lucros	Percentual Estimado ¹	Base de Cálculo ¹	Valor Mensal Estimado
A. Custos Indiretos	3,00%	R\$ 5.279,66	R\$ 158,39
B. Lucro (antes do imposto de renda)	6,79%	R\$ 5.438,05	R\$ 369,24
C. Tributos	14,25%	-	R\$ 965,06
C.1 Tributos Federais	9,25%		R\$ 626,44
a) Cofins	7,60%	R\$ 5.807,29	R\$ 514,70
b) PIS	1,65%	R\$ 5.807,29	R\$ 111,74
C.2 Tributos Estaduais	0,00%	R\$ 5.807,29	R\$ 0,00
C.3 Tributos Municipais	5,00%	-	R\$ 338,62
a) ISS	5,00%	R\$ 5.807,29	R\$ 338,62

QUADRO-RESUMO: MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
Incidência	Custos Indiretos	Lucro	Tributos	Total CITL
Custo Mensal por Profissional	R\$ 158,39	R\$ 369,24	R\$ 965,06	R\$ 1.492,69

QUADRO-RESUMO: CUSTO MENSAL DO SERVIÇO, POR PROFISSIONAL	
Módulo	Valor
1 - Composição da Remuneração Mensal	R\$ 2.347,52
2 - Encargos e Benefícios	R\$ 2.298,81
3 - Provisão para Rescisão	R\$ 289,91
4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 115,62
5 - Custos com Fornecimento de Materiais	R\$ 227,81
6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.492,69
Custo Mensal do Serviço, por profissional:	R\$ 6.772,35

QUADRO-RESUMO: FORMAÇÃO DE PREÇO DO SERVIÇO DE ZELADORIA	
Mão de Obra Empregada	Zelador
Nº de Empregados Necessários	1
Custo Mensal Total do Serviço	R\$ 6.772,35
Valor Mensal do Serviço	R\$ 6.772,35
Total Anual do Contrato	R\$ 81.268,26

ANEXO IV

(INTEGRA O EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026 - UASG 158141)

CABEÇALHO COM LOGOMARCA E IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE/PROPONENTE
incluindo endereço e telefones de contato

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XX/2026

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ no _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG no _____ e do CPF no _____, AUTORIZA o(a) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 90013/2024:

- 1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.
- 3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

_____, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

(INTEGRA O EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026 - UASG 158141)

CABEÇALHO COM LOGOMARCA E IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE/PROPONENTE
incluindo endereço e telefones de contato

ANEXO V do EDITAL DO PE Nº 90020/2026- MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em, _____, está regulamente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de de 2021 em caso de irregularidades.

Município de, XX de XXXXXX de XXXX

(assinatura do representante legal do licitante)